

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**O FORTE SÃO JOAQUIM E A CONSTRUÇÃO DA  
FRONTEIRA NO EXTREMO NORTE: A OCUPAÇÃO  
PORTUGUESA DO VALE DO RIO BRANCO  
(1775-1800)**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Gregório Ferreira Gomes Filho**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2012**



**O FORTE SÃO JOAQUIM E A CONSTRUÇÃO DA  
FRONTEIRA NO EXTREMO NORTE: A OCUPAÇÃO  
PORTUGUESA DO VALE DO RIO BRANCO (1775-1800)**

**Gregório Ferreira Gomes Filho**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de  
Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História, Cultura e  
Poder, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS)  
como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em História.**

**Orientador: Prof. Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2012**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Gomes Filho, Gregório Ferreira

O Forte São Joaquim e a construção da fronteira no extremo norte: a ocupação portuguesa do vale do rio Branco (1775-1800) / Gregório Ferreira Gomes Filho.-2012.  
148 p.; 30cm

Orientador: Prof. Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2012

1. Forte São Joaquim 2. Vale do rio Branco 3. Roraima  
4. Ocupação 5. Fronteira I. Milder, Prof. Dr. Saul  
Eduardo Seiguer II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História  
Mestrado em História**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado**

**O FORTE SÃO JOAQUIM E A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA NO  
EXTREMO NORTE: A OCUPAÇÃO PORTUGUESA DO VALE DO RIO  
BRANCO (1775-1800)**

elaborado por  
**Gregório Ferreira Gomes Filho**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em História**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**Saul Eduardo Seiguer Milder, Dr.**  
(Presidente/Orientador)

**Klaus Peter Kristian Hilbert, Dr. (PUCRS)**

**Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, 14 de dezembro de 2012.



## **DEDICATÓRIA**

À minha esposa Regina Gomes, pelo apoio, incentivo, compreensão e confiança em todos os momentos, mesmo naqueles em que não pude retribuir todo o amor dedicado. Acreditando em cada passo desta jornada, esforço incansável que contribuiu, sem dúvida, sobremaneira para a realização desta pesquisa. A você dedico meu amor e meu profundo agradecimento.

À minha filha Juhlyanne, e ao bebê que esperamos, motivação sem a qual não poderíamos ter continuado tão longa caminhada, incentivo cotidiano pela busca dos objetivos propostos.

Aos meus amados pais Gregório e Luci, pelo exemplo de vida e por ensinarem ao filho o valor do trabalho, da persistência e da honestidade. Meu sincero agradecimento.



## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mais especificamente ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) pela oportunidade oferecida.

Ao Prof. Milder, com toda a admiração e respeito, pela orientação, dedicação, paciência e, principalmente, pela amizade e oportunidade de aprendizado.

À coordenação do curso, Prof.<sup>a</sup> Medianeira, pelas orientações e pela paciência.

Aos Professores do PPGH, em especial aos Professores Luís Augusto Farinatti, Júlio Quevedo, Cássio Tomaim, André Fertig, Carlos Armani, Beatriz Weber, Jorge Luiz da Cunha, José Iran Ribeiro e Diorge Konrad, pelos ensinamentos.

Aos funcionários e bolsistas do PPGH pelo apoio.

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Luiza Fernandes e ao Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira, da Universidade Federal de Roraima (UFRR), professores e amigos, colegas do GP Viajantes em Roraima, pelo apoio, incentivo, contribuições e inestimável ajuda com as fontes.

Aos meus colegas de turma Priscila Ferreira, André Corrêa, Renata Saldanha, Fabrício Nicoloso, Jader Escobar, Juliano Bastos, Márcio Adriano, Mateus Capssa e Odilon Kieling, pela amizade e oportunidade de aprendizado.

A toda a minha família pela força e incentivo.

A todos os amigos que acompanharam essa jornada, pela força e amizade.

Aos colegas de trabalho que ajudaram a tornar essa pesquisa uma realidade, pela confiança e apoio.

Enfim a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Meu muito obrigado.



Aquele que não conhece a história será sempre um menino.

(Cícero)



## **RESUMO**

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal de Santa Maria

### **O FORTE SÃO JOAQUIM E A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA NO EXTREMO NORTE: A OCUPAÇÃO PORTUGUESA DO VALE DO RIO BRANCO (1775-1800)**

**AUTOR: GREGÓRIO FERREIRA GOMES FILHO**

**ORIENTADOR: PROF. DR. SAUL EDUARDO SEIGUER MILDER**

**Data e Local da Defesa: Santa Maria, 14 de dezembro de 2012.**

Este estudo está vinculado a Linha de Pesquisa Integração, Política e Fronteira do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, e dedica-se a analisar a ocupação do vale do rio Branco pelos portugueses no período de 1775 a 1800, a partir da instalação do Forte São Joaquim. Para tanto, investiga em que medida a construção do Forte São Joaquim no vale do rio Branco, a partir de 1775, favoreceu a ocupação da região pelos portugueses e a construção da fronteira do extremo norte no período de 1775 a 1800. Para a realização da pesquisa, foram utilizadas como fontes primárias, relatos de cronistas e viajantes, com destaque para funcionários coloniais. Confrontando-os com documentos sobre o Grão-Pará e o Rio Negro disponibilizados pelo Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), iconografia, cartografia, entre outras fontes primárias. Ao longo do estudo, percebeu-se que a construção da fortificação na região do vale do rio Branco, a partir de seus integrantes, inaugurou uma nova relação entre índios e não-índios naquele território, aproximou o Estado português do território em disputa com outros conquistadores europeus e ainda conduziu as estratégias portuguesas para consolidar a ocupação da região. Observou-se também o importante papel tanto desses integrantes da guarnição militar quanto dos diversos grupos indígenas do rio Branco para a construção da fronteira setentrional. Os indígenas tornaram-se sujeitos históricos muito importantes e disputados pelos conquistadores, com a lealdade dos grupos indígenas podendo definir a posse do território. Nesse quadro, percebe-se não só um contexto de relações de poder entre dominantes e dominados, mas também espaço para a negociação, com os indígenas buscando satisfazer suas próprias necessidades.

Palavras-chave: Forte São Joaquim. Vale do rio Branco. Roraima. Ocupação. Fronteira.



## **ABSTRACT**

Master's Degree Dissertation  
Post graduation Program in History  
Federal University of Santa Maria

### **SÃO JOAQUIM FORTRESS AND THE CONSTRUCTION OF THE FAR NORTH FRONTIER: PORTUGUESE OCCUPATION IN THE RIO BRANCO VALLEY (1775 – 1800)**

**AUTHOR: GREGÓRIO FERREIRA GOMES FILHO**

**ADVISOR: PROF. DR. SAUL EDUARDO SEIGUER MILDER**

Place and date of presentation: Santa Maria, December, 14<sup>th</sup>, 2012.

This study is related to the research line “Integração, Política e Fronteira” of the Post graduation Program in History of the Federal University of Santa Maria and aims to analyze the occupation of the Rio Branco valley by the Portuguese from 1775 to 1800, after the construction of the São Joaquim Fortress. It investigates to what extent the construction of the São Joaquim Fortress in the Rio Branco valley from 1775 and on favored the occupation of the region by the Portuguese and the construction of the far north frontier in the period 1775 – 1800. In order to develop the research, travelers and chronicles writers' reports were used as primary sources, in special colonial employees' reports. These were compared with documents about “Grão-Pará” and “Rio Negro” available at the Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), iconography, cartography, among other primary sources. Alongside the study, it was observed that the construction of the fortress in the region of Rio Branco valley started, through its members, a new relation between Indians and non-Indians in that territory, brought the Portuguese State closer to the region which was object of dispute with other European conquerors and also led to Portuguese strategies to consolidate the occupation of the region. It was also observed the important role of these members of the military base as well as the diverse indigenous groups of the Rio Branco for the construction of the northern frontier. The indigenous people became very important historical subjects and were disputed by the settlers because the Indians' loyalty was essential to define the possession of the territory. In this scenario, it is possible to perceive not only a context of power relations between dominant people and dominated ones, but also space for negotiation, once the indigenous people tried to please their own needs.

Keywords: São Joaquim fortress. Rio Branco valley. Roraima. Occupation. Frontier.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Amazônia Caribenha.....	28
Figura 2 – Carta geografica do rio Branco, ou Parimé, e dos rios Caratirimani, Uararicapará, Majari, Tacutú, e Mahú, que nelle confluem [17--].....	31
Figura 3 – Localização aproximada dos povos indígenas na bacia do rio Branco no Século XVIII.....	36
Figura 4 – Plano geographico do Rio Branco e seus confluents, divididos em duas estampas: a primeira comprehende desde a sua boca até o parallelo de 2º boreaes, a segunda desde o mesmo paralelo até o alto da cordilheira que corre leste oeste entre suas cabeceiras e vertentes para o rio Orinoco, levantado e construido pelo doutor em mathematica e capitão engenheiro Jozé Simoens de Carvalho na occasiam do exame que de ordem regia se executou neste anno de MDCCLXXXVII [1787].....	70
Figura 5 – Fragmento da Carta geografica do rio Branco, ou Parimé, e dos rios Caratirimani, Uararicapará, Majari, Tacutú, e Mahú, que nelle confluem [17--].....	75
Figura 6 – Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional [1749].....	97
Figura 7 – Prospecto da Fortaleza de S. Joaquim, situada na margem oriental da foz do Rio Tacutú, o qual deságua no Branco pela sua margem oriental, na distância de 102 léguas da sua foz.....	104
Figura 8 – Foto de satélite da localização do Forte São Joaquim.....	105
Figura 9 – Fortificações da Amazônia Colonial.....	107
Figura 10 – Planta da fortificação de São Joaquim do Rio Branco [Alçado da frente da fortaleza] – [17--].....	110
Figura 11 – Planta do Forte São Joaquim do Rio Branco [1843].....	111
Figura 12 – Mapa dos aldeamentos do rio Branco.....	126



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Guarnição Militar do rio Branco (1787).....	112
Tabela 2 – Mappa de todos os habitantes índios das povoações do rio Branco.....	117
Tabela 3 – População dos índios aldeados no rio Branco (1787).....	127



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>1 O AVANÇO PORTUGUÊS SOBRE O RIO BRANCO.....</b>	<b>27</b>
1.1 O rio Branco como uma área de fronteira.....	27
1.2 A conquista portuguesa da Amazônia.....	36
1.3 A Amazônia sob a administração pombalina.....	44
1.4 Povos indígenas da Amazônia e política indigenista no período colonial.....	48
1.5 Portugueses no rio Branco.....	55
<b>2 A OCUPAÇÃO PORTUGUESA DO RIO BRANCO.....</b>	<b>63</b>
2.1 As disputas pelo rio Branco.....	64
2.2 A expansão espanhola no rio Branco.....	72
2.3 As negociações pelo rio Branco.....	85
2.4 A continuidade da disputa pelo rio Branco .....	94
<b>3 FORTIFICAÇÃO E ALDEAMENTO NO RIO BRANCO.....</b>	<b>101</b>
3.1 O Forte São Joaquim e a ocupação do rio Branco.....	102
3.2 Os aldeamentos do rio Branco.....	114
3.3 No final do século XVIII: a ocupação do rio Branco pela pecuária.....	131
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>141</b>



## INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema da ocupação do vale do rio Branco pelos portugueses no final do século XVIII, surgiu no momento em que foi observado que, no senso comum da população de Roraima, muitos não possuem a correta noção do real papel desempenhado pelos sujeitos históricos presentes no processo de ocupação não-indígena da região. Geralmente aparece na bibliografia local, conduzida por autores locais, apenas os comandantes do Forte São Joaquim, com sua atuação superestimada e associada às chamadas “famílias pioneiras” de Roraima.

Analisando essa bibliografia produzida em Roraima por autores locais, diversos são os trabalhos que abordam a história da região no período compreendido entre 1775 e 1800. De fato, ao tratar sobre a História de Roraima, percebemos a memória coletiva da região sendo apropriada pelas “famílias pioneiras”, através dos escritores pertencentes a esses núcleos familiares. Por meio da apropriação dessa memória, tais famílias, com origens ligadas a integrantes da fortificação, tentam legitimar seu lugar na sociedade.

Não mostram o real papel de todos os sujeitos históricos que atuaram na consolidação da ocupação não-indígena do rio Branco, trabalhando com uma visão tradicional de personagens e fatos heroicos, e encabeçando na bibliografia local uma produção favorável aos interesses dos fazendeiros regionais. Muitos moradores da região hoje delimitada pelo estado de Roraima não compreendem a participação de todos os sujeitos históricos na formação do espaço geográfico, político, cultural e econômico em que vivem.

Essa visão vem sendo combatida por autores que conduzem estudos acadêmicos sobre o vale do rio Branco, como Nádia Farage (1991), a qual escreveu trabalho pioneiro sobre o importante papel dos indígenas para a ocupação da região no século XVIII; Jaci Guilherme Vieira (2007); Reginaldo Gomes de Oliveira (2003); entre outros, vêm se aprofundando na questão relacionada ao papel desempenhado pelos conquistadores e indígenas na região, principalmente dos últimos.

Nesse sentido, existe atualmente a necessidade de se aumentar a análise do período, devido ao papel atribuído ao Forte São Joaquim como marco fundador da efetiva ocupação portuguesa na região. Sem deixar de abordar o importante papel dos militares que compunham a guarnição da fortificação e dos indígenas povoadores da região.

Muito se discute ou já se discutiu sobre o Forte São Joaquim e sobre a ocupação do vale do rio Branco pelos portugueses em Roraima. Acredita-se neste trabalho fazer uma abordagem que possa contribuir efetivamente aos estudos históricos sobre a região. Além disso, alguns grupos ligados a determinados segmentos sociais ou instituições têm se mobilizado ao longo dos anos em tentativas de restaurar o sítio histórico onde se localizava o Forte. Mobilização feita sem compreender o real papel daqueles que viveram, lutaram e morreram no processo de construção da fronteira no extremo norte do Brasil.

Dessa forma, esta pesquisa trata sobre a ocupação do vale do rio Branco pelos portugueses no período de 1775 a 1800, a partir da instalação do Forte São Joaquim. De modo que busca resolver o seguinte problema: em que medida a construção do Forte São Joaquim no vale do rio Branco, a partir de 1775, favoreceu a ocupação da região pelos portugueses e a construção da fronteira do extremo Norte no período de 1775 a 1800?

Para investigar tal questão buscou-se como objetivo geral compreender em que medida a construção do Forte São Joaquim no vale do rio Branco, a partir de 1775, favoreceu a ocupação da região pelos portugueses e a construção da fronteira do extremo Norte no período de 1775 a 1800. E, como objetivos específicos, pretende-se analisar o processo de ocupação do vale do rio Branco no período compreendido entre 1775 e 1800; analisar a construção da fronteira do Brasil no extremo Norte a partir da ocupação do vale do rio Branco pelos portugueses no final do século XVIII; e ainda compreender como se desenvolveram as relações entre os diferentes sujeitos históricos na ocupação do vale do rio Branco pelos portugueses, entre 1775 e 1800, e seu papel na construção da fronteira no extremo Norte.

O ponto de partida para este estudo foi a leitura de autores que já pesquisaram, em alguma medida, temas relacionados ao desta pesquisa. O primeiro trabalho importante que pode ser apontado para o desenvolvimento da pesquisa é o de Nádia Farage (1991), tendo em vista que a autora analisa questões da ocupação do território no vale do rio Branco.

Na obra intitulada “As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização”, Farage (1991) percorre ao longo do texto a ocupação portuguesa da Amazônia, e do vale do rio Branco no século XVIII até 1790. No trabalho, Farage traça o confronto entre os portugueses e os indígenas, apontando os contatos dos europeus com as diversas etnias indígenas ocupantes do rio Branco.

Em “As Muralhas dos Sertões”, expressão que denomina a obra e serve para nortear o desenvolvimento das ideias da autora, no sentido de como os indígenas e mais precisamente povos como os Macuxi e os Wapixana, e que foram usadas pelos conquistadores europeus para demarcarem suas possessões territoriais. Tanto portugueses, quanto holandeses e

espanhóis, e posteriormente também os ingleses usaram as alianças e a influência sobre algumas dessas etnias para estender e garantir seus domínios.

Desta forma, observamos que ao tratar do Forte São Joaquim, mesmo sem se alongar, a autora atenta para o fato de este ser o representante do Estado português no rio Branco e o condutor, nos primeiros anos de colonização da região, da geoestratégia portuguesa na consolidação de seu frágil domínio na região. Os militares do Forte trabalharam para manter e definir as fronteiras portuguesas em duas frentes, por meio da presença militar e da defesa de suas fronteiras, e na administração dos aldeamentos por militares subordinados ao comandante da fortificação.

Farage (1991) fornece as pistas iniciais para o entendimento do papel dos sujeitos históricos na ocupação do território no extremo Norte do Brasil. Sendo sua preocupação principal mostrar a situação dos indígenas do rio Branco no jogo estratégico de dominação portuguesa, dando voz àqueles que a historiografia tradicional tentara apagar da História para legitimar a dominação de determinados seguimentos da sociedade.

Em outro trabalho, “Estado de sítio: territórios e identidades no vale do Rio Branco”, escrito em parceria com Paulo Santilli (1992), – e parte integrante da obra “História dos Índios no Brasil”, organizada por Manuela Carneiro da Cunha – Farage mostra a questão da expulsão dos indígenas de suas terras pelos conquistadores a partir da fundação do Forte São Joaquim, da criação das fazendas reais e da introdução do gado no vale do rio Branco. Neste trabalho, os autores se estendem até a primeira metade do século XX, traçando a problemática da questão de terras no Estado de Roraima.

A principal contribuição desses autores é nos fornecer as pistas iniciais para o entendimento da noção de ocupação, no sentido de que os luso-brasileiros se apropriaram de uma região já povoada por diversas etnias indígenas. Discutir a ocupação e a própria noção de ocupação é importante e indispensável para o vale do rio Branco no período colonial.

Assim como toda a Amazônia, ao chegarem os luso-brasileiros, essa região já era povoada por diversas etnias indígenas, que possuíam estrutura social, política e cultural consolidadas. Embora essa noção seja mais bem desenvolvida posteriormente, pode-se antecipar que, ao chegarem ao rio Branco, os portugueses estavam em busca da conquista e ocupação do território, em detrimento dos interesses das populações autóctones que o habitavam.

Outra noção importante a ser abordada e mais bem desenvolvida mais adiante é o de geopolítica que trata sobre a compreensão de que a posição e o espaço facilitaram a ocupação territorial (GADELHA, 2002). Torna-se necessário compreender o conceito de geopolítica,

norteador da estratégia portuguesa utilizada na Amazônia para a ocupação do território. Embora com o cuidado de não incorrer no anacronismo, afinal, na Amazônia colonial, para o nosso recorte temporal, os portugueses vão orientar suas ações pelo princípio do *Uti Possidetis*, segundo o qual o direito ao território deveria caber àquele que o povoara, que o conquistara aos primeiros habitantes (ANDRADE, 1989).

Além disso, por preocupar-nos não apenas com a área da bacia do rio Branco, mas também com seus pontos de contatos com as bacias do Orinoco e do Essequibo, – áreas de domínios e disputas coloniais com espanhóis e holandeses e, no século XIX, também com ingleses – devemos considerar, nesta pesquisa, que nos deparamos com uma área de fronteira, que no final do século XVIII ainda se encontrava com sua posse indefinida.

Por ser uma noção bastante polissêmica, será também discutida posteriormente. Porém, trata-se de uma noção importante, pois nessa região de fronteira, que temos o contato entre os militares do Forte São Joaquim, a partir de 1775, e os diversos grupos indígenas da região, sujeitos históricos que terão ativa participação e importante papel no processo de ocupação portuguesa do território.

Também não se poderia deixar de abordar a questão da negociação, tendo em vista que embora os militares, chefiados pelo comandante do Forte, que também era o comandante da fronteira, fossem subordinados às autoridades coloniais, – e estas às autoridades da metrópole – e reportassem seus atos a tais autoridades, no cotidiano da conquista a negociação era algo bastante presente.

No interior da dominação portuguesa sobre a região e alguns grupos indígenas, existia espaço para negociações e trocas de interesses. Conquistar a lealdade desses grupos indígenas frente aos outros conquistadores europeus vizinhos poderia definir a posse do território, transformando esses índios em “muralhas dos sertões”.

As fontes desta pesquisa são, principalmente, relatos de viajantes, funcionários coloniais e militares que percorreram a região no período, entre outros cronistas; correspondências desses mesmos indivíduos; diários; e documentação (ofícios, cartas, ordens, etc.) utilizada na questão das fronteiras na região nas disputas entre os conquistadores no final do século XVIII.

Desse modo, os principais relatos utilizados são os de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1777), ouvidor da capitania de São José do Rio Negro; Alexandre Rodrigues Ferreira (1786), naturalista brasileiro que percorreu a região fazendo o levantamento de seu potencial no contexto da sua “Viagem Filosófica”; e Manuel da Gama Lobo de Almada (1787), coronel e depois governador da capitania de São José do Rio Negro.

Outros relatos que serão utilizados são os de Ricardo Franco de A. Serra e Antônio Pires da S. Pontes (1781), que percorreram a região em trabalhos para demarcação de limites; e Francisco José Rodrigues Barata (1798), que se deslocou do Pará ao Suriname e passou pelo rio Branco; além de outros que serão utilizados com menor frequência.

Apesar de funcionários coloniais, esses cronistas apresentam muitas informações importantes sobre o período e o tema desta pesquisa. Todos já foram publicados em fontes impressas e serão confrontados com documentos do período, principalmente do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

Outras fontes utilizadas são as iconográficas. Algumas compõem o acervo da coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, da Biblioteca Nacional, e foram produzidas por seus “riscadores” na expedição ao rio Branco. Também se inclui a cartografia entre as fontes que mais aparecem. Devido a sua importância como ferramenta utilizada nas negociações de limites entre os Impérios coloniais na América.

Para discutir a problemática desta pesquisa, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro, além de se discutir alguns dos principais conceitos e noções que estarão presentes na dissertação e apresentar a região sobre a qual trata este estudo, discute a ocupação portuguesa da Amazônia entre os séculos XVII e XVIII, e o avanço sobre o rio Branco.

No segundo capítulo, é feita a análise das disputas pelo rio Branco e a preocupação com uma área de fronteira com os domínios espanhóis e holandeses. Também se discute sobre a ocupação da região pelos portugueses, a partir da construção do Forte São Joaquim. Por fim, o terceiro capítulo, trata sobre a construção do Forte São Joaquim, suas características, bem como questões de posicionamento geográfico e estratégico. Também se observará as estratégias utilizadas pelos portugueses para a ocupação da região.

As relações entre os sujeitos históricos que participaram desse processo de ocupação da fronteira também estarão presentes neste capítulo, embora seja discutido ao longo de todo o trabalho. Como as relações alternavam-se entre confrontos e alianças entre os militares do Forte São Joaquim e os indígenas no vale do rio Branco foram moldando a ocupação portuguesa na região em uma área de fronteira com domínios espanhóis e holandeses, e posteriormente com ingleses, que substituíram os últimos nessa zona de fronteira.



# 1 O AVANÇO PORTUGUÊS SOBRE O RIO BRANCO

Onde fica o rio Branco? Que experiências geográficas se desenrolaram e que representações regionais se construíram na sua ampla bacia hidrográfica cuja área é o dobro da área do Estado de Pernambuco, e que se situa na fronteira mais ao norte do Brasil? Como vivem os mais de 250 mil habitantes de Roraima, cuja metade é imigrante e um quarto é nascida no Nordeste do país? Como são, como estão e o que se passa com os mais de 30 mil indígenas Makuxis, Wapishanas, Taurepangs, Wai-Wais, Waimiris-Atroaris, Yanomamis? [...] Que imagens e representações públicas se produziram a respeito destas terras em relatórios, obras literárias etc.? A verdade é que pouco se sabe (BARROS, 2000, p. 31).

Com essas palavras, o geógrafo Nilson Cortez Crócia de Barros inicia seu texto sobre a região que denomina “Guyana Brasileira”. Desse modo, o autor chama a atenção para o fato de que embora eventualmente apareçam notícias sobre a região representada pelo estado de Roraima desde 1988, – principalmente notícias relacionadas às questões indígenas e ambientais – cinco séculos após a chegada dos primeiros europeus ao litoral brasileiro, ainda ignoramos diversas partes do nosso próprio território.

É sobre essa região que vamos nos debruçar nas próximas páginas desta pesquisa, buscando traçar as trajetórias e estratégias que levaram os portugueses à bacia do rio Branco e passaram a disputá-la, no contexto da colonização da América do Sul, com espanhóis, holandeses e, no final do século XVIII, também com ingleses.

## 1.1 O rio Branco como uma área de fronteira

Conforme Barros (2000, p. 33) a área das Guianas era formada, grosso modo, pelas três Guianas (Francesa; Holandesa, atualmente Suriname; e Inglesa, independente em 1966), Roraima, a *Gran Sabana* e o litoral da Venezuela ao sul da foz do Orinoco. Essa definição não difere de outros autores, tais como Tota C. Mangar (2009, p. 149), segundo o qual “Guiana” significa “Terra de muitas águas” ou “Terra de muitos rios”, significado que tem origem Arawak (OLIVEIRA, 2011a, nota de rodapé).

Conforme Mangar (2009, p. 150, nota de rodapé), o termo “Guianas” é aplicado a uma área situada entre os rios Amazonas e Orinoco, e referia-se à chamada “Costa Selvagem” durante a exploração europeia no século XVI. A área foi dividida em cinco Guianas: “Guiana

Espanhola (hoje Venezuela); Guiana Inglesa (hoje Guiana); Guiana Holandesa (hoje Suriname); Guiana Francesa; e parte da Guiana Portuguesa (hoje Brasil)”.

Já para Oliveira, a região que denomina de “Amazônia Caribenha” é formada pelo que chama de “Ilha das Guianas”, que compreende “[...] o litoral Atlântico Norte entre o delta do rio Orinoco (Venezuela) e do rio Amazonas [...]”. O seu contorno é formado “[...] pela margem esquerda do rio Amazonas e do rio Negro, pelo Canal de Cassiquiare (Brasil/Venezuela) e a margem direita do rio Orinoco” (OLIVEIRA, 2011b, p. 1). Conforme o fragmento de mapa da figura 1 apresentado abaixo, em que foi feito, como adaptação, o contorno da região que Oliveira chama de Amazônia Caribenha.



Figura 1 – Amazônia Caribenha.

Fonte: OLIVEIRA, 2011b, p. 2.

A definição da região no século XVIII já estava próxima da apresentada pelos autores acima, principalmente em relação à “Amazônia Caribenha”. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 200) já escrevia que os geógrafos davam o nome de “[...] Guyana à vastíssima região da America Meridional compreendida entre os rios Amazonas e Orinoco. [...]”. E acrescentava Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 200-201),

É a Guyana uma verdadeira ilha. Pela parte do nascente e norte a banha o mar. Ao sul lhe fica o rio Amazonas: pelo poente o Negro e Caciquiari; sendo este ultimo o que communica o Negro com o Orinoco, que em parte fecha o lado do poente, e em parte o do norte. [...] Divide-se em Guyana Portugueza, Franceza, Hollandeza e Hespanhola, as quatro nações que a colonisam.

Na época em que Ribeiro de Sampaio (1850 [1777]) escrevia os ingleses ainda não haviam se apoderado de uma parte da região, que dominariam por cerca de 170 anos.

Essa região que Barros (2000) e Mangar (2009) chamam de Guianas ou Guyanas, e que Oliveira (2011a; 2011b) chama de Amazônia Caribenha ou de Ilha das Guianas, apresenta algumas características naturais e de ocupação que a diferenciam da Amazônia portuguesa. Com relação ao aspecto natural, possui uma rede hidrográfica que corre na direção geral Norte. Assim, para o Atlântico correm rios como o Orinoco, o Corentyne, o Berbice, o Demerara, o Essequibo. A exceção é o rio Branco, que faz parte da bacia amazônica.

Todos esses rios são de difícil navegação, com grandes trechos encachoeirados, resultado de estarem situados no planalto das Guianas, que também faz com que se direcionem para o Norte. Também criam grandes áreas de serras, que atualmente representam os marcos fronteiros internacionais entre os países que compõem a região, tais como a serra de Pacaraima, serra do Parima, serra do Tumucumaque, Acarai, Kanuku, Kamoá, entre outras (OLIVEIRA, 2011a; 2011b). Ainda com relação às características naturais dessa área, a Guiana brasileira apresenta uma extensa região de vegetação denominada de campos gerais do rio Branco, distinta das áreas dominadas pela densa floresta Amazônica nos territórios vizinhos.

Com relação à ocupação, a região da Costa Selvagem, entre a foz do Orinoco e do Amazonas, foi inicialmente ocupada pelos holandeses, representantes dos Países Baixos, mas não sem disputas com ingleses ou franceses. Essa ocupação holandesa foi iniciada por volta de 1581 com a colonização da *Pomeroon Coast*, entre os deltas do Orinoco e do Essequibo (OLIVEIRA, 2011b, p. 4-5). Essa posse da Costa Selvagem pelos holandeses foi reconhecida pelos espanhóis em 1648, após a assinatura do tratado de Münster no qual os Países Baixos adquiriam sua independência da Espanha (OLIVEIRA, 2011b, p. 2-3).

Este estudo limitar-se-á a Guiana brasileira, área hoje delimitada pelo estado de Roraima, espaço geográfico que Barros (2009, p. 33) denomina também de “terras do rio Branco”, e que nesta pesquisa aparecerá, normalmente, como vale do rio Branco.

O rio Branco recebeu esse nome porque muitas vezes os europeus ou tinham dificuldade em pronunciar os nomes utilizados pelos indígenas ou estes não os agradavam (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 201). Os índios da região o chamavam de Queceuene (FERREIRA, 1994b [1786], p. 97), porém, passou a ser chamado de Branco pelos portugueses devido a contraposição da cor de suas águas as do rio Negro, no qual desemboca (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 201).

No entanto, não houve preocupação apenas com a área da bacia hidrográfica do rio Branco, mas também com seus pontos de contatos com as bacias do Orinoco e do Essequibo. Áreas de domínios e disputas coloniais com espanhóis e holandeses, que neste estudo será considerada como uma zona de fronteira, e que no final do século XVIII ainda se encontrava com sua posse indefinida. Para apresentar essa região, utilizar-se-á o mapa da figura 2, da página seguinte, de José Joaquim Freire, que acompanhava a Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira quando esta passou pelo rio Branco em 1786.

Por tratar-se de uma zona de fronteira, esse conceito não pode deixar de ser discutido. O estudo da região dominada pelo vale do rio Branco e hoje delimitada por Roraima, – em proximidade com afluentes do Orinoco e do Essequibo, áreas da Guiana e da Venezuela atualmente – torna-se incompleto sem o devido entendimento do conceito de fronteira, principalmente na visão daqueles que viveram naquele espaço no período delimitado.

Desse modo, recolocar-se diante da discussão de fronteira é necessário para “refinar” o conceito e situá-lo no espaço e tempo da pesquisa (Gil, 2007, p. 33). Nesse sentido, pretende-se chegar a uma noção mais esclarecedora de fronteira. O primeiro passo pode ser dado a partir do colocado por Benedikt Zientara (1989, p. 306) de que a origem da fronteira reside no movimento.

A fronteira não indica uma zona de paragem duradoura, mas sim paragem perante a falta de capacidade de continuar o movimento, ou frente à resistência de outro movimento em sentido contrário. A “[...] mobilidade é portanto um caráter intrínseco da fronteira, mesmo se algumas sociedades humanas tendem a fixar definitivamente as suas próprias fronteiras” (ZIENTARA, 1989, p. 306).

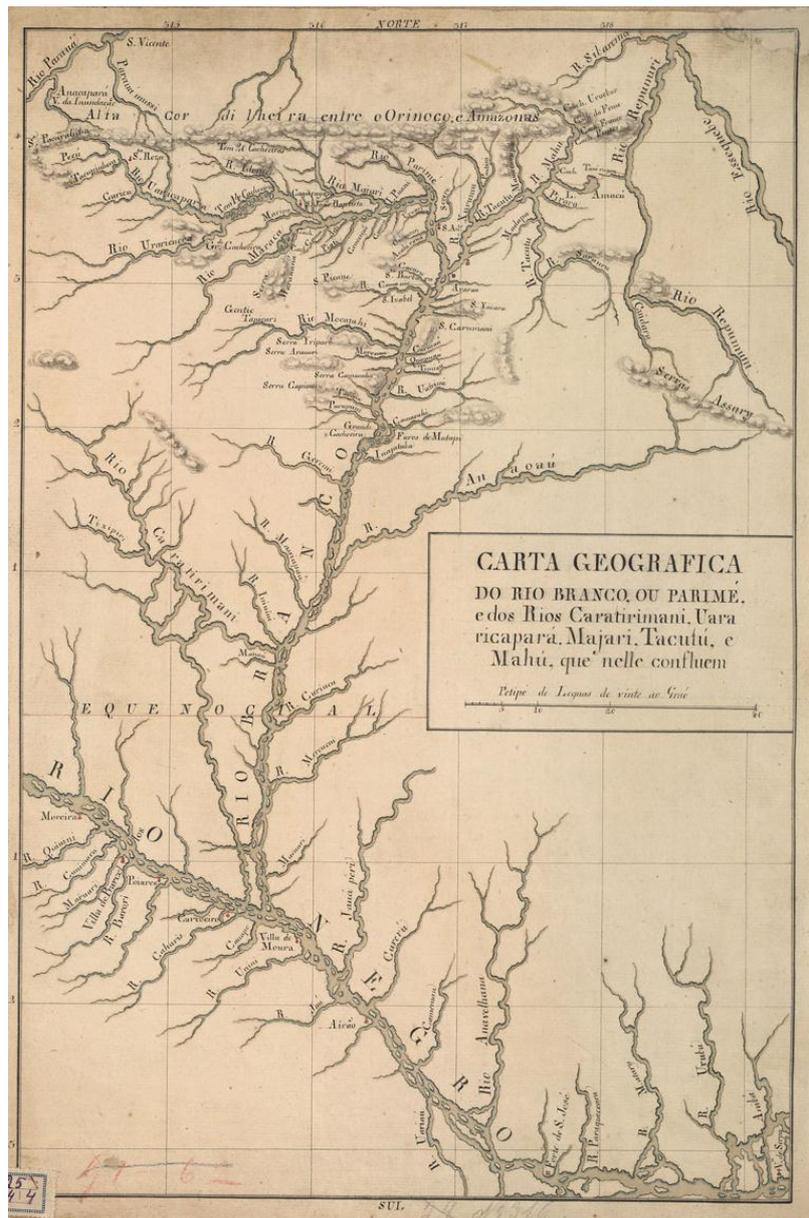


Figura 2 – Carta geográfica do rio Branco, ou Parimé, e dos rios Caratirimani, Uararicapará, Majari, Tacutú, e Mahú, que nelle confluem [17--].

Fonte: FREIRE, José Joaquim [17--]. Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart511931.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart511931.jpg). Acesso em: 15 ago. 2012.

A ideia de fronteira como linha que separa duas regiões era uma abstração, que não existiria fora do mapa geográfico (ZIENTARA, 1989, p. 307), principalmente no período colonial. Ao se observar, por exemplo, o avanço português em direção ao vale do rio Branco a partir da década de 1730, percebe-se uma fronteira em expansão. Ela avança com as tropas de resgate que atuaram na região até o final da década de 1740 e serviram de argumento para a

Coroa portuguesa tentar garantir a posse da área nas negociações de limites do Tratado de Madri, conforme o sentido de fronteira em movimento apontado por Zientara (1989).

Assim, o emprego do termo “fronteira” para designar o espaço geográfico do estudo, indica que o entendemos como “[...] lugares instáveis, com a presença de ‘outros’, uma região de onde vinha o perigo de ataques inimigos, mas sugere, também, que tais áreas eram vistas como campos possíveis para a expansão da colonização” (THOMPSON FLORES; FARINATTI, 2009, p. 152).

Nessa perspectiva, ainda que as Coroas ibéricas pretendessem traçar uma fronteira-linha para dividir seus impérios coloniais, – como sugere o Tratado de Madri de 1750 – não dominavam o conhecimento do terreno necessário para tal, tornando-se assim “[...] uma fronteira política de difícil materialização [...]” (OSÓRIO, 2007, p. 58). Por tal motivo, definindo-se como uma zona ou uma área, caracterizando uma fronteira “imprecisa, móvel, provisória e permeável” (OSÓRIO, 2007, p. 58).

Nessa mesma direção apontam Thompson Flores e Farinatti (2009, p. 153) ao colocarem que a fronteira não deve ser considerada como uma linha divisória, mas como um espaço, compreendido como produto da ação humana. Dessa forma, toda e qualquer fronteira tem por característica intrínseca a ambiguidade, pois são nos limites e confins do país, que tanto separa-se quanto põe-se em contato. Nesse sentido, torna-se fundamental, para compreender a fronteira enquanto espaço dinâmico, levar em consideração essa contradição da fronteira, que tanto delimita quanto relaciona duas comunidades (THOMPSON FLORES; FARINATTI, 2009, p. 153-154).

Com o colocado até aqui, podemos acrescentar ainda que embora as autoridades de Portugal e Espanha estivessem interessadas em uma fronteira-linha, era difícil a sua concretização na região. Aliás, essa fronteira nem chegou a ser demarcada após a assinatura do tratado de 1750, como será discutido posteriormente.

Para os indígenas, essa noção de fronteira-linha entre as possessões dos europeus naquela área ia de encontro com a concepção que tinham de seus territórios tradicionais. Além disso, devem-se considerar as fronteiras existentes entre os diferentes grupos étnicos que habitavam o vale do rio Branco, tal qual o sentido apontado por Fredrik Barth (2000, p. 27). Para o autor, o grupo étnico, entre outros aspectos, pode ser definido quando “[...] um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros, como constituindo uma categoria que pode ser distinguida de outras categorias da mesma ordem”.

Este ponto ficará mais claro na terceira parte deste estudo, o objetivo até aqui foi esclarecer sob qual noção, ou quais noções, se analisa o vale do rio Branco. Nessa fronteira, o

rio Branco é o principal curso fluvial, e por tal motivo se explica a importância de se ter o seu domínio no século XVIII. Formado pela confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, percorre mais de 800 km em direção ao Sul até desaguar no rio Negro. Foi durante séculos sua única via de acesso, e responsável por permitir as incursões de exploração e a ocupação da região por conquistadores do Pará (VIEIRA, 2007, p. 9).

A navegação no rio Branco, porém, deveria obedecer ao regime das cheias, que vão de março a setembro, período em que podia se deslocar do rio Negro ao Branco, sendo junho o mês de maior nível das águas do rio. A seca vai de outubro a abril, período de difícil navegação, com dezembro e janeiro apresentando os menores níveis. A diferença entre as cheias e as secas no alto rio Branco, no início do século XX, variavam entre 10 e 13 metros, dependendo do trecho, conforme relatava Jacques Ourique (1906, p. 7) em sua passagem pela região.

À descrição de Jacques Ourique (1906), pode-se acrescentar a informação apresentada por Ribeiro de Sampaio, que afirmava: “na enchente é dificultosa a sua navegação por causa da braveza das correntezas. Na vasante, porém, seca de sorte que também dificulta a navegação às embarcações maiores [...]” (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 202).

Desse modo, devemos destacar que, devido a importância estratégica do rio Branco na região, a construção de uma fortificação portuguesa permitiu que no último quartel do século XIX, ainda que economicamente pouco atrativo, o vale do rio Branco torne-se uma realidade como área de ocupação não-indígena. Porém, sem a atuação do Estado português com essa iniciativa e outras políticas de ocupação, esta teria sua concretização adiada.

Discutir a ocupação e o próprio conceito de ocupação é importante a todos que se deparam com temas relacionados ao período colonial do Brasil, tornando-se também indispensáveis para o rio Branco. Essa região apresentava algumas particularidades que outras áreas de colonização portuguesa na Amazônia não possuíam como a vegetação e a própria dificuldade de acesso.

Além disso, no vale do rio Branco, outros conquistadores europeus travaram conhecimento com o espaço geográfico e com seus ocupantes antes dos portugueses, já possuindo, portanto, estratégias com fins geopolíticos. Isso levou a alguns confrontos, mesmo que indiretos, entre espanhóis e holandeses pelo controle da influência sobre os indígenas e pela zona de fronteira, enquanto os portugueses só passaram a explorar efetivamente a região a partir da década de 1730 (FARAGE, 1991).

Diversas etnias indígenas ocupavam o vale do rio Branco quando ocorreram os contatos iniciais com os europeus, etnias que pertenciam aos trocos linguísticos Karíb e

Arawak (OLIVEIRA, 2011a; 2011b), e alguns funcionários coloniais portugueses tentaram mapeá-las nos primeiros anos da conquista.

Em 1777, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, ouvidor da capitania de São José do Rio Negro, – criada em 3 de março de 1755 e instalada em 7 de maio de 1757 (REIS, 1940), durante o ministério pombalino – apontava como habitantes dos aldeamentos portugueses no rio Branco índios das etnias “Paraviana, Uapixana, Saporá, Aturaiú, Tapicari, Uaiumará, Amaripá, Pauxiana”, e como etnias conhecidas, mas até aquele momento não reduzidas “Cariponá, Macuxi, Uaicá, Securi, Carapí, Seperú, Umaiana” (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 252-253).

O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira percorreu a região em 1786, a serviço da Coroa portuguesa, e anotou em seu *Diário do Rio Branco* [1786] a distribuição das etnias nos rios pelos quais navegou ou sobre os quais obteve informações. Indicava a presença das seguintes etnias indígenas: os “Parauanas”, que antes de sua passagem habitavam a região do rio “Caratirimani” (Catrimani), com suspeitas de sua presença no “Iniuny”, e alguns foram tirados do rio Anauá para os aldeamentos; “Parauás” e “Macús”, também no Catrimani; “Aruaquiz” no “Sereuini”; “Amaribaz” no “Cuitarú”, braço do Anauá; também na região do Anauá “Aturahiz”; “Pauxiana” no “Jaguarany”.

Em direção ao rio “Mucajahy” (Mucajaí), Rodrigues Ferreira indicava a presença dos “Guaxumará”, e também nessa região, no rio “Cauhamé” (Cauamé), os “Saporá”, além dos “Tapicarys” nas suas proximidades. No Uraricoera registrava os “Uapexanas”; “Tapicaris” no “Cambú”; os “Trimicanas” no “Majary” (Amajari), que também contava com a presença dos “Peralvilhanos”; estes índios também habitavam o Tacutú, antes de se retirarem para próximo dos holandeses, sendo a região habitada então pelos “Uapexanas”.

Os “Uapexanas” também habitavam o “Sarumú” (Surumú), afluente do Tacutú, juntamente com os “Sucurys”, “Yaricuna”, “Carapys” e “Uaicás”. Em outro afluente do Tacutú, o “Mahú” (Maú), o domínio era dos “Macuxis”. Não deixa de citar os chamados “Caripunas” do Rupununi como a etnia que mais participava da rede de comércio de escravos indígenas com os holandeses (FERREIRA, 1994a [1786], p. 85-90).

No relato de Manuel da Gama Lobo D’Almada, que era coronel e depois governador da capitania do rio Negro, e viajou inspecionando o vale do rio Branco no ano de 1787 encontra-se a seguinte distribuição: “Paravilhanos”, “Aturahis” e “Amaribás” na região do rio Tacutú, sendo os primeiros em suas cabeceiras; os “Caripunas” no “Repunuri” (Rupununi) e perto destes os “Caribes”. Todos estes, segundo Lobo de Almada, tiveram algum contato com os holandeses.

No Surumú os “Macuxis”, e do Maú ao Parimé os “Oapixanas”. Daqueles que tiveram algum contato com os espanhóis cita os “Oaycás” do Amajari ao Parimé; também no Parimé os “Acarapis”; “Tucurupis” na “Serra Cunauarú”; na “Serra Curaiti”, próximo ao Amajari, os “Arinas”; nas proximidades do Uraricoera os “Quinhaus”, e no “igarapé Tactú” os “Procotos”; os “Macús” na “Serra Andauari”; “Guimaras” no rio “Mará”; no Cauamé os “Aoaquis”; e os “Tapicarís” no Mucajaí. Registra ainda os “Saparás” também no Mucajaí; “Pauxianas” na “cachoeira de S. Felipe”; “Parauanas” no Catrimani; além de ter tido notícias dos “Chaperos, e Guajuros” (ALMADA, 1861 [1787], p. 674-679).

Na obra intitulada *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*, Nádia Farage (1991) buscou construir um mapa, reproduzido na figura 3 da página seguinte, no qual aponta a composição étnica da região a partir de tais relatos, além de apresentar os deslocamentos de algumas dessas etnias no projeto de aldeamentos portugueses na região.

Desse modo, podemos perceber que ao expandirem seus domínios para o rio Branco, como também em outras áreas coloniais na América, os portugueses chegaram para conquistar e ocupar. O termo ocupação aqui está compreendido no sentido de que os portugueses tinham o objetivo de capturar e controlar a região, uma ocupação militar, a partir da fundação do Forte São Joaquim em 1775, além da função de defesa militar contra uma invasão ao principal núcleo da conquista portuguesa nessa área da Amazônia, o rio Negro.

O termo ocupação aparece no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001, p. 2049), – além do sentido relacionado ao trabalho que possui na língua portuguesa – como o “[...] ato de apoderar-se de algo ou de invadir uma propriedade; posse [...]”, ou ainda no sentido jurídico de “[...] modo de aquisição da propriedade de coisa móvel sem dono ou abandonada; apropriação [...]”. A etimologia da palavra está no termo do latim *occupatio*, que significa “[...] ação de ocupar, de invadir, de apoderar-se; ocupação [...]”.

Assim, entende-se ocupação no sentido de conquista do território e de seus ocupantes em aspectos econômicos, políticos e culturais. O objetivo da ocupação era prevalecer os interesses do conquistador a todo custo, sem se preocupar com populações que eram mortas, expulsas de suas terras ou aldeadas para servirem de argumentos políticos e territoriais. E nesse sentido, o Forte São Joaquim foi o instrumento da Coroa portuguesa para a consolidação de seus objetivos no rio Branco.

Nesse contexto, os não-índios negociaram, apropriaram-se, e em muitos casos expulsaram os povos autóctones de suas terras, de uma região já povoada por diversas etnias, além da compulsória, e diversas vezes violenta, apropriação de sua força de trabalho.

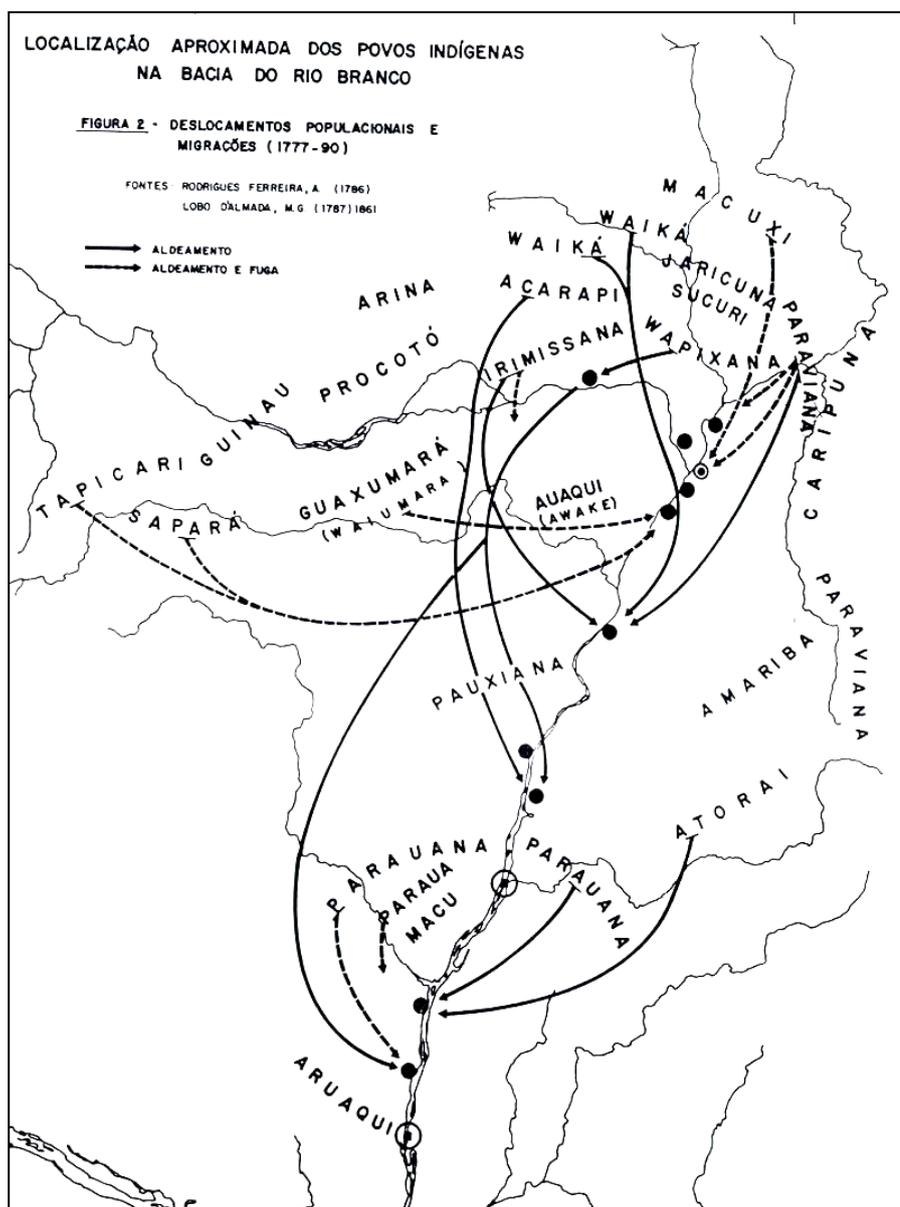


Figura 3 – Localização aproximada dos povos indígenas na bacia do rio Branco no Século XVIII.

Fonte: FARAGE, 1991, p. 59.

## 1.2 A conquista portuguesa da Amazônia.

Para Regina Maria Gadelha (2002), entre os maiores problemas existentes atualmente para quem estuda a Amazônia encontra-se a carência de conhecimentos “geopolíticos mais sólidos”, ou seja, para a autora, a posição e o espaço facilitaram a ocupação territorial. Para

exemplificar seu pensamento, afirma que na América do Sul encontram-se, ao Norte e ao Sul, as duas maiores bacias fluviais do continente, a Amazônica e a Platina, as quais, a partir do Atlântico, penetram em direção ao interior. Essa característica geográfica as tornou pontos de grande importância para a conquista no continente, e por esse motivo, alvo de constantes disputas entre portugueses e espanhóis.

A geopolítica “trata-se de um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico” (BECKER, 2005, p. 1) e, para a Amazônia colonial, a geopolítica funcionou como o fundamento de ocupação, pois

[...] por mais que quisesse a Coroa, não tinha recursos econômicos e população para povoar e ocupar um território de tal extensão. Portugal conseguiu manter a Amazônia e expandi-la para além dos limites previstos no tratado de Tordesilhas, graças a estratégias de controle do território. Embora os interesses econômicos prevalessem, não foram bem-sucedidos, e a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia, cuja ocupação se fez, como se sabe, em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência (BECKER, 2005, p. 1).

É importante destacar, entretanto, que geopolítica é um conceito moderno, uma chave aqui empregada para compreender o contexto da Amazônia colonial. Entretanto, o que devemos utilizar para interpretar os argumentos portugueses para a posse da região é o princípio do *Uti Possidetis*, segundo o qual, o direito ao território deveria caber àquele que o “povoara”, ou seja, que o conquistara aos primeiros habitantes (ANDRADE, 1989, p. 30).

A origem do *Uti possidetis* encontra-se no direito romano da era republicana, como parte de uma série de decretos que o Pretor (administrador de justiça) emitia a pedido de uma das partes durante a fase inicial de litígio sobre a posse de bens imóveis. O dispositivo legal chegou a ser resumido na frase “*Uti possidetis, ita possideatis*”, que pode significar “Como você possui, assim pode você possuir” (RATNER, 1996, p. 592-593, tradução nossa).

Esse dispositivo legal sofreu adaptações com o tempo, tornando-se um novo princípio regulador da posse da terra, passando o “como você possui” a significar que o direito respeita a posse, ou seja, a ocupação efetiva da terra. Princípio que prevaleceu nas negociações do Tratado de Madri de 1750 (CINTRA, 2012, p. 427).

Para Celso Castro e Adriana Barreto de Souza (2006, p. 51), é importante destacar que os homens que conquistaram a Amazônia “[...] não se moviam por um sentimento de dever para com a pátria ou a nação, menos ainda pela defesa de uma idéia de soberania nacional [...]”, mas sim por cobiça. Avançavam em nome da Coroa portuguesa, mas buscavam retorno financeiro e mercês pessoais, concessões que emanavam, em última instância, do Rei. Sobre este aspecto, trataremos mais adiante.

Discutindo o processo de demarcação das fronteiras na região Amazônica, Celso Castro e Adriana Souza (2006) mostram onde os portugueses puderam apoiar-se no *Uti Possidetis*,

Sobre o processo de demarcação das fronteiras e, portanto, de formalização do domínio português [depois brasileiro] na atual Amazônia é necessário sublinhar que as fronteiras não foram asseguradas pela força das armas. Tanto as primeiras expedições quanto as forças militares dirigidas para a região, mesmo os regimentos enviados de Portugal, ainda que tenham travado alguns combates, não tiveram papel expressivo no traçado das fronteiras. A chamada “fronteira militar portuguesa”, esboçada no século XVIII, organizou-se apoiada na diplomacia e sobre a construção de pequenas fortalezas isoladas num território em larga medida desconhecido. É verdade que essas fortalezas existiram em bom número e começaram a ser erguidas cedo, desde a expedição de Castelo Branco. Contudo, elas não eram obras de engenharia grandes e sólidas (CASTRO; SOUZA, 2006, p. 60).

Nessa busca pela consolidação da posse do território pelos portugueses, diversos conflitos ocorreram ao longo da história colonial da Amazônia, conflitos tanto externos quanto internos. Se os primeiros não foram marcados por grandes confrontos, pelo menos se comparados aos internos, estes tiveram significativa violência, principalmente a direcionada aos antigos habitantes da América.

A conquista portuguesa da Amazônia, iniciada apenas no início do século XVII, deu oportunidade para que holandeses, ingleses e franceses conhecessem melhor a região que portugueses e espanhóis, “donos” do território pelo Tratado de Tordesilhas. Um dos principais motivos que atraía a atenção desses conquistadores era a proximidade da Amazônia ao cobiçado comércio caribenho (CARDOSO, 2003, p. 38).

O abandono inicial dos ibéricos ofereceu a oportunidade para que piratas e corsários franceses, por exemplo, explorassem o litoral maranhense e paraense. Daniel de La Touche, – senhor de *La Ravardière*, que fora nomeado na França em 1610 *lieutenant-générale* (tenente-general) das costas do Amazonas até a ilha de Trindade, e havia comandado a expedição de fundação de São Luís em 1612 – quando capitulou frente aos luso-brasileiros no Maranhão, em 1615, afirmava que os franceses haviam feito inúmeros reconhecimentos da região (CARVALHO, 1998, p. 28-29).

Nesse contexto, as notícias que chegaram à Corte portuguesa sobre a atuação de outros conquistadores europeus na região amazônica e, mais importante, a ocupação do Maranhão pelos franceses, precipitaram os portugueses a tomar atitude contra essa presença que ameaçava suas pretensões de posse. Tais notícias fizeram com que o desprezo inicial pela área

fosse substituído pelo medo de perder a estratégica bacia amazônica (CARDOSO, 2003, p. 37).

A impossibilidade de defesa da região a partir do Nordeste brasileiro e a necessidade de ocupá-la, aliados à dificuldade natural de navegação, que tornava mais fácil a viagem de Belém a Lisboa que a Salvador, possibilitou o surgimento de outra área colonial portuguesa na América, diretamente subordinada à metrópole (CARDOSO, 2003, p. 39).

Com a fundação do Forte do Presépio por Francisco Caldeira Castelo Branco em 1616, os portugueses marcaram sua presença na Amazônia. Este Forte daria origem à Santa Maria de Belém do Grão-Pará, localidade que serviria de base logística tanto para que os portugueses espalhassem feitorias e missões no rio Amazonas, como para a expulsão de outros europeus, nas lutas para garantir a posse do território (DIAS, 1998, p. 33).

Inicialmente a Coroa portuguesa não tinha claro um projeto de ocupação das terras amazônicas, havia a necessidade de ocupar devido à presença de outros europeus. Além da falta de um projeto, também faltavam recursos financeiros, o que foi inicialmente remediado pelo interesse dos luso-brasileiros de Pernambuco em efetivar a conquista do Maranhão e do Grão-Pará (CARDOSO, 2003, p. 42).

Dessa forma, a preocupação portuguesa em ocupar a região estava inserida, em um primeiro momento, principalmente no contexto da defesa do território, ou seja, são “razões de guerra” que motivaram os portugueses a investir empreendimentos na região. Ainda não se conhecia o potencial econômico da Amazônia, apenas a noção de que seu principal rio era uma excepcional via de comunicação, penetração no território e de defesa contra os “invasores estrangeiros”.

Essa defesa contra tais “invasores” foi a principal força organizadora da estratégia de ocupação inicial da Amazônia (CARVALHO, 1998, p. 35-36). Assim, no início da conquista da Amazônia portuguesa, o primeiro passo seria expulsar os europeus, a fim de mostrar força e impressionar os povos indígenas da região (REIS, 1982, p. 9).

Na região litorânea, próximo a foz do Amazonas, ingleses, franceses e holandeses avançavam na conquista sob a garantia do Estado, ou a serviço de uma Companhia de Comércio, ou ainda de particulares (REIS, 1982). De modo que em busca do *El Dorado*, – a ideia de que existia uma região onde havia ouro em abundância, e os artefatos mais cotidianos seriam feitos desse metal, atraía muitos exploradores à procura de suas riquezas – o desejo de participar do mercado expansionista que se apresentava, e derrubar o poderio militar e econômico espanhol, foram objetivos desses concorrentes europeus, que deram muito trabalho aos portugueses na Amazônia (OLIVEIRA, 2003, p. 22).

Porém, se a preocupação inicial dos portugueses estava voltada para a atuação de franceses, holandeses ou ingleses, ao final da dominação espanhola em 1640, não querendo perder seus domínios amazônicos, os castelhanos passaram a representar uma grande ameaça às pretensões portuguesas na Amazônia (CARVALHO, 1998, p. 83).

Essa preocupação portuguesa está relacionada ao fato de que a Amazônia estava localizada em área originalmente espanhola, ao se observar o Tratado de Tordesilhas, de modo que no momento do avanço português, essa soberania era duvidosa tendo em vista a união das Coroas ibéricas (SANTOS, 2002, p. 15).

Desse modo, até a primeira metade do século XVIII os portugueses vão avançar cada vez mais suas fronteiras para além da traçada pelo Tratado de Tordesilhas, seja pelo avanço missionário, seja pelas expedições em busca do escravo indígena. O que foi facilitado pelo caos na política espanhola ocasionado pelas guerras de sucessão, quando a Coroa mudou de mãos diversas vezes, deixando a metrópole sem controle do que ocorria no interior do continente sul-americano (BOXER, 2000, p. 303).

A partir do avanço das tropas de resgate, tropas de guerra e da busca pelas drogas do sertão, os portugueses atingiram o centro da Amazônia, subiram os rios Negro e Branco e expulsaram os espanhóis do Solimões (REIS, 1940, p. 20-21). Nesse sentido, a capitania de São José do Rio Negro, tinha por objetivo aproximar o Estado das fronteiras com espanhóis e holandeses, e em 1772, as capitanias do Pará e Rio Negro foram separadas do Maranhão (REIS, 1940, p. 28-29).

Ao se observar que tais unidades administrativas foram criadas após a assinatura do Tratado de Madri, fica claro que visavam ainda aproximar o Estado das novas áreas de ocupação portuguesa, garantindo sua efetiva posse, além de apoiar e incentivar a plena exploração dos recursos econômicos no contexto da colonização na Amazônia.

Entretanto, na nova área colonial, os confrontos não se limitavam a colocar portugueses contra ingleses, holandeses, franceses ou espanhóis. Tais confrontos ocorreram ainda com os diversos grupos indígenas que habitavam a Amazônia, além daqueles que envolveram os agentes internos, no seio do núcleo colonial que surgia.

Ocupada inicialmente com aspectos de uma área predominantemente militar e como estratégia geopolítica, a conquista da Amazônia tinha também como objetivo evitar uma tentativa de assalto à área mais rica da colônia, “o Nordeste açucareiro”. Para tornar a região economicamente produtiva e atrativa, foi tentado inicialmente o sistema de *Plantation*, tentativa frustrada, direcionando então os moradores para a abundante força de trabalho

disponível e para a grande quantidade de produtos naturais comercializáveis oferecidos pela floresta amazônica (SANTOS, 2002, p. 17).

Entre os fatores que contribuíram para que a produção de açúcar e tabaco da Amazônia não entrasse no mercado exportador português, ficando restrita ao Maranhão e próximo ao delta do Amazonas, os principais foram: a falta de capital, – a burguesia mercantil estava mais interessada nos lucros seguros da produção de açúcar do Nordeste – e os altos preços a que chegavam a mão-de-obra escrava africana, tornando-a inacessível aos produtores da Amazônia (FARAGE, 1991, p. 24).

Sem essa base econômica, – extração de drogas do sertão com a utilização da mão-de-obra indígena – teria sido impossível ocupar o vale amazônico. Encontrada a atividade econômica adequada, a utilização da mão-de-obra indígena nessa atividade vai provocar os choques entre europeus e indígenas (SANTOS, 2002, p. 18-19).

Este é um ponto importante, – e como observaremos, ocorreria também no rio Branco – a busca de uma base econômica para a ocupação, e a partir da efetivação dessa ocupação a garantia dos lucros direcionava as ações após a conquista do território. Ou seja, dois aspectos que andaram juntos no contexto da conquista portuguesa da região amazônica.

Desse modo, os conflitos internos na região foram iniciados e impulsionados pela cobiça por mão-de-obra e drogas do sertão e fizeram com que os portugueses avançassem em direção aos domínios indígenas. No contexto em que se encontrava a Amazônia, no início do século XVII, a mão-de-obra será predominantemente indígena, e a disputa pelo acesso e controle dessa mão-de-obra marcou a história colonial da Amazônia, envolvendo principalmente moradores e missionários (DIAS, 1998, p. 35).

De fato, como aponta Rafael Chamboleyron (2003, p. 103), na Belém do início do século XVII, todos os moradores, fossem “[...] militares, senhores, estrangeiros, religiosos, oficiais e em alguns casos até os chamados ‘pobres’, tinham índios para seu serviço”.

Esse avanço português na Amazônia “[...] desencadeou entre os indígenas um verdadeiro estado de guerra contra o domínio de suas terras e a escravização de sua força de trabalho” e desde os primeiros encontros houve a resistência indígena ao domínio português (SANTOS, 2002, p. 22).

Contra essa resistência, os portugueses realizaram muitas operações de guerra, resultando por diversas vezes em massacres (SANTOS, 2002, p. 23), embora alguns grupos indígenas tenham se aliado ao conquistador para atingir seus objetivos no novo contexto que se apresentava na Amazônia.

Existiam então três formas legais de se obter escravos na Amazônia colonial: as guerras justas, os resgates e os descimentos. As guerras que os portugueses faziam aos indígenas tinham por objetivo puni-los quando atacassem os núcleos coloniais portugueses, ou quando impedissem a pregação do evangelho, e que legalizadas, recebiam o nome de *guerra justa*. Porém a guerra justa era apenas uma maneira de se obter prisioneiros para serem vendidos e utilizados como mão-de-obra escrava nos principais centros urbanos da Amazônia (SANTOS, 2002, p. 24).

Nos *resgates*, outra fonte de escravos, os índios feitos prisioneiros nas guerras entre as diferentes etnias eram resgatados e, em retribuição, o índio poderia ser escravizado por um período inicial de 10 anos (SANTOS, 2002, p. 24-25). De forma que muitas guerras intertribais foram incentivadas para a obtenção de escravos através da compra às nações indígenas que os tinham feito prisioneiros.

Já os *descimentos* eram feitos de dois modos, ou eram celebrados acordos entre os missionários e os indígenas e estes desciam voluntariamente, ou eram obrigados a se aldear. De qualquer forma, no aldeamento a mão-de-obra era repartida entre os missionários, os moradores e, para os serviços da Coroa, sendo estes índios chamados de aldeados (SANTOS, 2002, p. 25-26).

Pela legislação vigente no século XVII (Regimento das Missões de 1686), o índio aldeado não era escravo, devendo receber salários e trabalhar por um período determinado. Porém, geralmente os salários não eram pagos e os prazos ultrapassados, tornando-se a divisão do trabalho no aldeamento mais uma forma compulsória de utilização da mão-de-obra indígena.

“No século XVIII, as modalidades de recrutamento de força de trabalho indígena continuavam, e sempre acompanhadas por combates, massacres e aprisionamentos” (SANTOS, 2002, p. 26). São essas expedições de caça à força de trabalho indígena, sob as formas de resgates ou descimentos, que foram eliminando ou estabelecendo contato com as populações nativas, porém, foram também responsáveis pelos portugueses terem empurrado o marco de Tordesilhas muito além da linha original. Essa penetração rumo ao oeste feita pelos portugueses ocorreu também devido ao esgotamento ou fuga da mão-de-obra indígena que se localizava próximo à foz do Amazonas (SANTOS, 2002, p. 33).

O avanço português na Amazônia, que provocou o confronto com os indígenas, foi realizado por vários agentes, que se confrontaram também entre si, de modo que para o período anterior à administração pombalina, pode-se destacar o seguinte esquema: 1. Os portugueses enfrentavam outros europeus pelo controle da região e dos índios; 2. Os

portugueses entraram em choque com os indígenas, pois os índios resistiam ao avanço português; 3. Existia o embate entre os missionários das ordens religiosas e os moradores pelo controle da mão-de-obra indígena, dos missionários com as autoridades coloniais e, eventualmente, destas com os moradores; e 4. As ordens religiosas disputavam áreas de influência e domínio entre elas. De forma que quase todos esses confrontos giravam em torno de um único objetivo, controlar a mão-de-obra indígena (SANTOS, 2002, p. 34).

Esse constante conflito de interesses entre as ordens religiosas, os moradores, as autoridades régias e os próprios índios, ao longo do período colonial moldaram uma legislação indigenista, apontada por alguns autores, como contraditória e hipócrita. Na verdade, essa legislação oscilava em torno dos constantes choques a respeito da mão-de-obra indígena, ponto fundamental para o desenvolvimento da conquista do Grão Pará e Maranhão (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 115).

Tais confrontos resultaram ainda na expulsão dos jesuítas em 1661 da Amazônia, e em 1684 apenas do Maranhão. Entre as ordens religiosas foi necessário que se loteasse a Amazônia para que tivessem sua atuação limitada a determinados espaços e se evitasse o confronto. Entretanto, os conflitos continuaram dessa vez por algumas ordens religiosas se sentirem prejudicadas pela divisão realizada (SANTOS, 2002, p. 35-37).

Dentre as mais importantes legislações do período, encontra-se o *Regimento das Missões*, que entre os pontos mais significativos trouxe para o controle das ordens religiosas a administração temporal e política sobre a mão-de-obra indígena, além do controle espiritual que já possuíam. Essa legislação representou uma excepcional vitória dos missionários sobre os moradores com o aval da Coroa (VIEIRA, 2007, p. 11).

Todas as aldeias eram economicamente autônomas, sua fiscalização ficava a cargo da ordem a qual pertencia, nela sendo proibida a entrada de leigos sem a licença de alguma autoridade superior. Os pedidos de mão-de-obra indígena tinham que ser feitos, obrigatoriamente, pelos moradores aos missionários de cada aldeamento do qual pleiteavam os trabalhadores (BOXER, 2000, p. 293).

Porém, as acusações eram feitas por ambos os lados em questão, moradores e missionários, determinadas vezes sem muito fundamento. A cidade de São Luís, de fato, em 1743, ainda vivia em pobreza, enquanto em Belém, mantinha-se um florescente comércio de drogas do sertão e outras mercadorias com Lisboa, e certamente esse comércio não era feito apenas pelas ordens religiosas (BOXER, 2000, p. 301).

Maria das Graças Santos Dias (1998, p. 36) afirma que, de fato, “as missões religiosas tornaram-se grandes empresas comerciais”, onde os indígenas eram submetidos a uma

diversidade de trabalho compulsório. Os produtos desse trabalho eram exportados, favorecendo o enriquecimento das ordens religiosas que alcançaram, na primeira metade do século XVIII, “grande poder e importância financeira”.

Desse modo, a ação dos missionários foi marcada pela ambiguidade, pois, ao mesmo tempo em que denunciavam os excessos dos colonos entrando em conflito com os mesmos, participavam desse mundo comercial (CHAMBOULEYRON, 2003, p. 19-20). A partir de 1751, com a chegada do Marquês de Pombal ao poder, a Amazônia, – até então área marginalizada no sistema colonial português – com as reformas empreendidas pelo ministro do rei D. José I “[...] passa a ingressar mais efetivamente no espaço político-econômico português e a receber a intervenção direta da metrópole” (DIAS, 1998, p. 36).

### **1.3 A Amazônia sob a administração pombalina**

A Amazônia passa a ser uma área privilegiada do Império Português sob a administração de Pombal, que nomeia para governá-la seu meio-irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Tal atenção foi proporcionada pela assinatura do Tratado de Madri, por meio do qual Portugal adquiriu a posse de vasta extensão ao Norte de sua área colonial, pensando a administração portuguesa em alternativas econômicas que pudessem promover o desenvolvimento da região (DIAS, 1998, p. 36).

Para a política de Pombal, a Amazônia representava grandes possibilidades econômicas para Portugal e o constante conflito entre moradores e jesuítas (a principal ordem religiosa envolvida nesses confrontos) deveria ser resolvido para que isso se concretizasse. Essa questão influenciava diretamente sobre a produção da colônia, e estava clara a capacidade econômica dessa região, como fornecedora de especiarias e matérias-primas (CARVALHO, 1998, p. 108).

Dentre as medidas adotadas por Pombal, as mais significativas para a Amazônia foram: a drástica modificação ocorrida na política relativa à mão-de-obra indígena, passando os índios a ser considerados livres e assalariados, portanto, súditos da Coroa; a instituição de uma companhia de comércio que funcionou durante mais de vinte e dois anos (1755-1778), com as finalidades de introduzir escravos africanos a crédito, dinamizar a agricultura e de incrementar o comércio na região, além de promover o povoamento, por meio da imigração de casais açorianos; redistribuição (entre militares e particulares) das propriedades

confiscadas dos jesuítas, por doação ou venda; reformulação e ampliação da máquina administrativa portuguesa local; e a transformação das antigas missões em vilas e comunidades com novas denominações portuguesas. A responsabilidade de colocar inicialmente em prática essas novas orientações ficou a cargo de Mendonça Furtado (SANTOS, 2002, p. 46-47).

A Lei intitulada *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*, foi assinada pelo rei D. José I em 17 de agosto de 1757. Inicialmente aplicada apenas ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, foi no ano seguinte aplicada em toda a conquista portuguesa na América, vigorando até 12 de maio de 1798, quando foi revogada por D. Maria I (BRANDÃO, 2002, p. 253-254).

Tratava-se, nos planos de Pombal e Mendonça Furtado, de elevar o indígena a condição de súdito da Coroa, para garantir a “precária posse da colônia”, uma vez que o Tratado de Madri estabelecia que cada conquistador ficasse com as terras que já havia ocupado. Tratava-se de “povoar” todo o território com população portuguesa, nesse caso, inserindo os índios na sociedade portuguesa (DIAS, 1998, p. 38).

Nesse processo, havia ainda a necessidade de fortalecer o Estado, passando a Igreja a ocupar uma posição subalterna na condução da administração. Desse modo, a secularização significava “[...] garantir as fronteiras portuguesas, civilizar terras e índios, estabelecer a autoridade do rei” (ALMEIDA, 1995, p. 115).

Analisando os argumentos de autores que afirmam ter sido o Marquês de Pombal um Déspota Esclarecido, adepto das ideias iluministas, Sylvana Brandão (2002) sugere que seja mais seguro relacionar o Iluminismo de Pombal às ideias de *Regalismo* e *Jansenismo*, difundidas em sua época em Portugal.

Segundo a autora, *regalismo* significa a afirmação do predomínio dos interesses e direitos do Estado sobre a Igreja ou qualquer outra instituição ou poder, enquanto *jansenismo* definia a reação anti-jesuítica, compartilhada por todos que criticavam a Companhia de Jesus, dimensão oficial da Escolástica dentro da Igreja Católica.

Assim, “as atitudes de Pombal, inseridas na ótica do Despotismo Iluminado, não desejavam atingir a Igreja em si mesma, mas sim subornar ao poder real, absoluto, todas as forças, poderes e micro-poderes e grupos sociais” (BRANDÃO, 2002, p. 258-259).

Desse modo, o texto do Diretório,

[...] contém vários elementos impregnados de concepções iluministas, em especial acerca da civilidade, liberdade e racionalidade dos silvícolas, em oposição à

denominada escravidão imposta pelas ordens religiosas, particularmente à Companhia de Jesus [...] (BRANDÃO, 2002, p. 270).

Brandão (2002) ressalta que as “[...] orientações e determinações para redefinir e pôr em prática a nova política de integração social para os índios do Brasil [...]” partiram da obstinação do Marquês de Pombal e de Mendonça Furtado, mas principalmente deste último.. Quando foi designado como comissário para demarcação de fronteiras em expedição pela região do Arraial de Maruiá (Barcelos), onde teve que enfrentar as doenças e as intempéries da floresta tropical, sua animosidade contra as ordens religiosas cresceu, em especial contra a Companhia de Jesus.

Pelo controle que exercia sobre a mão-de-obra indígena, atribuiu aos inacianos todo o insucesso da tarefa que deveria realizar, da falta de alimentos e remadores ao não comparecimento do comissário espanhol, que Mendonça Furtado esperou por mais de três anos (BRANDÃO, 2002, p. 261-262).

Acrescenta-se ainda o confronto entre moradores e missionários, que era fomentado pelas intrigas dos primeiros, que não conseguiam obter com facilidade a mão-de-obra indígena para trabalhar na produção das lavouras ou na coleta das especiarias. Também não toleravam a superioridade material das ordens religiosas que, entre 1754 e 1756, “[...] totalizavam 80 aldeamentos contra apenas 2 cidades pequenas e 7 vilas de administração civil” (BRANDÃO, 2002, p. 265).

Conforme Brandão, (2002, p. 266), a expressão “Um Estado dentro de um Estado” seria elaborada pelo próprio Mendonça Furtado, para se referir ao sistema de aldeamentos dos missionários, principalmente aos inacianos e utilizada por diversos autores ao longo da história.

Não querendo submeter-se a autoridade do Estado, a Companhia de Jesus foi expulsa dos domínios coloniais portugueses em 3 de setembro de 1759 (ALMEIDA, 1995, p. 121-123). Com relação ainda aos motivos que levaram a expulsão dos jesuítas e outros regulares, existia uma acusação contra os jesuítas que se chocava diretamente contra os interesses da monarquia. Davam notícias de que os jesuítas de domínios portugueses e espanhóis estavam comunicando-se com interesses próprios de uma instituição de princípios independentes e transnacionais, estrategicamente posicionada na área fronteira entre os territórios coloniais das duas Coroas (ALMEIDA, 1995, p. 124).

Nesse contexto, o Diretório, idealizado por Mendonça Furtado, em 95 parágrafos, propunha alterações profundas na política indigenista vigente na Amazônia. Nos aldeamentos, o governo temporal seria exercido pelos principais (chefes indígenas) sobre os

índios, existindo ainda o diretor (administrador civil) para dirigir o aldeamento, e um missionário para a parte espiritual.

Obrigava a utilização da língua portuguesa por todos, bem como o uso de sobrenomes portugueses. E, os diretores, substitutos da administração missionária, ficavam com a sexta parte de tudo o que os índios produzissem como seu salário, cuidando ainda dos salários destes índios. (SANTOS, 2002, p. 49-52).

Desse modo, concordamos com a ideia de Almeida (1995, p. 128) que, de fato, o Diretório foi um novo documento elaborado para secularizar a sociedade e o governo dos índios, abolindo uma antiga ordem e buscando orientar o estabelecimento de outra. Porém, foi elaborado a partir de “[...] conceitos e experiências culturais antecedentes”. De forma que Pombal trata a questão dos índios como assunto de governo, amparado pela mesma postura tomada ao tratar de assuntos de economia e de administração colonial.

O Diretório foi criado como um guia para a civilização dos índios, no sentido de uma “união universal de racionais”, o que Pombal chamava de “sociedade civil”. A secularização constituía a reafirmação do Estado sobre as demais instituições, criando um pacto vinculando todos a essa ideia pombalina de sociedade civil (ALMEIDA, 1995, p. 130-131).

Dessa forma, a concepção da transformação do índio pela cristianização é quebrada com a implementação do Diretório, devendo essa transformação ser conduzida pela civilização (ALMEIDA, 1995, p. 135); de forma que as observações de Mendonça Furtado, condutor da política do Estado português na Amazônia entre os anos de 1751 e 1759 foram fundamentais para a elaboração do Diretório (ALMEIDA, 1995, p. 152-153).

Para Pombal, as quatro colunas em que se sustentava o Estado na Amazônia eram: a Bula de 29 de dezembro de 1741 (proibição de participação de ordens religiosas na escravização de índios), a Lei de 6 de junho de 1755 (liberdade dos índios), a Lei de 7 de junho de 1755 (retirada do poder temporal dos missionários) e o Diretório dos Índios (ALMEIDA, 1995, p. 165). Sendo as duas Leis de 1755 as que delinearão em suas linhas gerais o Diretório, portanto consideradas esboços preliminares (BRANDÃO, 2002, p. 265).

No limite, os quatro documentos tratavam basicamente sobre a mesma temática: a questão indígena. Reconheciam o Estado do Grão-Pará e Maranhão como um estado indígena e uma nova postura quanto aos autóctones. Essencial para o sucesso da nova legislação indigenista seria então criar nos índios a concepção da lealdade política e do empenho econômico para o desenvolvimento da região (ALMEIDA, 1995, p. 165), pontos fundamentais da conquista como visto anteriormente.

No entanto, o Diretório Pombalino não alcançou os resultados imediatos que a administração portuguesa esperava. Mesmo para as autoridades coloniais, o grande responsável pela ineficácia do Diretório seria o *Diretor dos Índios* que era portador de dois quase invencíveis obstáculos: ‘a ignorância, e a ambição’. O resultado é que trinta anos depois, a colônia continuava no ponto de partida, conduzida por diretores com esse perfil (SANTOS, 2002, p. 57-58).

Os índios distribuídos aos moradores sofriam toda sorte de violência. Tratados dessa forma fugiam e eram perseguidos e recapturados, e novamente castigados, gerando mais insatisfação, aspecto este que foi uma contribuição da desastrosa atuação dos diretores. Além disso, existia o caráter etnocêntrico do Diretório, que anulava a capacidade dos índios se autogovernarem, precisando de um diretor, que ainda desprestigiava os principais. Eram tratados de forma que fossem ridicularizados para servirem de exemplo àqueles que enfrentassem a autoridade do diretor (SANTOS, 2002, p. 61).

A ideia que surge até aqui é a de que o responsável direto pelo fracasso do Diretório foram os diretores dos índios, no entanto, uma outra parte do insucesso foi representada pela capacidade de articulação dos principais dentro dos aldeamentos. Obediência simulada, fugas, deserções, rebeliões e guerras indígenas, tudo isso foi o resultado de um confronto de políticas antagônicas, uma indígena (que pode se desdobrar em muitas outras, levando-se em consideração a heterogeneidade dos interesses dos diferentes grupos indígenas) e outra indigenista (SANTOS, 2002, p. 61-62), como veremos nas próximas páginas desta pesquisa.

#### **1.4 Povos indígenas da Amazônia e política indigenista no período colonial**

Diversos esforços intelectuais têm sido empregados no sentido de renovar na historiografia o papel e a ação dos índios no processo de colonização. A ideia central dessa produção é mostrar que o índio não foi mero expectador dos acontecimentos, ao contrário, participou ativamente do processo de colonização por meio da aliança ou da resistência, sendo este último aspecto causador dos diversos confrontos com os portugueses ou outros europeus.

Para entendermos essas disputas entre políticas indígenas e indigenistas, e compreendermos, nos limites deste estudo, a atuação desse importante sujeito histórico que é o índio na Amazônia, é necessário observar o que colocam Bobbio, Matteucci e Pasquino (1993) sobre a noção de “poder”.

Para estes autores, essa noção deve ser entendida em sentido social, ou seja, em relação à vida do homem em sociedade. Nesse sentido, o termo pode significar a “[...] capacidade do homem em determinar o comportamento do homem”. Entendido dessa forma, como fenômeno social, o poder é uma relação entre pessoas (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1993, p. 933).

Para Ângela de Castro Gomes (2005), as novas abordagens em história política ajudaram a politizar várias ações antes destituídas do político pela historiografia, como cerimônias e práticas cotidianas, por exemplo. Foi possível compreender que mesmo no interior das relações entre dominados, também existem hierarquias e relações de poder. Nessa perspectiva, o poder não é exclusivo do dominante na sociedade, existindo também no espaço dos dominados, o que, no entanto, não elimina as situações de desigualdade entre dominantes e dominados em determinada sociedade.

Analisando o conceito de cultura política, Gomes (2005) observa que quando este é utilizado em estudos antropológicos, e pode ser definido como um “conjunto de significados” que dá sentido à percepção dos homens sobre sua realidade social. Conceito que foi retomado e reconstruído pelos historiadores do político permitindo explicar e interpretar o comportamento político de atores individuais e coletivos.

Tomado pela “nova” história política, esse conceito antropológico de cultura política, que aproxima a história política da história cultural, foi fundamental para a ampliação do próprio conceito de política. Constituiu-se na ciência histórica em uma instância estratégica para compreender a realidade social, permitindo inclusive perceber que as relações de poder são intrínsecas às relações sociais. Nesse sentido, o poder não deve mais ser pensado apenas como força, coerção ou manipulação, mas também como legitimidade, adesão e negociação (GOMES, 2005).

Finalmente, Gomes (2005) observa que nesse escopo é possível compreender por que uma cultura política, mesmo integrada por elementos diversos e até conflitantes, guarda coerência e permite interpretar a realidade, tornando-se mesmo fundamental para a construção de identidades. Por este motivo, torna-se muito difícil e arriscado construir uma definição de cultura política, considerando que as culturas políticas articulam, mesmo que de maneira tensa, ideias, valores, crenças, símbolos, ritos, vocabulários e diversos outros elementos. Desse modo, observando o que afirma Gomes (2005), atrelando-se ainda ao que Santos considera. Este último, credita grande parte do insucesso do Diretório à capacidade de articulação dos principais nos aldeamentos e sua liderança exercida sobre os índios.

Os conflitos envolvendo os diversos setores da sociedade amazônica foram de vital importância para o seu desenvolvimento. Por meio destes, a região foi se moldando às dificuldades e adaptando-se às condições oferecidas. Praticamente todos os setores da sociedade, de uma forma ou de outra, acabaram se envolvendo em conflitos motivados pela instabilidade política e pelas precárias condições econômicas da região.

Em termos políticos as disputas giravam em torno, principalmente, das autoridades régias e da câmara provincial, que representava os poderes locais. As ordens religiosas também participavam destas discussões, mas seu principal envolvimento foi com a questão econômica, que girava em torno da mão-de-obra indígena, sem a qual a colônia não sobreviveria. Tais questões econômicas envolviam, além dos setores da sociedade já citados, também índios e moradores. Nesse contexto, todo e qualquer apoio era importante, e se eram constantes os conflitos, também eram constantes as negociações em busca do fortalecimento de poder (CARDOSO, 2002, p. 106).

Ao contrário do que aponta a interpretação tradicional da perspectiva historiográfica sobre o tema “Ordens Religiosas versus Moradores”, onde o indígena é tido como elemento não participativo nas decisões tomadas sobre ele, Cardoso (2002) mostra a ativa participação dos índios na tentativa de satisfazer, na medida do possível, seus próprios interesses. No bojo dos conflitos existentes na época, os índios tomavam consciência de sua importância como mão-de-obra para os conquistadores. Isto fez com que passassem a tomar partido nos conflitos, ficando do lado que melhor lhes favorecesse.

Em muitos casos, várias etnias têm suas próprias versões para o confronto entre índios e não-índios, sendo, pelos indígenas, buscado uma origem para o desencontro entre os dois que resultou em tantas diferenças de pensamento sobre o homem e a natureza, pensando uma história sob sua própria ótica, onde suas decisões e escolhas tinham consequências (CUNHA, 1992, p. 19).

Quando os portugueses perceberam a importância dos indígenas como aliados na defesa e como mão-de-obra indispensável na coleta das drogas do sertão, e outras tarefas que só eles tinham o conhecimento necessário para executar, começaram a desenvolver o conceito de “fronteira humana”, e quando, com a política de Pombal, o objetivo era explorar o potencial econômico da região, pensaram em alargar e garantir as fronteiras por meio da conquista militar da ocupação humana (CARVALHO, 1998, p. 96).

A utilização da mão-de-obra indígena era fundamental para o progresso da conquista, na medida em que os grupos indígenas constituíam o maior contingente de “braços de trabalho” e eram conhecedores das rotas que davam acesso às drogas do sertão. Como

guerreiros, seu papel era fundamental na defesa do território contra ataques de outros povos europeus e de grupos indígenas inimigos, pois “[...] os estrangeiros, sem o auxílio valioso do gentio, não teria poder bélico suficiente para controlar tão distante e ampla região”. Algumas cartas, enviadas à metrópole, diziam ser os índios mais valorosos do que os próprios soldados da Coroa (CARDOSO, 2002, p. 105-106).

Em certa medida, os índios, após tomarem consciência de sua importância como mão-de-obra imprescindível, começaram a exercer certa influência na política nativa. Nas suas relações com os conquistadores deixavam de ser meros atores passivos no contato entre dominadores e dominados, transformando essa relação em redes de trocas de interesses onde buscavam aquilo que mais atendesse suas necessidades.

Nesse contexto, tanto Portugal quanto Espanha construíram uma estratégia colonial baseada no aldeamento e escravização dos índios, utilizando estes instrumentos tanto na conquista do território quando na montagem da economia colonial voltada para o mercado externo (OLIVEIRA, 2003, p. 20). Ao contrário, holandeses e ingleses, ofereciam aliança comercial e “guarda militar” aos índios numa estratégia diferente de aproximação para consolidar seus objetivos geopolíticos (OLIVEIRA, 2003, p. 24).

Os holandeses souberam aproveitar as fragmentações interétnicas das relações indígenas. Instalados na costa da Guiana desde o fim do século XVI, construíram uma grande rede comercial, que se apoiava na influência sobre indígenas dos rios Orinoco, Essequibo, Branco, Negro e Amazonas. Faziam da troca de mercadorias sua estratégia de dominação, enfraquecendo as relações intertribais, uma vez que os índios começaram a se articular nas disputas de poder para deter o direito de comércio com os holandeses (OLIVEIRA, 2003, p. 32).

Afirma Nádia Farage que essa política indigenista dos holandeses, possuía por características ser

[...] centrado na troca de manufaturados por gêneros de produção natural e artesanal indígena e, notadamente, escravos índios, o escambo entre holandeses e índios teve por singularidade se justapor às relações intertribais, envolvendo a participação ativa dos intermediários índios. Veio, desse modo, a alcançar povos indígenas muito além da área estrita de influência holandesa, ultrapassando as fronteiras dos vizinhos territórios de Espanha e Portugal (FARAGE, 1991, p. 85).

A política indigenista holandesa não buscou aldear ou cristianizar os indígenas, investindo nas trocas comerciais com algumas etnias indígenas para a construção da sua área

de influência sobre os povos da região, o que era visto por espanhóis e portugueses como uma tática expansionista dos holandeses (FARAGE, 1991, p. 89).

Já nas áreas de domínio português, as investidas indígenas eram resistências à sua presença, ao contrário do que justificavam os moradores de serem criminosas. Os portugueses estavam sistematicamente se instalando na região por meio de núcleos missionários e fortificações militares, áreas de domínio de algum grupo indígena (SANTOS, 2002, p. 27).

Um grande exemplo de resistência indígena à conquista portuguesa foi empreendida pelos Manao nos anos de 1720, resistência que ficou registrada na memória coletiva e em várias obras, principalmente o nome de seu chefe Ajuricaba. Esses índios foram acusados de infidelidade à Coroa portuguesa, por praticarem “[...] atividades comerciais de manufaturas e traficando escravos indígenas com os holandeses da fronteira norte da colônia” (SANTOS, 2002, p. 28-29).

Dessa forma, as sociedades indígenas viviam em estado de guerra entre si e contra os invasores europeus, visando sua autonomia política. Esses enfrentamentos entre índios e portugueses geralmente acabavam em tratados de paz, que eram firmados por meio do descimento dos indígenas. Apesar de muitos afirmarem que os indígenas eram convencidos a isto pelos portugueses, os indígenas também se utilizavam dos portugueses (SANTOS, 2002, p. 166-167).

Enquanto vigorou o Regimento das Missões, pode-se afirmar que os missionários da Companhia de Jesus foram os únicos que tiveram uma posição consistente em relação à liberdade dos indígenas, no enfrentamento contra os moradores que procuravam sempre estratégias para escravizá-los. Foi essa posição que tornou os jesuítas extremamente odiados pelos moradores e membros de outras ordens religiosas, que colocavam a culpa nos inacianos pela falta de mão-de-obra indígena e pelas dificuldades de produção da área colonial (VIEIRA, 2007, p. 12).

A promulgação da Lei de 1757 que colocou em vigor o Diretório dos Índios alterou de forma significativa a vida da maioria da população indígena, não só amazônica como também a brasileira. Isso fez invalidar o “[...] *Regimento das Missões*, [...] extinguindo a administração eclesiástica dos aldeamentos dos índios, transformando as antigas aldeias em vilas civis e emancipando os silvícolas da tutela e vigilância missionárias”. Com o Diretório em vigor, a atitude dos dirigentes seria a de promover o desenvolvimento de uma sociedade baseada nos valores europeus de individualismo e voltada para a busca do lucro (BRANDÃO, 2002, p. 254-255).

Conforme Sylvana Brandão,

O Diretório Pombalino, que também podemos denominar de *processo de vassalagem*, pois emancipou juridicamente os indígenas da tutela e vigilância eclesiástica, transformando os antigos aldeamentos missionários em vilas, sob administração e controle civil, incorporando os silvícolas como *vassalos de El Rei*, constitui um projeto de reforma social autoritário do Estado Português, com resultados, imediatos e duradouros, desastrosos para a população indígena brasileira (BRANDÃO, 2002, p. 269).

Não ocorre, no entanto, nesse esforço do Estado português em laicizar-se a fim de concretizar seus interesses políticos e econômicos na Amazônia, no qual o confronto com as ordens religiosas pelo controle da mão-de-obra e da produção era inevitável, um esfacelamento da aliança entre a Coroa e a Igreja em sua totalidade, – aliança esta efetivada pelo Padroado Régio no século XVI, como estratégia colonial portuguesa – mas sim, já no século XVIII, uma ruptura do Estado com essas ordens religiosas (BRANDÃO, 2002, p. 270).

Nesse contexto, os “principais”, chefes indígenas, eram os alvos primeiros dos portugueses em suas negociações de descimento. Mas a realidade era que depois de convencê-los, os portugueses faziam o mínimo do que haviam prometido, e as insatisfações iam tomando forma de levantes, fugas ou deserções. Percebe-se que a raiz da rebeldia indígena estava na quebra do acordo feita pelos portugueses (SANTOS, 2002, p. 167-168).

De fato, com a aplicação do Diretório Pombalino, do grande número de indígenas que povoavam o Grão-Pará e Maranhão, poucos foram assimilados como súditos da Coroa. Alguns voltaram a se internar na floresta, voltando ao modo de vida anterior ao aldeamento português, e a grande maioria foi dizimada, passando a Amazônia a sofrer “[...] um intenso processo de despovoamento, a partir de 1750” (BRANDÃO, 2002, p. 274).

Desse modo, apesar dos esforços do Estado português, após a efetivação do Diretório, no interior da Amazônia continuou predominando o extrativismo vegetal e o trabalho indígena permaneceu como mão-de-obra fundamental para a economia da região (FARAGE, 1991, p. 39).

Para Francisco Jorge dos Santos

O Diretório não representou melhoria substancial de condição servil dos índios nos quadros da sociedade colonial. Pelo contrário, coerente com esta situação colonial, tornada mais direta e impositiva com a exclusão da intermediação missionária, a política pombalina sobre os índios acrescentava novas formas de opressão aos consagrados vícios do passado (SANTOS, 2002, p. 54).

Por outro lado, Mendonça Furtado, quando da elaboração do Diretório dos Índios, percebeu que o contato dos indígenas com franceses, holandeses e espanhóis tivera mais

sucesso porque fora feito de forma mais branda. Foi conseguido por meio do tratamento mais respeitoso, alianças políticas, cruzando por vezes aldeias inteiras para outros domínios coloniais, enquanto acreditava que no contato de portugueses e indígenas, diversos erros tinham sido cometidos pelos primeiros (ALMEIDA, 1995, p. 158).

Foi tentado então por meio de Leis reformular a visão que o português tinha do índio, com uma nova perspectiva sobre o trabalho braçal, e incentivando, através da Lei de 4 de abril de 1755, o casamento entre brancos e indígenas (ALMEIDA, 1995, p. 161). Com o objetivo de incentivar essa miscigenação para o povoamento da região com portugueses, escrevia Mendonça Furtado ao irmão, marquês de Pombal, em 10 de julho de 1755, sugerindo que o rei declarasse que o sangue dos índios não fosse entrave a honras e privilégios para que assim se facilitasse tal miscigenação (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1755).

Entretanto, o diretor, que deveria conduzir as atividades para as quais o índio era considerado incapaz, – como quando se tratava de dinheiro – mas não deveria aplicar castigos ou premiações, sendo essa era uma atribuição do principal, deteriorou a relação com os indígenas. Na maioria dos casos tornou-se a autoridade única na aldeia, tratando os indígenas com extrema tirania (ALMEIDA, 1995, p. 168). Outro detalhe importante foi a imposição da língua portuguesa a todos os habitantes dos aldeamentos, pois o enraizamento da cultura portuguesa nos indígenas deveria começar pelo idioma (ALMEIDA, 1995, p. 176).

A forma violenta como muitos diretores tratavam os índios pode ter sido causada também pela abertura que dava a Lei, na qual era previsto que o diretor teria direito a sexta parte de tudo que a aldeia produzisse. Essa possibilidade de ganhos despertava nos diretores o interesse em só recolher aquilo que mais desse lucro, como as drogas do sertão, e ainda tirar o máximo de cada trabalhador, abandonando, por diversas vezes, a produção de subsistência dos aldeamentos (ALMEIDA, 1995, p. 203).

Nesse contexto em que vigorava o Diretório Pombalino e nas lutas pela posse do território do rio Branco a partir da década de 1770, os indígenas – seja sendo aldeados pelos portugueses, ou fazendo comércio com os holandeses do Essequibo – participaram ativamente da construção da fronteira colonial. Buscavam adaptar-se à geoestratégia de cada conquistador europeu, procurando vantagens, e para os colonizadores a submissão política indígena significava a garantia da posse efetiva do território (FARAGE, 1991, p. 18-19).

Nessas disputas pelo território, aconteciam mesmo acusações entre os envolvidos, como na região dos rios Branco, Orinoco e Essequibo, quando os espanhóis e holandeses acusavam os portugueses de não estarem preocupados com a cristianização dos índios, mas que eram movidos apenas pela cobiça no trato com o nativo (OLIVEIRA, 2003, p. 63).

Segundo Farage, em 1746, o comandante da colônia holandesa no Essequibo informava à Companhia das Índias Ocidentais que os indígenas da área da Serra dos Cristais (nas cabeceiras do rio Rupununi), estavam rejeitando o contato com os brancos devido ao tratamento que lhes impunha os portugueses (FARAGE, 1991, p. 15).

De fato, diversos povos indígenas sumiram ao longo do contato com os brancos, ocasionado pelo confronto com homens e micro-organismos com os quais nunca antes tinham se deparado, mas acima de tudo, devido à ganância e à ambição. Mesmo se pensarmos que os microorganismos foram responsáveis pela maioria das mortes, grande culpa disso recai sobre a política de concentração de grande população indígena em um único local, conduzida primeiro por missionários e depois pelo Estado. Uma política que fez com que índios morressem tanto pela doença, quanto de fome (CUNHA, 1992, p. 12-13). E não apenas pela tecnologia de guerra ou a superioridade dos portugueses como afirma uma historiografia conservadora.

Também o incentivo às guerras intertribais, fomentadas para que os conquistadores europeus adquirissem cada vez mais escravos para o trabalho compulsório, teve grande peso na depopulação indígena na Amazônia, além da dura rotina de trabalho após a escravização, que levava muitos à morte (CUNHA, 1992, p. 13-14).

O importante é perceber que no processo de avanço dos portugueses sobre a Amazônia, ou mesmo de outros conquistadores europeus sobre outras áreas na América, os indígenas não foram meros expectadores do que ocorria ao seu redor e com suas populações. Foi um agente ativo, que forjou alianças e encontrou maneiras de satisfazer alguns de seus próprios interesses. Se as lutas entre os portugueses e os outros europeus dividiram inclusive irmãos indígenas, pois algumas etnias ficaram do lado português, e outras foram partidárias de outros europeus, não foi por mera coincidência, mas sim resultado de suas próprias escolhas e ações, buscando o lado que proporcionava uma aliança mais forte contra seus inimigos.

### **1.5 Portugueses no rio Branco**

Na primeira metade do século XVIII, até mesmo alguns missionários da Ordem do Carmo instalados no rio Branco, entraram na lucrativa rede de trocas comerciais dos holandeses por intermédio dos indígenas que dela participavam (OLIVEIRA, 2003, p. 61),

dando a oportunidade para que o Estado português interviesse por meio da secularização dos aldeamentos indígenas na segunda metade do século XVIII.

O avanço português sobre o rio Branco no século XVIII vai ser embasado em dois pontos principais: sua importância no mercado interno da colônia, como fornecedora de mão-de-obra escrava indígena; e sua posição estratégica, como zona de proteção do interior dos domínios portugueses na Amazônia de possíveis tentativas de expansão espanhola ou holandesa (FARAGE, 1991, p. 55).

Dessa forma, os portugueses vão tentar barrar o suposto expansionismo holandês por meio de fortificações militares, o que se mostrou ineficaz frente à forma como acontecia sua atividade comercial. Percebendo a ineficiência dessa estratégia, os portugueses implementaram a redução e aldeamento dos indígenas da região, para o estrangulamento do comércio holandês por meio destes.

De fato, o destrocamento da sociedade dos Manaó pelos portugueses “[...] é um marco tanto da ocupação colonial portuguesa como de sua contrapartida, o declínio do comércio holandês no rio Negro” (FARAGE, 1991, p. 79). Nesse contexto, a atenção portuguesa se volta para o rio Branco, com o objetivo de acabar com o fluxo comercial holandês nessa região, e a submissão dos indígenas seria o ponto que decidiria a posse do território.

Os relatos portugueses sobre o rio Branco são extremamente vagos com relação a sua “descoberta”, sendo esta apontada, sem a apresentação de provas convincentes, por Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio e Joaquim Nabuco, – o primeiro escrevendo no século XVIII e o segundo no Século XX, sobre a viagem de Pedro Teixeira de Belém a Quito – entre 1637 e 1639, aparecendo nas crônicas do jesuíta Christobal de Acuña que acompanhou a viagem de Teixeira (VIEIRA, 2007, p. 10). Sobre essa viagem, afirma Ribeiro de Sampaio:

Esta noticia nos dá o padre Christovão da Cunha no cap. 65 da sua *Relação do rio Amazonas*, escripta conforme as observações feitas na viagem d’aquelle rio no ano de 1639. Eu escrevo as suas palavras, para as accomodar ao meu proposito. “Os últimos são os *Uaranacuacenas*, que habitam um braço do Rio Negro, e por este braço, como fomos sufficientemente informados, é que se pode passar ao rio chamado Grande, que desembocca no mar do Cabo do Norte, e junto do qual se estabeleceram os Holandezes.” (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 205).

Para Ribeiro de Sampaio, o rio Branco era tão conhecido dos portugueses em 1639 que já sabiam que se poderia chegar às colônias holandesas nas Guianas. No entanto, segundo Barbosa e Ferreira, não existem documentos seguros que o comprove (BARBOSA; FERREIRA, 1997, p. 195).

Nádia Farage (1991) afirma que os documentos acerca do vale do rio Branco são do século XVIII, aumentando seu volume a partir da década de 1730, uma vez que se iniciava nesse período a expansão oficial para a região, por meio das tropas de resgate, que passam a vasculhar a região em busca de índios.

Segundo a autora, esse período sem documentação não significa que a região não tenha sido explorada pelos portugueses. Indica que as atividades exploratórias desencadeadas no rio Branco – a extração de drogas do sertão e o apresamento de indígenas por particulares – ocorriam em diversos casos clandestinamente, sem empreender os interesses do Estado português. Assim, para reforçar tal hipótese e apresentar as características dessas atividades extraoficiais, a autora aponta que os poucos dados de que dispõe dizem respeito ao envolvimento de Francisco Ferreira e do carmelita Frei Jerônimo Coelho no tráfico de escravos indígenas.

Tendo chegado ao rio Negro no início do Setecentos, Francisco Ferreira, até a década de 1730, já havia explorado o alto rio Branco, o Catrimani, o Aiarani, o Ocaí, o Guananaú, o Uraricoera e o Tacutú, e provavelmente executasse as tarefas de colheita das drogas do sertão e da escravização indígena. A conexão conhecida para comercializar os produtos adquiridos em suas incursões era o Frei Jerônimo Coelho, que vendia os escravos capturados por Francisco Ferreira às tropas de resgate, que passavam pela região, e os que ficavam eram aldeados em Aracary, na saída do rio Branco (FARAGE, 1991, p. 56).

Quanto ao Frei Coelho, em 1719, já como missionário da aldeia carmelita de Santo Elias dos Tarumazes, no rio Negro, conseguia do rei de Portugal a administração exclusiva de sua aldeia, não só espiritual, mas também temporal, não respondendo mesmo ao superior da sua Ordem. Dessa forma, Jerônimo Coelho transformou sua aldeia numa verdadeira empresa de “[...] coleta de cacau, fabrico de canoas, panos e manteiga de tartarugas” (FARAGE, 1991, p. 60), não restringindo seus negócios ao rio Negro, mas sim, por meio das incursões de Francisco Ferreira ao vale do rio Branco, à rede de comércio dos holandeses.

A produção do aldeamento e grande número de escravos indígenas eram trocados por produtos manufaturados, dificilmente fornecidos pela Coroa às regiões mais distantes no interior da floresta Amazônica. O lucrativo comércio de Francisco Ferreira e Jerônimo Coelho pode ter sido encerrado na década de 1730, pois nesse período se iniciava a atuação das tropas de resgates sob ordens do Estado na região. A guerra conduzida contra os índios Manao tinha por objetivo acabar com a rede de comércio holandesa no interior da Amazônia portuguesa, quebrando, portanto, a rede comercial da aldeia de Jerônimo Coelho (FARAGE, 1991, p. 60).

Ao ter seus negócios atrapalhados, Jerônimo Coelho já havia adquirido cabedal suficiente para solicitar licença e estabelecer uma fazenda no rio Guajará, utilizando, para plantar seu cacóal, os indígenas que desceriam acompanhando-o de seu aldeamento, causando espanto aos moradores do Pará, devido a quantidade de índios que conduzia. Quanto a Francisco Ferreira, continuou trabalhando na região, subindo o vale do Branco em 1740 acompanhando a tropa de Lourenço Belfort, e capturando indígenas para a aldeia de Maruiá, localizada onde seria mais tarde Barcelos (FARAGE, 1991, p. 60-61).

Dessa forma, a guerra contra os Manao batia duas frentes. Visava adquirir o maior número possível de escravos para as áreas de colonização do Grão-Pará, pobres em mão-de-obra, e eliminar o fluxo de escravos para a Guiana holandesa (FARAGE, 1991, p. 65), garantindo a segurança portuguesa no rio Negro. O resultado do confronto entre portugueses e índios Manao foi a redução da população indígena do rio Negro nos anos 1730 e a abertura das rotas para o rio Branco e para o alto rio Negro (FARAGE, 1991, p. 67).

A primeira tropa de resgate oficial entrou no vale do rio Branco em 1736, sendo comandada por Christovão Ayres Botelho. Sobre ela, sabe-se apenas que subiu muito acima das cachoeiras do rio Branco e que data desse ano a chegada dos primeiros produtos oriundos do rio Branco a Belém, entre eles escravos (FARAGE, 1991, p. 67).

Nos final da década de 1730, alegando novamente falta de mão-de-obra para trabalhar nas lavouras do Maranhão, os moradores pedem outra tropa de resgate, respondendo o Estado não possuir cabedais no Tesouro dos Resgates suficientes para financiar essa atividade. Ofereceu-se para financiar a tropa o plantador da região do rio Mearim, no Maranhão, Lourenço Belfort, desde que lhe fosse dado o comando da tropa, além dos escravos necessários para cobrir seus gastos. Chegava assim ao rio Branco a segunda tropa de resgate (FARAGE, 1991, p. 67-68).

Apesar de Lei de 1688 estabelecer que uma tropa de resgate só poderia atuar em determinada região pelo prazo de um ano, provavelmente, a tropa de Belfort tenha sido reforçada pela de José Miguel Ayres, esta financiada por capitais do Estado (FARAGE, 1991, p. 68-69). O resultado disso é que, apesar de terem ordens de retornar ao final de um ano, pode ter ocorrido que os comandantes talvez retornassem, um substituindo o outro, mas as atividades de suas tropas prosseguiram, se arrastando até 1749 (FARAGE, 1991, p. 71).

A atividade no vale do rio Branco era feita da seguinte forma:

A tática dos cabos foi montar um arraial sede e dividir a tropa em escoltas, atuando em diversas áreas simultaneamente. A área específica do rio Branco, embora os resgates sob o comando de Belfort tenham se iniciado em 1738, começa a ser

atingida ao que tudo indica a partir de 1740. Neste mesmo ano, como parte da tropa de Belfort, entrou no rio Branco uma escolta comandada por Francisco Xavier de Andrade. Montando um arraial acima das primeiras cachoeiras do rio Uraricoera, a expedição ainda veio a se dividir em dois corpos, que tomaram rumos diferentes pelas duas margens do rio (FARAGE, 1991, p. 71).

A expedição comandada por José Miguel Ayres explorou a região do rio Branco no final dos anos 1740, juntando-se a esta o grupo comandado por Sebastião Valente, da vila de Cametá, no Grão-Pará. A tropa de Ayres levou para o rio Branco a epidemia de Sarampo, que assolou a Amazônia e havia se iniciado por Belém em 1743, expandindo-se pelo interior durante a década de 1750, com resultados devastadores para a demografia da Amazônia e do rio Branco. Tal epidemia, no entanto, vai justificar mais entradas no vale do rio Branco, nos anos 1750, dessa vez sob a forma de descimentos (FARAGE, 1991, p. 71-72).

O final das atividades das tropas de resgate de Belfort e Ayres na região dos rios Negro, Branco e Japurá, coincidem com o próprio declínio do sistema oficial de tropas de resgate no Maranhão e Grão-Pará. Apesar dos argumentos do governo do Grão-Pará, acusando o estrago causado pela epidemia de sarampo, sob ordens expressas da Coroa em 1747, as tropas de resgate tem suas atividades encerradas. Aproximava-se o Tratado de Madri, e com ele uma nova política de ocupação da região (FARAGE, 1991, p. 74).

Dessa forma, um maior conhecimento geográfico do vale do rio Branco foi possibilitado pelo interesse comercial no comércio de escravos indígenas da região para os maiores centros urbanos da Amazônia, por meio de expedições patrocinadas pelo Estado ou por particulares (VIEIRA, 2007, p. 16).

Ponto importante para o qual Farage (1991) chama a atenção era o fato de que nesse período, década de 1750, os espanhóis não representavam ameaça para o domínio da Coroa portuguesa sobre o rio Branco, por serem interlocutores políticos nos acordos de limites de fronteira, além de uma cordilheira a separá-los da região. Naquele momento, o perigo era representado pela vizinhança dos holandeses do Essequibo, temor inclusive compartilhado pelos espanhóis.

Entretanto, o Tratado de Madri pode ter sido um dos fatores do atraso da ocupação efetiva do vale do Branco pelos portugueses, pelo fato de que esse Tratado colocou como prioridade estratégica para Portugal a delimitação das fronteiras com as possessões espanholas em outros pontos da Amazônia, julgados mais acessíveis (FARAGE, 1991, p. 82-83).

Desse modo, os anos 1760 não apresentaram qualquer fato que chamasse a atenção do Estado português para o vale do rio Branco. Apesar do assessoramento de alguns funcionários coloniais quanto à necessidade de fortificar a região, somente canoas de observação foram

enviadas para evitar a navegação de “estrangeiros” no rio Branco, por ordem régia de 1765 (ORDEM RÉGIA, 1765). A estratégia de Portugal estava construindo fortalezas em outros locais, no alto rio Negro e Amapá, priorizando as zonas de fronteira com espanhóis e franceses (FARAGE, 1991, p. 121).

A chegada do desertor holandês Gervasio Leclerc a Barcelos em 1775, então capital da capitania do rio Negro, após atravessar a região do rio Branco, trazendo a notícia de que os espanhóis vindos do rio Orinoco estavam se estabelecendo no vale do rio Branco vai mudar esse panorama (FARAGE, 1991, p. 121).

Mesmo justificando sua presença na região pela busca do *El Dorado*, os espanhóis aplicaram ali a cotidiana estratégia de ocupação colonial, aquartelando-se no Uraricoera e formando nesse rio dois aldeamentos indígenas, até que foram alcançados pela tropa portuguesa em 1775 (FARAGE, 1991, p. 121-122).

O que mais surpreendeu os portugueses foi o fato de os espanhóis terem ultrapassado a cordilheira e chegado à bacia do rio Branco, pois até aquele momento, de acordo com o conhecimento que possuíam da região, acreditavam ser uma defesa natural assim como a distância de suas povoações até o vale do Branco.

Tal fato colocava em “xeque” todo o sistema de defesa português para a Amazônia, pois de nada adiantariam as fortalezas construídas em outros pontos da fronteira se o acesso ao rio Negro era livre atravessando o rio Branco. Isso porque não se tratava de eventuais encontros, como ocorrera no caso dos holandeses, mas uma iniciativa do Estado espanhol, por meio do governo da Guiana espanhola com a finalidade de anexar a região aos domínios da Coroa de Castela (FARAGE, 1991, p. 122).

A situação apresentava-se mais complicada para Portugal devido ao momento político de suas relações com a Espanha, no ponto que tratava sobre suas fronteiras coloniais. O tratado assinado no Pardo em 12 de fevereiro de 1761 anulava, cancelava e cassava todos os dispositivos do tratado assinado em 1750 (TRATADO celebrado entre las coronas de España y de Portugal, y firmado en el Pardo, á 12 de febrero de 1761). As duas Coroas só voltariam a se entender sobre o assunto em 1777. Ou seja, naquele momento da invasão espanhola, as fronteiras coloniais encontravam-se indefinidas, e para as futuras negociações, sabiam portugueses e espanhóis, seriam levadas em consideração as áreas já ocupadas da conquista colonial (FARAGE, 1991, p. 122-123).

A complexa conjuntura que se apresentava no rio Branco fez da questão prioridade central para os portugueses (FARAGE, 1991, p. 123). A presença espanhola na região do rio Branco fez crescer a preocupação do governo colonial, e para evitar a ameaça de perder o

território decidiu-se pela construção de uma fortificação e pelo investimento em aldeamentos indígenas como estratégia para a ocupação efetiva do Branco (VIEIRA, 2007, p. 18). Ordem que já foi conduzida pela tropa de guerra enviada do rio Negro para expulsar os espanhóis (FARAGE, 1991, p. 123).

Este fato é particularmente importante para nosso estudo, por significar a ocupação permanente do Estado português no vale do rio Branco (FARAGE, 1991, p. 123), sendo traçada, nesse momento, uma nova estratégia de ocupação para a região. Essa estratégia seria marcada pela presença do Forte São Joaquim e dos militares que o compunham como braço do Estado português na região e a utilização da população indígena para seus fins geopolíticos.



## **2 A OCUPAÇÃO PORTUGUESA DO RIO BRANCO**

Em 16 de março de 1875, o bacharel em direito Domingos Monteiro Peixoto (1875) apresentava seu relatório para entregar a administração da província do Amazonas ao 1º vice-presidente, capitão de mar e guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso. Anexo a este relatório, tem-se um documento da Inspetoria e Direção das Fortificações e Obras Militares das Fronteiras do Amazonas, datado de 25 de janeiro de 1875, elaborado pelo tenente coronel José Clarindo de Queiroz.

Ao que parece, esse documento deveria ser entregue ao Presidente da Província logo no início de sua administração, por volta dos anos de 1873 e 1874, tendo em vista que Peixoto assumiu o cargo em 8 de março de 1872 (Exposição do General José de Miranda da Silva Reis na passagem da administração da Província), o que não ocorreu devido à demora das participações dos comandantes das fronteiras do rio Branco e do rio Içá.

O tenente coronel José Clarindo de Queiroz escrevia sobre a fronteira do rio Branco dizendo ter recebido do comandante do Forte São Joaquim a comunicação de que havia desmoronado uma parte da fortificação e que ameaçava próxima ruína a residência do comandante. Cumprindo determinação do Presidente da Província, o tenente coronel José Queiroz partiu para a região, viajando em uma lancha a vapor por cerca de sete dias, acompanhado de quatro praças pedreiros e carpinteiros, e alguns materiais, para proceder os necessários reparos no Forte.

O relato sobre os reparos realizados na fortificação mostra-nos o quadro de abandono em que a fortaleza se encontrava naquele período. Quando o tenente coronel Clarindo de Queiroz partiu do rio Branco, deixou em andamento os trabalhos de reconstrução e elevação em 0,3 metros o lado da muralha; os telheiros destinados ao corpo da guarda para serem concluídos, por ameaçarem desmoronar; conserto da parede da casa do comandante que ameaçava cair devido a infiltração de água, além do conserto de seu telheiro; reparos em toda a muralha desgastada pela ação das chuvas, elevando-se toda ela à altura da localizada de frente para o rio, único lado ainda em condições regulares; e ainda alguns trabalhos de reboco e aterro.

Após criticar comandos anteriores pelo estado de abandono da fortificação e elogiar o comandante de então, tenente coronel Honorário Pedro Jayme Lisboa, Clarindo de Queiroz expõe sua preocupação com essa região de fronteira e sugere a mudança de seu comando para

a foz do rio Maú, provavelmente devido aos problemas de fronteira com a Guiana Inglesa, nesse período, ainda não resolvidos.

Segundo o relatório, além da casa do comandante, localizada dentro do Forte, existiam ainda outras quatro fora da fortificação que serviam de aquartelamento, não estando a guarnição à altura da importância dessa região de fronteira, pois distante de todos os recursos, estava a apenas dois dias de viagem da Guiana Inglesa, citando inclusive um ofício enviado solicitando a criação de uma colônia militar na área próxima a essa linha de fronteira (QUEIROZ, 1875, p. 7-8).

Todo esse contexto de aparente abandono nos é apresentado um século após a construção do Forte São Joaquim, que ainda ficaria ativo em suas funções de defesa por mais 25 anos, tendo sido desativado no ano de 1900 (BENTO, 1975, p. 53). E é sobre a efetiva conquista e ocupação do vale do rio Branco pelos portugueses, que deu origem a essa fortificação colonial de pequenas dimensões, construída na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, bastante significativa para a conquista da região, que vamos tratar nas próximas páginas.

## **2.1 As disputas pelo rio Branco**

A ordem para a construção de uma fortificação no vale do rio Branco foi dada em 1752, ou seja, quando os portugueses obtiveram formalmente o reconhecimento da posse da região pelos espanhóis pelo Tratado de 13 de janeiro de 1750 (TRATADO de límites en las posesiones españolas y portuguesas de América, concluído entre ambas coronas, 1750).

Entretanto, Joaquim Nabuco (1903, p. 152, nota de rodapé) aponta a existência de uma ordem régia de 1721 mandando informar sobre a petição de Diogo Rodrigues Pereira, capitão da casa forte do rio Negro, pedindo o posto de “sargento-mór da fronteira e nova fortaleza do Rio Branco”. E em outro ponto, o governador do Maranhão em 1722, João da Maia Gama, pedia reforço de tropa para assistir a algumas fortalezas que havia sugerido à Coroa que se construísse, entre as quais uma no rio Branco (NABUCO, 1903, p. 133).

Nabuco (1903), porém, não apresenta nenhuma ordem da Coroa para a construção da fortificação anterior a 1752. As informações acima têm mais relação com o contexto daquele período. Na década de 1720, fazia-se guerra aos Manao buscando manter longe o perigo holandês e expandir a conquista.

A sugestão de Maia Gama sobre a construção da fortificação provavelmente refletiam preocupações da maior autoridade colonial na Amazônia com a rede de comércio holandês no rio Negro. Quanto a Rodrigues Pereira, possivelmente via a possibilidade de receber cargos, títulos e privilégios comerciais com a nova conquista que poderia se abrir no rio Branco.

Lobo de Almada (1861 [1787]) transcreve a ordem do rei D. José I a Mendonça Furtado determinando a construção da fortificação no rio Branco. Existe também uma cópia dessa ordem no Ofício de 13 de julho de 1775 (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1775) enviado por João Pereira Caldas, governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, a Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, que trata sobre a expansão dos espanhóis para o rio Branco. A ordem continha as seguintes determinações:

**Provisão régia, que baixou no anno de 1752 para se construir uma fortaleza no rio Branco**

D. Joseph por graça de Deus Rei de Portugal, e dos Algarves d'aquem e d'além mar em África de Guiné, etc. Faço saber a vós Francisco Xavier de Mendonça governador e capitão-general do Pará, que tendo-me sido presente que pelo rio Essequibe, tem passado alguns hollandezes das terras de Suriname ao rio Branco, que pertence aos meus dominios, e commettido n'aquelas partes alguns disturbios: Fui servido ordenar por resolução de 23 de Outubro deste anno, tomada em consulta do meu conselho ultramarino, que sem dilatação alguma se edifique uma fortaleza nas margens do dito rio Branco, na paragem que considerareis ser mais propria, ouvidos primeiro os engenheiros que nomeares para este exame, e que esta fortaleza esteja sempre guarnecida com uma companhia do regimento do Macapá, a qual se mude annualmente. [...]. Theodosio de Cabelos Pereira a fez em Lisboa a quatorze de novembro de mil setecentos e cincoenta e dous. – O conselheiro Diogo Rangel de Almeida Castello-Branco, a fez escrever. – Thomé Joaquim da Costa Côrte-Real. – Fernando Joseph Marques Bacalháo (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1775; ALMADA, 1861, p. 657-658).

Essa mesma ordem aparece em outro documento com a mesma data, 14 de novembro de 1752, um alvará (minuta) do rei D. José encaminhado diretamente ao governador onde ordena que para as fortalezas já existentes “[...] e para aque denovo mando erigir no Ryo branco vao guarniçoens destacadas do Regim. do Macapá” (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1752). De forma que no texto acima, portanto, ficam expostas as primeiras razões para a construção do Forte São Joaquim, a defesa do vale do rio Branco contra o perigo holandês.

Essa presença holandesa na região já era conhecida pelos portugueses, como visto anteriormente, e a distância que separava o rio Branco de Belém representava um grande obstáculo para o seu controle e defesa, pois uma viagem entre a capital e o rio Branco levaria, pelo menos, cinquenta dias, além dos elevados custos da expedição. As divergências giravam

em torno da solução para o problema, na opinião de Mendonça Furtado, o meio mais viável e eficaz para barrar as entradas holandesas seria o “povoamento” da região (FARAGE, 1991, p. 81).

Esse perigo holandês vai ser apontado em diversos outros documentos, e sua forma de existência, por meio do comércio de troca de manufaturados por escravos indígenas com algumas etnias, foi amplamente discutido por Nádia Farage (1991). O fato é que a ordem para a construção da fortificação no rio Branco permaneceria letra morta por mais de vinte anos, tendo em vista que na década de 1750 o governo colonial ponderava a falta de verbas na capitania para o cumprimento da ordem régia.

Foi adotado o paliativo sugerido por Mendonça Furtado de que se mandasse patrulhar o Branco com tropas ou moradores das vizinhanças, principalmente na época das cheias, quando sabiam que aumentava a possibilidade da entrada dos holandeses, e ainda que se criassem aldeias na região (FARAGE, 1991, p. 81). Tais sugestões foram reforçadas em outras oportunidades, como no ofício de 06 de julho de 1755 que Mendonça Furtado enviou ao irmão (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1755).

Nesse sentido, devemos entender a criação da Capitania de São José do Rio Negro em 1755 como uma, dentre outras, medidas para aproximar o Estado português das fronteiras do território adquirido com o Tratado de Madri, e nesse contexto também do rio Branco para controlar a entrada dos holandeses, tendo em vista que o povoamento do rio Negro acompanhado pela construção de uma fortificação no vale do rio Branco garantiria a defesa da região contra invasões pela rota do Branco (FARAGE, 1991, p. 81-82).

Desse modo, em 1755, enquanto estava no arraial de Mariuá em serviço pela comissão demarcadora de limites com os espanhóis, Mendonça Furtado enviou para o Marquês de Pombal mapas em que apontava alguns produtos retirados do rio Branco, comprovando a preocupação em explorar economicamente o baixo curso do vale desse rio com plantações de mandioca e a extração de outros víveres, como tartarugas e peixes (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1755).

O que se deve destacar até aqui é que os portugueses, nesse momento da conquista do vale amazônico e, principalmente, do vale do rio Branco, temiam a vizinhança dos holandeses do Essequibo. Os espanhóis não representavam perigo ao domínio sobre o rio Branco devido às negociações que levaram ao reconhecimento do direito de posse portuguesa da região, ou seja, eram “interlocutores políticos privilegiados”, além de estarem separados pela cordilheira localizada entre os vales do Orinoco e do Branco (FARAGE, 1991, p. 82).

A rede de comércio holandês se estendia pelo vale do rio Branco e pela bacia do rio Orinoco, área de ocupação espanhola (FARAGE, 1991, p. 91). Por esse motivo, o temor português da presença holandesa era compartilhado pelos espanhóis, o que levou a Espanha a propor secretamente a Portugal, durante as negociações do Tratado de Madri, uma aliança para inviabilizar as colonizações holandesa e francesa na região, e estender seus domínios até a chamada “Costa Selvagem” (FARAGE, 1991, p. 82). Conforme Farage, tal proposta foi rejeitada por Portugal devido ao temor de uma guerra aberta com uma potência do porte da França.

Na década de 1750, sob o comando de Mendonça Furtado, os portugueses vão consolidar sua posição na região do vale do rio Negro, organizando a estrutura administrativa e militar da Capitania de São José do Rio Negro e aguardar a comissão espanhola para a demarcação dos limites coloniais entre os dois Impérios na Amazônia.

Ao que parece, a delimitação dos limites com os holandeses e a construção de uma fortificação no rio Branco se tornaram assuntos de segundo plano, imposição estratégica consequência do Tratado de Madri, que tornou prioritário a demarcação das fronteiras com a Espanha (FARAGE, 1991, p. 82-83).

Essa posição secundária do rio Branco será reafirmada na década seguinte, devido à conjuntura europeia (Guerra dos Sete Anos e Pacto de Família) e pelo cancelamento do Tratado de Madri em 1761. Esse contexto tornou prioritárias as áreas do Amapá, fronteira com os franceses, e o alto rio Negro, fronteira com os espanhóis, locais onde se erigiram fortificações em caráter de urgência. Assim, nos cálculos estratégicos do Estado português, a fronteira com os holandeses poderia esperar um pouco mais (FARAGE, 1991, p. 83).

Na década de 1760, como visto anteriormente, em 27 de junho de 1765, foi ordenado “vigiar com grande cuidado o rio Branco”, sempre por duas ou três canoas bem guarnecidas, principalmente na época das cheias do rio, e prender a todos que fossem porventura encontrados (ORDEM RÉGIA, 1765).

Alguns trechos desta ordem régia (1765) chamam a atenção, e dizem o seguinte:

As canoas de observação, devem cruzar ao centro do rio Branco tudo quanto puderem, examinando nelle os rios Caratirimani, que é essencial por vir da parte do Poente, e em consequencia receber as aguas do Orinoco, em o qual nunca há secca, porque sempre é abundante a sua corrente, e a bocca é a seis dias de viagem da embocadura, que o rio Branco faz no rio Negro.

Tambem há outro rio da mesma parte a cinco dias de distancia deste chamado Iayarany, que corre o mesmo rumo; é mais pobre de aguas; tem mais terras alagadas, e por isso poderá ser menos arriscado de invasões, [...].

Ainda há outro rio da mesma parte, e acima da cachoeira quatro dias de viagem e será muito conveniente, que também se possa vigiar; porque além de ser rico de aguas, corre por largas campinas, nas quaes estão estabelecidos os indios Paravilhanos, Chaperos, e Guajuros, que são os mais faceis de domar.

Quanto aos outros rios que desaguam pela parte esquerda, ou da parte de leste, não podem dar cuidado algum, porque os hollandezes, que algumas vezes desceram por elles, se tem abtido há muitos annos daquella navegação.

Quanto porém a algumas cartas, que V. S. possa receber dos castelhanos, que tragam alguma novidade: [...] sempre lhe responda [...] referindo-se aos Artigos da Paz, sem se meter em novas disputas: e dizendo que dá conta à côrte para na Europa se decidirem as questões nos gabinetes dos monarchas respectivos.

Essa transcrição é bastante elucidativa para retomarmos a questão do adiamento da fortificação do rio Branco. Em meados da década de 1760, com as disputas europeias – que colocaram as Coroas ibéricas em lados opostos – e o rompimento do Tratado de Madri, os portugueses tomam consciência do perigo que representava às suas pretensões territoriais a vizinhança espanhola. Entretanto, havia áreas mais expostas, como o alto rio Negro, tornando-se estas áreas mais prioritárias para a defesa do território.

Os portugueses não tinham conhecimento suficiente do vale do rio Branco naquele momento, no ponto em que este poderia se interligar com a bacia do Orinoco. O conhecimento que possuíam era resultado das incursões de caça à mão-de-obra indígena e acreditavam estar protegidos ao Norte pelas serras que separam as duas bacias hidrográficas.

Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 209) reforça quais eram as intenções dessa ordem ao afirmar que a última diligência que se fez no rio Branco, com a finalidade de observar a região, e principalmente de “[...] acautelar n’elle as invasões que se suspeitavam dos Hespanhóes, foi no anno de 1766”.

Essa diligência foi realizada pelo alferes José Agostinho Diniz, que subiu o rio Branco e navegou também o Uraricoera, sem acrescentar qualquer novidade ao contexto naquele período, além do fato de alguns índios terem afirmado estarem esperando os espanhóis na região, notícia a qual se deu pouca importância na época (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 209).

A preocupação com os espanhóis todavia não significa que o temor aos holandeses havia cessado. As possíveis incursões dos holandeses ainda preocupavam os portugueses, tendo em vista que, valendo-se da passagem oferecida pelo rio Rupununi ao Pirara, ligação entre as bacias do rio Branco e do Essequibo, passavam os traficantes holandeses na época das cheias, quando podiam navegar pelos campos alagados (FARAGE, 1991, p. 92).

O conhecimento português do vale do rio Branco, e suas comunicações com outras bacias hidrográficas na década de 1760, aparece no roteiro de viagem do Pará ao rio Negro do

Vigário Geral dessa capitania em 1768, padre José Monteiro de Noronha, que escrevia, na vila de Barcelos, o seguinte:

Pelo rio Branco se communicavaõ em outro tempo os indios do rio Negro com os Hollandezes de Suriname, vencendo com jornada de meio dia o espaço de terra, que ha entre o Tacutú, e aparte superior do Rupumani, que deságua no Esquivo, e este no mar do Norte entre os rios Suriname, e Orinoco. Alguns presumem, que o rio Branco também se communica com o Orinoco, que immediatamnete os intercede; Mas até agora não se tem verificado esta conjectura; e sã há noticia da communicação do Orinoco com o Esquivo (NORONHA, 1862 [1768], p. 64).

Para apontar possíveis pontos de passagem entre as bacias do rio Essequibo e do rio Branco utilizamos o mapa da figura 4 da página seguinte levantado e construído em 1787, que apresenta, como modificações, os pontos destacados que podem ter sido utilizados pelos holandeses e que foram verificados pelos portugueses.

O ponto A representa a comunicação entre os rios Pirara e Rupunini na época das cheias, que foi encontrada e reconhecida pela expedição de 1781 do capitão engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra e do matemático Antonio Pires Pontes. O ponto B, que Manuel da Gama Lobo de Almada considera a comunicação mais fácil, foi encontrado e reconhecido por sua expedição em 1787. Liga o Rupununi ao igarapé Saraurú por um trajeto por terra de duas horas, e este deságua no Tacutú. Por esse trajeto identificado por Almada se levavam cinco dias até o Forte São Joaquim (ALMADA, 1861, p. 629-630). O mapa é de autoria do matemático e capitão engenheiro José Simões de Carvalho, que, pela data do mapa, pode ter acompanhado Almada em sua incursão pelo vale do rio Branco no ano de 1787.

Em 1762, o ouvidor da capitania do rio Negro constatava que os Paraviana do rio Branco estavam armados e tinham pólvora e munições suficientes para suas armas, em sinal evidente de que os “hereges do Norte” os municiaava, pela troca por escravos índios, e que era perigoso ter índios tão armados nas vizinhanças (FARAGE, 1991, p. 83).

Essa constatação deixava o funcionário colonial horrorizado (FARAGE, 1991, p. 83), uma vez que representava perigo aos interesses portugueses na posse da terra em disputa com espanhóis e holandeses, que poderia ser viabilizada pela submissão dos índios à política de ocupação portuguesa.

Essa preocupação aparece também na ordem de se enviar canoas de observação ao rio Branco, onde se apontava as etnias mais “fáceis de domar”, deixando claro que a estratégia de ocupação e domínio do vale do rio Branco pelos portugueses passava pela submissão dos indígenas aos seus interesses e seu valor no contexto das disputas europeias na Amazônia.

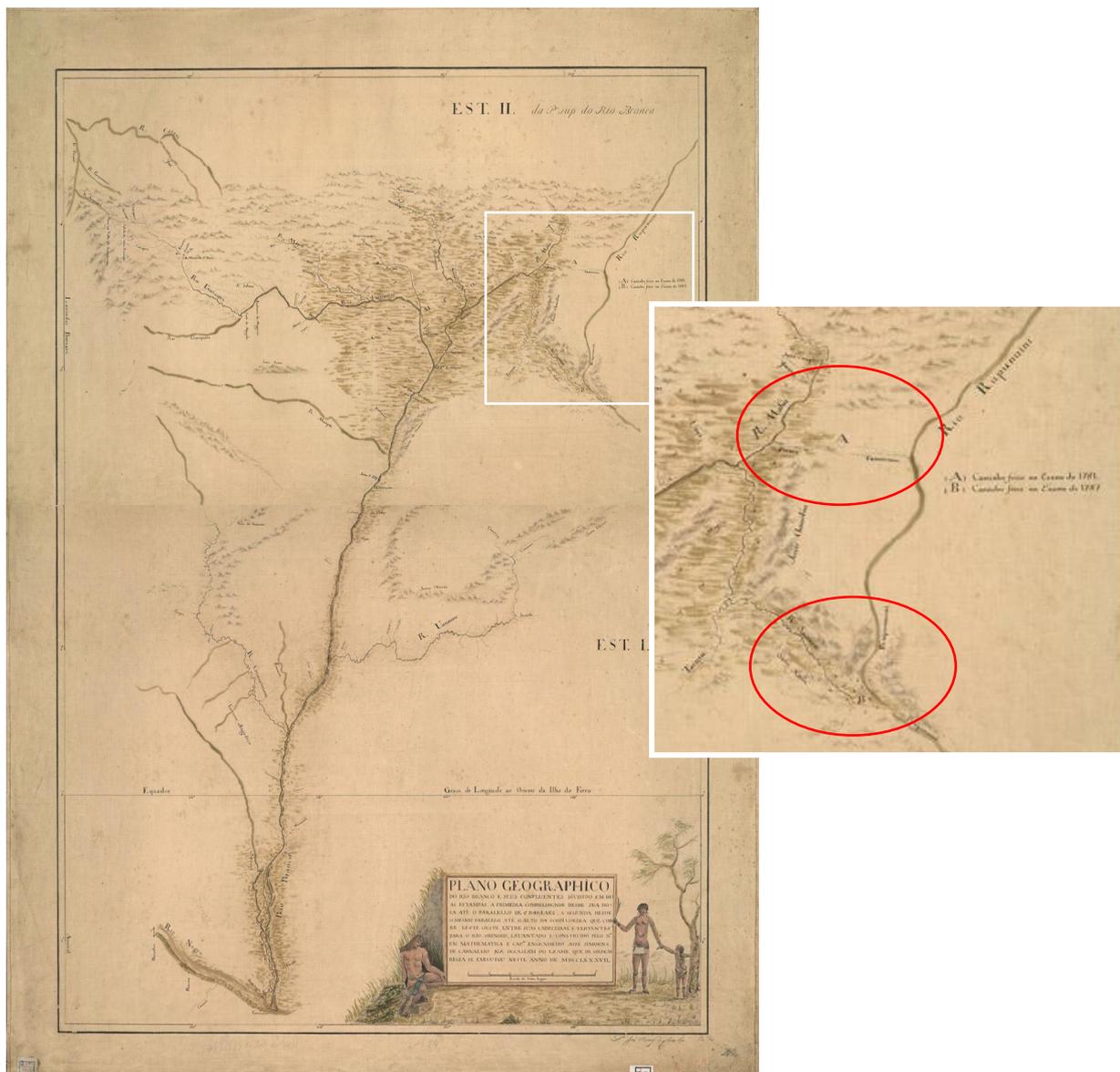


Figura 4 – Plano geographico do Rio Branco e seus confluente, divididos em duas estampas: a primeira compreende desde a sua boca até o paralelo de 2° boreaes, a segunda desde o mesmo paralelo até o alto da cordilheira que corre leste oeste entre suas cabeceiras e vertentes para o rio Orinoco, levantado e construido pelo doutor em mathematica e capitão engenheiro Jozé Simoens de Carvalho na occasiam do exame que de ordem regia se executou neste anno de MDCCLXXXVII [1787].

Fonte: CARVALHO, José Simões de [1787]. Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart512332.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart512332.pdf). Acesso em: 7 nov. 2012.

Desse modo, em finais da década de 1760, os portugueses tinham preocupações em duas frentes na região da bacia do rio Branco. Ao norte, no Orinoco, os espanhóis, que só negociariam novamente suas fronteiras coloniais na América com os portugueses em 1777. E

a leste os holandeses, com suas práticas comerciais que se estendiam por uma ampla rede de penetração em territórios ocupados pelos portugueses, como também por territórios espanhóis, tática encarada pelos ibéricos como expansionista (FARAGE, 1991, p. 89).

Entretanto, afirma Farage (1991, p. 90) que o comércio holandês não constituía um projeto oficial inteiramente orientado pela Companhia das Índias Ocidentais para fins expansionistas, ao contrário do que pensavam os portugueses e espanhóis. Havia duas práticas distintas de comércio: uma oficial, realizada por funcionários coloniais; e uma privada, que os funcionários coloniais se empenhavam em controlar.

Apesar das preocupações portuguesas com as ameaças dos vizinhos holandeses e espanhóis, com o perigo de se apoderarem de uma área que consideravam ter o direito de posse, a década de 1760 não vai apresentar qualquer modificação com relação a posse portuguesa do vale do rio Branco.

Conquanto os avisos dos funcionários para a necessidade de fortificar-se a região, nada chamou a atenção das autoridades portuguesas, cuja estratégia oficial estava construindo fortalezas em outras áreas, consideradas mais prioritárias nesse período (FARAGE, 1991, p. 121).

A situação como os portugueses mantinham o rio Branco começaria a ser modificada apenas em 16 de março de 1775, data em que chegava a Barcelos, capital da capitania de São José do Rio Negro, o desertor da colônia holandesa Gervasio le Clere<sup>1</sup>. Para surpresa dos portugueses, Leclerc levava ao rio Negro a notícia do estabelecimento dos espanhóis no rio Branco, “[...] nem cogitada, nem esperada [...]” pelas autoridades da capitania (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 214), e com ela a possibilidade de concretização de um grande temor dos portugueses, a perda da bacia do rio Branco, caminho que levava direto ao interior da colonização na Amazônia.

---

<sup>1</sup> Esta grafia do nome do desertor aparece no relato de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 214). Já em correspondência encaminhada pelo governador da capitania do rio Negro, Joaquim Tinoco Valente, ao governador da província espanhola da Guiana, datada de 13 de outubro de 1776, documento transcrito por Lobo de Almada, o nome aparece como Gervasio Lecrer (ALMADA, 1861 [1787], p. 649). Nos anexos do Ofício de 13 de julho de 1775, do governador do Pará para a Corte portuguesa (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1775), além de Alexandre Rodrigues Ferreira adotam a grafia Gervasio Leclerc (1994b [1786], p. 98), assim como Nádia Farage, que teve acesso à documentação holandesa (FARAGE, 1991, p. 121), e que também adotaremos a partir deste ponto.

## 2.2 A expansão espanhola no rio Branco

A chegada de Leclerc ao rio Negro não causava nenhuma surpresa frente à notícia das incursões espanholas. Não era a primeira vez que um desertor holandês chegava ao território português. Em 1741, saído da colônia do Suriname, chegava ao rio Negro o holandês Nicoláo Horstman, que foi enviado ao Pará (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 214).

Leclerc, natural do bispado de Liege, desertara da colônia holandesa do Essequibo, e navegou pelos rios que formam aquela bacia até chegar ao ponto de atravessar por terra para afluentes do Tacutú. Como conhecia algumas línguas indígenas, estes o informaram da presença espanhola no Branco e o conduziram até os mesmos, que o receberam. Porém, Leclerc permaneceu pouco tempo entre eles. Desertou dos espanhóis e, guiado pelos índios, chegou até as cachoeiras do rio Branco, onde os despistou e seguiu sozinho, chegando ao pesqueiro no baixo rio Branco, e de lá foi transportado até Barcelos, local em que chegou em 16 de março de 1775 (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 214; FERREIRA, 1994b [1786], p. 98).

Gervasio Leclerc seria depois encaminhado para Belém, à presença do governador e capitão general do Pará João Pereira Caldas, e do Pará seria embarcado para Lisboa, como consta do Ofício encaminhado pelo governador para a Corte em 13 de julho de 1775 (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1775).

Entretanto, já no ano de 1773, o tenente José Maximo Salvago, comandante da fortaleza de Marabitanas, localizada no rio Negro, recebeu do comandante espanhol de São Carlos, também no rio Negro, a notícia de que os espanhóis faziam grandes diligências no sentido de descobrir o *Parima* (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 210).

Não foi dada a devida atenção à notícia por não ter o comandante português relacionado o nome *Parima* ao rio Branco, tendo em vista que os espanhóis chamavam o Uraricoera por esse nome, conforme havia definido o francês Charles-Marie de La Condamine. E *Parima*, *Parime* ou *Parimé* era como também era conhecido o tão desejado Lago Dourado (SAMPAIO [1777], 1850, p. 209-210).

Os acontecimentos que envolveram o avanço espanhol sobre o rio Branco foram relatados por Ribeiro de Sampaio (1777) que interrogou, em Barcelos, os espanhóis presos antes de serem encaminhados à presença do governador do Pará, em Belém. Esses fatos, e a retomada do território pelas tropas portuguesas, serão aqui apresentados a partir desses relatos e da correspondência trocada entre Joaquim Tinoco Valente, governador do rio Negro, e o governador espanhol, D. Manuel Centurion.

Essa correspondência foi encaminhada em Ofício de 18 de outubro de 1776 (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1776) a Martinho de Melo e Castro. Além disso, grande parte da correspondência trocada entre as autoridades espanholas e portuguesas sobre os acontecimentos do rio Branco foram transcritas nos relatos de Ribeiro de Sampaio (1850 [1777]) e Lobo de Almada (ALMADA, 1861 [1787]). A estes se recorrerá nos momentos de dificuldade de leitura da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino.

Entretanto, as cartas trocadas entre o comandante de São Vicente, do lado espanhol, tenente D. Vicente Diez de la Fuente, e do Forte São Joaquim, capitão Sturm, só foram encontradas, nesta pesquisa, nos relatos de Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 235-237), Rodrigues Ferreira (FERREIRA, 1994b [1786], p. 111-112) e Lobo de Almada (ALMADA, 1861 [1787], p. 655-657). Além disso, também se recorrerá a Rodrigues Ferreira (1994b [1786]) para analisar tais acontecimentos tendo em vista que o seu foco concentrou-se na correspondência que envolveu os contatos entre o comandante do Forte São Joaquim e o governador do rio Negro.

Assim, governava a Guiana Espanhola o commandante general D. Manuel Centurion Guerrero de Torres e, conforme Sampaio (1850 [1777], p. 210), ou tinha a pretensão de assinalar seu governo com alguma ação que pudesse trazer-lhe destaque ou seguia ordens da Corte de Madri para penetrar ao *Parima*.

As expedições, ainda em território considerado espanhol, foram iniciadas entre os anos de 1769 e 1771, quando o tenente de artilharia D. Nicoláo Matines entrou pelo rio Caura, e depois de navegá-lo grande distância, atravessou as terras que o dividem do Parauá, braço do rio Caroni, pelo qual voltou ao Orinoco (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 210-211).

Em 6 de março de 1773, partiu de Angustura, capital do Orinoco, o tenente de infantaria D. Vicente Diez de la Fuente, acompanhado de 160 pessoas, entre soldados e índios. Após navegar pelo Caroni, de onde passou para o Parauá, expedição que levou quatro meses, neste último rio fundou a povoação de São José (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 211).

Em carta do governador espanhol da província de Guiana para o governador da capitania do rio Negro, datada de 27 de julho de 1776 (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1776; SAMPAIO, 1850 [1777], p. 219-221; ALMADA, 1861 [1787], p. 633-637), afirmava D. Manuel Centurion que o tenente D. Vicente Diez de la Fuente era o comandante da real expedição espanhola ao *Parime*, destinada pelo governador, com a aprovação da Coroa espanhola, para a ocupação daquela fronteira e que as expedições se dirigiam à “[...] Laguna Parime, y cerro Dorado [...]”.

Da povoação de São José partiu a primeira expedição ao rio Branco ou *Parima*, sob o comando do sargento Juan Marcos Zapata uma tropa de vinte e sete a trinta pessoas subiu o Parauá e depois entrou no canal Parauámussy, pelo qual chegou a serra de Pacaraima, que atravessou e fundou povoações na região, São João Baptista, em Caya Caya ou Cada Cada, e Santa Rosa (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 211).

Enquanto avançava a expedição do sargento Zapata, o tenente D. Vicente continuou navegando o Parauá, e nas terras localizadas entre este rio e o Parauámussy fundou São Vicente de Quirior, local que seria destinado a ser o centro das futuras operações ao rio Branco. Todas estas expedições ocorreram entre os anos de 1773 e 1774 (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 211).

No sentido de explorar a região, D. Vicente enviou o cabo Izidoro Rondon, sob o comando de mais dez soldados e quinze índios, para subir o Tacutú, que os espanhóis chamavam de *Maho*, pelo qual navegou por oito dias e, atacados por índios Paravianas e de outras etnias, que mataram seu principal prático, foram obrigados a regressar. Depois, de Angustura partiu o cadete D. Antonio Lopes, que após passar por São Vicente, seguiu para São João Batista no *Parima*, e no dia 24 de outubro de 1774, saiu desta povoação navegando o Uraricoera e depois entrou pelo Tacutú (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 212).

Este foi o resultado de cinco anos de avanços espanhóis em seu projeto de penetrar no rio Branco que, admite Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 212), foi feito com grande trabalho e admirável constância. O autor afirma que as informações sobre estas expedições espanholas foram retiradas dos próprios espanhóis empregados nas incursões e aprisionados pelos portugueses, já que era ouvidor da capitania de São José do rio Negro.

Os espanhóis vindos do Orinoco poderiam atravessar para o rio Branco por qualquer rio que desce a cordilheira que separa as duas bacias, sendo, portanto, a quantidade de pontos de passagem para a região do Branco tantas quantas a cordilheira permitisse que se ultrapassasse em toda a extensão da fronteira (ALMADA, 1861 [1787], p. 628).

Essa constatação de Lobo de Almada pode ser verificada no fragmento do mapa de José Joaquim Freire da figura 5 apresentada na página seguinte, já observado na íntegra no capítulo anterior (figura 2). Neste ponto aparece como modificação além da redução do espaço geográfico do mapa original, assinalado o trecho da cordilheira que separa a bacia do rio Branco do rio Orinoco por onde passaram os espanhóis. Apontam-se ainda as localidades criadas pelos espanhóis nessa expansão para o vale do rio Branco.

Voltando ao avanço espanhol para o rio Branco, Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 213-214) considerava terem as autoridades portuguesas descoberto o projeto de ocupação

espanhola no rio Branco obra do acaso, devido à chegada de Leclerc ao rio Negro. Em determinado ponto, Sampaio parecia irritado não apenas com os avanços espanhóis, como também com o descaso português com a região, como transparece no trecho abaixo:

[...] Nós descobrimos o Rio Branco, temos usado da sua navegação e das suas utilidades por aquelle tempo que fica declarado: e havendo receio que os Hespanhóes pretendiam introduzir-se no mesmo rio, receio que deu motivo ás ordens positivas, que recommendavam a vigilancia para acautelar aquella invasão, dormiamos descansados, em quanto os Hespanhóes seguiram pelo espaço de cinco annos o seu premedito projecto, descoberto quando effectuado. Aos Hespanhóes era necessario vencer perigos, difficuldades e trabalhos; a nós, para atalhar e romper seus projetos, que eram clandestinos e de surpresa, bastava simples vigia sobre elles. E todavia fomos iludidos. Mas já parece que é fatal destino dos Portuguezes cansarem-se em descobrir terras para utilidade dos Hespanhóes: o que evidentemente se prova sem sahir d'esta porção da nossa America. [...] (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 213).



Figura 5 – Fragmento da Carta geográfica do rio Branco, ou Parimé, e dos rios Caratirimani, Uararicapará, Majari, Tacutú, e Mahú, que nelle confluem [17--].

Fonte: FREIRE, José Joaquim [17--]. Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart511931.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart511931.jpg). Acesso em: 15 ago. 2012.

Todos os acontecimentos do vale do rio Branco envolvendo os espanhóis foram oficiados pelo governador da capitania do rio Negro, Joaquim Tinoco Valente, ao governador e capitão general do Estado do Pará, João Pereira Caldas. E deste partiram as correspondências informando a metrópole, direcionadas ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro.

Assim, em 13 de julho de 1775 (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1775), informava o governador do Estado do Pará ao secretário Melo e Castro sobre o documento de abril de 1775 recebido do governador do rio Negro, que em anexo tinha o interrogatório de Leclerc, e no qual Tinoco Valente solicitava a Pereira Caldas ordens e providências para resolver a questão no rio Branco.

A determinação era expulsar os espanhóis do rio Branco e para essa expedição o governador e capitão general do Pará mandou ao rio Negro o capitão de infantaria Domingos Franco de Carvalho, o tenente Thomé Ferreira de Moraes Sarmento, e o alferes José Agostinho Diniz, com cinquenta homens e alguns oficiais inferiores, entre os quais Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 215) destacava o furriel Nicoláo de Sá Sarmento. Recebidas instruções e reforços do Pará, o governador do rio Negro, preparou a tropa e as munições para a reação contra a invasão espanhola aos domínios considerados portugueses.

A tropa era formada ao todo de 50 praças, e o comando da expedição foi entregue ao capitão engenheiro Phelippe Sturm (FERREIRA, 1994b [1786], p. 98), oficial alemão, servindo à Coroa portuguesa, que havia chegado ao rio Negro junto com a comissão demarcadora de limites com os espanhóis, chefiada por Mendonça Furtado, em meados da década de 1750 (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 215-216), como ajudante de infantaria no exercício de engenheiro. Em 14 de julho de 1755, Mendonça Furtado oficiava ao Marquês de Pombal encaminhando o requerimento de Sturm em que solicitava a promoção ao posto de capitão de infantaria com exercício de engenheiro (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1755).

A presença de um estrangeiro, embora já casado com uma portuguesa, em tão diversas e importantes funções na conquista portuguesa pode parecer estranho, mas Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2011, p. 9-10) esclarece que, contrariando o perfil especializado dos engenheiros atuais, os engenheiros do século XVIII não se limitaram a construção de fortificações. Ao contrário, num contexto de indefinição das profissões tais quais os moldes atuais, foram homens polivalentes, que estiveram envolvidos em diversos tipos de obras, fossem militares, civis ou religiosas. Também estavam entre suas atividades o mapeamento de territórios e o projeto de vilas e lugares, que envolviam expedições ao interior dos sertões.

Esses profissionais e suas habilidades estratégicas eram de suma importância para garantir a sobrevivência dos impérios coloniais, tornando-os caros e disputados. Todavia, entre os portugueses, assim como no caso dos espanhóis, verificou-se a dependência da contratação de estrangeiros (BUENO, 2011, p. 11). Muito provavelmente devido à extensão de suas conquistas e a dificuldade de formação de tais profissionais.

A presença, e o comando, do engenheiro Sturm na expedição ao rio Branco se explica pelo fato de além de objetivarem expulsar os espanhóis, também se pretendia ocupar a região efetivamente com a construção de uma fortificação e a formação de povoações. Obra que seria realizada com atraso de mais de vinte e três anos.

Também se reconhecia, com a mercê de comandar a expedição e, depois, a fortaleza e a fronteira, os serviços do capitão alemão nos mais de vinte anos na Amazônia, com importantes trabalhos de engenharia em Barcelos, capital da capitania, e em outras localidades. Exemplo era a planta da fortaleza de Marabitanas, no rio Negro, encaminhada por Tinoco Valente, já governador da capitania, ao então secretário da Marinha e Ultramar Mendonça Furtado, pelo Ofício de 10 de agosto de 1767 (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1767).

Porém, muitos oficiais e inferiores portugueses foram destacados para compor o efetivo da missão ao rio Branco, entre os quais, Rodrigues Ferreira (1994b [1786], p. 98) destaca: o tenente Thomé Ferreira, o ajudante Crispim Lôbo, o alferes José Agostinho Diniz, o sargento Francisco Antonio, o furriel Nicoláo de Sá Sarmiento, e os cabos de esquadra Ignacio Cardoso e Antonio de Souza. E como já apontado, alguns destes haviam sido destacados do Pará para compor a expedição.

Os objetivos da incursão portuguesa comandada por Sturm eram esclarecido em carta de 2 de setembro de 1775 (FERREIRA, 1994b [1786], p. 98) e diziam o seguinte:

[...] 1º em desinfestar este Rio de todos quantos Hespanhoes se achassem nelle, sem escapar hum só, 2º, em fortificá-lo com a mayor brevidade<sup>2</sup> possível; 3º em passar logo a estabelecer as roças precisas para o sustento das praças destacadas, e 4º em conciliar a amizade e alliança do Indios naturaes. [...].

Temos aqui três pontos importantes. Primeiro, expulsar todos os espanhóis do rio Branco, atacando todos os que encontrassem e os mandassem presos, acompanhados de um oficial e a escolta necessária, à presença do governador e, para segurança, não se parasse em porto algum. Também deveria apreender todos os documentos e armas dos espanhóis,

---

<sup>2</sup> e segurança, e economia possível [nota do autor à margem do texto].

devendo as armas ficar sob posse da tropa portuguesa, que deveria remeter apenas uma relação do apreendido, e os documentos encaminhados direto ao governador (FERREIRA, 1994b [1786], p. 99).

Para o governador da capitania a missão era clara, queria conservar sem qualquer diminuição os domínios portugueses, não perdendo um só palmo de rio (FERREIRA, 1994b [1786], p. 99), provavelmente devido ao momento em que se encontrava, tendo em vista que o novo tratado só seria negociado em 1777, e nele, sabiam os portugueses, as áreas já ocupadas fariam grande diferença.

O segundo ponto, fortificar o rio Branco com a maior “brevidade, segurança e economia possível”; e o terceiro, buscar a amizade e a aliança dos índios, ou seja, seria iniciado o processo de aldeamento dos indígenas no rio Branco, para que funcionassem como “muralhas do sertão”, que serão discutidos no capítulo seguinte.

Sobre a ação no rio Branco, o governador recomendava ainda ao capitão Sturm que caso o efetivo espanhol fosse maior que o seu, e que não os pudesse fazer prisioneiros, deveria intimá-los a se retirarem para seus domínios. Caso resistissem, deveria entrincheirar-se e informar o governador para que este o socorresse com mais tropa para desalojar os espanhóis, o que não foi o caso como veremos a seguir (FERREIRA, 1994b [1786], p. 100).

Com estas ordens saiu o capitão Sturm e sua tropa de Barcelos em 3 de outubro de 1775 em direção ao vale do rio Branco, chegando em vinte dias a um local próximo a confluência do Uraricoera com o Tacutú. Subindo mais um pouco chegou à ponta de terra que divide os dois rios, e daí destacou o alferes José Agostinho e alguma tropa para entrar pelo Tacutú no encalço do cadete espanhol Antonio Lopes, que, conforme informações de alguns índios, tinha entrado nesse rio oito dias antes acompanhado de vinte e sete soldados (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 216; FERREIRA, 1994b [1786], p. 101).

O alferes José Agostinho subiu até a foz do Surumú, e como não encontrou os espanhóis, julgou que estavam fortificados e era imprudente seguir adiante, resolvendo voltar e juntar-se ao restante da tropa portuguesa. Reunida a tropa, o comandante resolveu subir o Uraricoera, em direção ao igarapé Caya Caya, local ao qual chegou em 14 de novembro de 1775, e próximo ao presídio espanhol, destacou dois soldados, Miguel Archanjo e Duarte José Miguel, para o contato com os espanhóis (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 216; FERREIRA, 1994b [1786], p. 101).

O sargento espanhol de Caya Caya era Juan Antonio Coelho, e na manhã seguinte aportou toda a tropa portuguesa no local, que não encontrou resistência da guarnição espanhola formada por 13 praças, todas presas e apreendidas suas armas. Souberam os

portugueses que rio acima estavam mais quatro espanhóis, situados em Santa Rosa, localidade que, por decisão do comandante, não foi procurada pelos portugueses nesse momento (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 216; FERREIRA, 1994b [1786], p. 102).

Os treze espanhóis feitos prisioneiros foram remetidos para Barcelos no dia 20 de novembro de 1775, com a segurança e transportes a cargo do alferes José Agostinho. Um dia antes Sturm havia enviado o soldado José Miguel com as participações e as relações para o governador (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 216; FERREIRA, 1994b [1786], p. 102).

Alexandre Rodrigues Ferreira, que passou pelo rio Branco em 1786, ou seja, quase onze anos depois desses acontecimentos, e teve acesso a muitos documentos e correspondências, parece não ter gostado da atuação do comandante, concordando com os apelos do governador da capitania em 1775, Joaquim Tinoco Valente, que transparece nas correspondências.

Essa preocupação do naturalista se destaca no momento que aponta que nenhuma providência foi tomada para se prender os espanhóis de Santa Rosa, o que era, a seu ver, muito importante naquele momento. A casa do presídio de São João Baptista de Caya Caya ficou de pé, como foi achada. Aparentemente o naturalista achava que deveria ter sido destruída (FERREIRA, 1994b [1786], p. 102).

E mais, acusava ainda que depois de presos os espanhóis, teve dúvida o comandante se deveria remetê-los para Barcelos ou liberá-los para o Orinoco. Dúvida que não deveria ter por terem sido suas ordens bastante claras. Já o ressentimento do governador se mostrou na carta de 4 de dezembro de 1775, encaminhada ao comandante. O governador informava ter recebido todos os presos, relações, documentos e que os encaminhara, sob a guarda do alferes José Agostinho e do cabo Ignacio Cardozo, ao governador do estado do Pará (FERREIRA, 1994b [1786], p. 102-103).

Determinava que não se perseguisse os espanhóis no Tacutú, deveria aguardá-los na entrada do rio, aproveitando para preparar a fortificação, e para prendê-los quando retornassem. O ponto preocupante para Tinoco Valente era não se ter prendido os espanhóis da povoação de Santa Rosa, que deveria acontecer para se evitar que se avisasse aos espanhóis do Orinoco da ação portuguesa. Deveria, portanto, o comandante enviar a tropa necessária, o quanto antes, para prender os espanhóis de Santa Rosa (FERREIRA, 1994b [1786], p. 103-104).

E recomendava o governador, deveria enviar na incursão o tenente Thomé Ferreira e o sargento Nicolau Sarmiento, com doze a quinze soldados e os índios que se fizessem necessários. Deveria o restante da tropa permanecer na construção da fortificação para esperar

os exploradores espanhóis que estavam no Tacutú. Por último tratou ainda o governador da notícia que teve que o comandante queria libertar os espanhóis presos, lembrando da ordem de prender a todos (FERREIRA, 1994b [1786], p. 104).

A dúvida sobre este assunto parece ter permanecido no capitão Sturm, que escreveu ao governador em 2 de janeiro de 1776, como destaca Rodrigues Ferreira (1994b [1786], p. 105), e a ordem foi reforçada novamente pelo governador em carta de 18 de janeiro de 1776. Alertava ainda Tinoco Valente que a tropa comandada pelo cadete espanhol que ainda se encontrava no Tacutú, não deveria, em hipótese alguma, voltar aos domínios espanhóis, deveriam ser todos presos e remetidos a Barcelos (FERREIRA, 1994b [1786], p. 106).

Voltando às tropas espanholas, em 4 de dezembro de 1775 havia se apresentado ao capitão Sturm seis espanhóis (Ribeiro de Sampaio dizia serem sete homens), desertores da tropa conduzida pelo cadete que estava no Tacutú. Estes desertores foram de muita utilidade para os portugueses, tendo em vista que passaram informações importantes sobre a situação e o estado dos espanhóis, incluindo o número de militares e de suas forças, os locais por onde andaram, os contatos com os índios e o que tinham feito (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 217; FERREIRA, 1994b [1786], p. 108).

Com a chegada dos espanhóis à fortificação, o comandante escreveu em 28 de dezembro de 1775 (FERREIRA, 1994b [1786], p. 108) ao governador Tinoco Valente solicitando reforços. O governador escreveu ao comandante informando que para o número que queira de militares (60), faltavam apenas nove para completar com o que já tinha, e que não tinha como reforça-lo sem ordens do governador e capitão general do Pará.

Resolveu então o capitão comandante enviar o Soldado Miguel Archanjo, acompanhado de cinco índios para encontrar e fazer contato com os espanhóis. Encontrou três soldados e um cabo espanhol, pintados como índios para o contato com as etnias da região, pouco acima da foz do Surumú após um dia e meio de viagem (FERREIRA, 1994b [1786], p. 109).

O cadete foi avisado da aproximação do soldado português por esses militares com quatro tiros. O comandante espanhol fez sua tropa desembarcar, montar as armas e dispôs as 20 praças que o acompanhavam, dirigindo-se ao soldado português. Ouviu de Archanjo que era soldado português e estava ali para conduzi-lo a presença de seu comandante na fortaleza na entrada do Tacutú para apresentar seu passaporte. Pelas ordens que conduzia, acreditava o cadete estar em domínios espanhóis, e pelo seu passaporte, tinha sido mandado ao *Parima* para descobrir a lagoa e *cerro dorado*, e se ordenava que fizesse povoações de índios, sem

fazer qualquer coisa contra os portugueses que viviam no Amazonas ou aos holandeses do Essequibo (FERREIRA, 1994b [1786], p. 109).

Resolveu o militar espanhol apresentar-se ao comandante dos portugueses, deixando a sua tropa estacionada em local próximo e aguardando suas instruções. Nesse período, Sturm estava doente, e não pode receber o cadete espanhol, quem o fez foi o tenente Thomé Ferreira entre as alas da tropa portuguesa. Mandou o capitão avisar ao cadete que podia mandar sua tropa chegar até o local, com o suposto motivo de oferecer descanso (FERREIRA, 1994b [1786], p. 109-110).

Passou a tropa espanhola em frente à fortaleza, ainda incompleta, e deu uma salva, recebendo também uma salva da fortaleza, mas o soldado Archanjo, que os acompanhava, não lhes permitiu recarregar as armas. Foram recolhidos a um quartel e presos pelos portugueses. Depois foram remetidos a Barcelos acompanhados do tenente Thomé Ferreira e dez praças (FERREIRA, 1994b [1786], p. 110).

Com a prisão do cadete D. Antonio Lopes e sua tropa, o comandante priorizou a construção da fortificação deixando para segundo plano a incursão à povoação espanhola de Santa Rosa, sendo repreendido novamente pelo governador em carta de 5 de setembro de 1776. O governador do rio Negro deixava claro que o comandante deveria desinfestar totalmente o rio Branco de espanhóis, e que estas determinações vinham do governador e capitão general do Estado do Pará, e que esta ordem havia sido dada em primeira prioridade a da construção do forte (FERREIRA, 1994b [1786], p. 110).

Não sabiam, porém, os portugueses que Santa Rosa já havia sido abandonado pelos espanhóis, que se recolheram ao Orinoco quando os portugueses avançaram a São João Baptista de Caya Caya. Levaram a notícia da expedição portuguesa às autoridades espanholas do Orinoco. Conseqüentemente, com o envio da tropa do cadete Antonio Lopes para o rio Negro, o vale do rio Branco estava completamente livre dos espanhóis (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 217).

Sem saber desse esvaziamento, chegaram então notícias sobre Santa Rosa, conforme Rodrigues Ferreira (FERREIRA, 1994b [1786], p. 111), desfavoráveis aos portugueses, o que fez o comandante da fortificação, capitão Phelippe Sturm, destacar o capitão Phelippe da Costa Teixeira, que era o comandante da tropa, para averiguar. Novamente esse procedimento desagradava o governador, que em carta de 18 de dezembro de 1776 afirmava que eram falsas as notícias sobre Santa Rosa, e que estranhava mais ainda ter sido enviado o capitão Teixeira no comando do destacamento.

O governador Tinoco Valente deixava clara a importância de um oficial daquele posto nos confins da Amazônia, ao afirmar que só cabia a ele, governador, determinar que se devesse proceder daquela forma. O envio do capitão só se justificava em caso de extrema necessidade, o que não ocorreu. Desse modo, julgava que para aquela diligência deveria ter sido enviado qualquer oficial inferior (FERREIRA, 1994b [1786], p. 111).

Em 30 de abril de 1777, o governador nomeou comandante da fortaleza o capitão Phelippe da Costa Teixeira, e em carta de 28 de junho de 1777 (FERREIRA, 1994b [1786], p. 113), reforçava que o governador e capitão general do Pará havia recomendando se desfazer totalmente Santa Rosa o quanto antes. Para tanto, enviava o governador mais quatro peças de artilharia, que haviam sido tiradas de navios da frota pelo governado do Pará, para atender as súplicas do governador do rio Negro.

Devido à melhora de saúde de Phelippe Sturm – que chegou a se deslocar ao rio Negro –, o governador lhe devolveu o comando do forte em 5 de setembro de 1777, e o capitão Costa Teixeira deveria ficar apenas com o comando da tropa. E, finalmente, fez-se a incursão a Santa Rosa, e se reconheceu afinal (quase dois anos após o início das operações) que não havia mais nenhum espanhol no rio Branco (FERREIRA, 1994b [1786], p. 113-114).

Neste ponto, podemos retomar algumas questões e observar outras ainda não apontadas até aqui. Primeiro como visto anteriormente perceber como os portugueses se preocupavam com o princípio do *Uti Possidetis* nesse período, ou seja, de ocupar o território, que passara a ser a base de suas negociações de limites, utilizando principalmente a diplomacia e a construção de pequenas fortificações (CASTRO; SOUZA, 2006, p. 60).

Desse modo, como visto, embora esses encontros entre portugueses e espanhóis no rio Branco não fossem marcados por grandes confrontos ou violência, ao mesmo tempo em que ocorriam, se iniciavam as negociações diplomáticas entre as autoridades coloniais, como veremos mais à frente.

Devemos também retornar à noção de fronteira, no sentido da afirmação de Benedikt Zientara (1989, p. 311) de que a estabilização da fronteira ocorre quando dois impérios assumem que não mais podem avançar, e a fronteira, que tem um caráter móvel e dinâmico, torna-se uma linha fortificada, estática e defensiva.

Conforme Tiago Luís Gil (2002, p 41), também apoiado em Zientara, havia a negociação diplomática de limites de fronteira entre Portugal e Espanha paralelo aos resultados dos conflitos. Quando essa negociação de um acordo sobre limites ocorre é porque os conflitantes chegaram a um esgotamento, ainda que temporário, de potencial de conquista do território.

Tratando sobre a fronteira meridional do Rio Grande de São Pedro no século XVIII, Gil (2002, p. 41) acredita que Portugal e Espanha não colocariam marcos como indicador de limites territoriais se tivessem planos de conquistas imediatas das terras vizinhas, colocavam-nos para manter os territórios resultantes do último avanço ou como resistência contra possíveis ofensivas do vizinho.

Devemos observar também que pode causar estranhamento a demora para que fossem cumpridas algumas determinações do governador da capitania do rio Negro (que era coronel) pelo comandante da expedição portuguesa no rio Branco. Isto ocorre porque a palavra “militar” atualmente é associada ao profissional possuidor de habilidades técnicas específicas, e que ao longo dos anos incorpora um conjunto de valores e atitudes regulados e caracterizados por uma forte disciplina, resultando para a sociedade a imagem de um “[...] grupo social unificado por forte identidade corporativa [...]”. Isso é resultado de uma conjuntura histórica recente, surgindo gradativamente ao longo do século XIX à medida que os Estados Nacionais modernos se consolidavam, existindo, anteriormente, os “exércitos reais”, o que não significava que eram “nacionais” (CASTRO; SOUZA, 2006, p. 33).

Segundo António Manuel Hespanha (2005, p. 3), “Falar de guerra e de governo militar, parece evocar, desde logo, a centralidade, a disciplina e a obediência. Nada é mais errado, se nos referimos à ‘guerra à portuguesa’, anterior aos finais do séc. XVIII”. Os exércitos do século XVIII eram bens pessoais das Coroas, e não forças armadas públicas a serviço da nação, e assim como ocorria com a distribuição de títulos honoríficos, ao rei também cabia exclusivamente a indicação aos postos militares, controlando, dessa forma, a composição do corpo de oficiais do reino. Desse modo, a promoção na carreira, seguia critérios que reuniam a origem social do indivíduo e os seus serviços prestados à Coroa, não sendo exigida qualquer formação acadêmica para que fosse promovido aos postos superiores (CASTRO; SOUZA, 2006, p. 33).

No entanto, no caso do surgimento de uma vaga para oficial subalterno em um dos regimentos dos exércitos reais, era comum que fosse preenchida por alguém indicado por um oficial do alto escalão ou por alguém de destaque na política local ou nacional, prevalecendo os interesses das redes clientelistas em funcionamento na região sede dos Regimentos (CASTRO; SOUZA, 2006, p. 33).

A interferência real tornava-se direta nas nomeações para os postos mais altos da hierarquia miliar, pois, ascendendo a esta posição, o oficial passava a integrar a alta burocracia do Estado, ou seja, frequentava os círculos mais próximos ao rei. Nessa época

vivia-se, portanto, outra tradição militar, a do Antigo Regime, completamente diferente do modelo profissional da contemporaneidade (CASTRO; SOUZA, 2006, p. 33-34).

Para compreender melhor essa noção de corpos militares que se pretender apresentar precisamos entender a noção de Antigo Regime. Nesse sentido, Hespanha (2007, p. 52) chama de “monarquias corporativas” os tipos ideais das unidades políticas do primeiro Antigo Regime, na Europa católica, no período compreendido entre os séculos XVI e meados do XVIII “(e até mais tarde)”. Essa concepção, em linhas gerais, vai de encontro ao que se consideraria um “Império colonial português” centralizado e do qual todas as decisões emanariam de seu centro político, da cabeça do Império, o Rei.

A essa noção, João Fragoso (2001) denominou no Brasil, e em outras áreas coloniais, de “Antigo Regime nos trópicos”. O mais importante é perceber que nas relações entre a colônia e a metrópole predominava a negociação, assim como no interior da sociedade colonial, embora houvesse limites (FRAGOSO, 2004, p. 46).

Desse modo, a relação entre essas autoridades militares, como existiam no interior da Amazônia, variavam se estavam em tempo de paz ou de guerra. Predominando o primeiro caso, eram mais “civis”, e se reinava o segundo, era mais militarizada e centralizada. Assim, o “governo militar”, que se imaginava dominado pelos princípios da centralização, da hierarquia, do rigor e da disciplina era, na prática, incerto, turbulento e confuso (HESPANHA, 2005, p. 3).

A ideia de um exército racional e dominado pela disciplina surge em Portugal apenas na segunda metade do século XVIII, mesmo assim, demorou a vingar e custou muitos esforços (HESPANHA, 2005, p. 3). Assim, somente em julho de 1753 a Amazônia portuguesa passou a contar com unidades do Exército permanente da Coroa, com a chegada de dois regimentos de Portugal, que foram denominados de Regimento da Cidade (sediado em Belém) e Regimento Macapá, fazendo parte das medidas de reforma político-administrativa realizada pelo Marquês de Pombal no Estado português, mas principalmente na Amazônia (CASTRO; SOUZA, 2006, p. 53).

Essas medidas adotadas por Pombal na Amazônia, como já visto anteriormente, tem relação com a assinatura do Tratado de Madri. O alargamento das fronteiras exigiu da Coroa maiores investimentos e preocupações com a defesa de seus domínios. E quando chegaram à Amazônia, os regimentos foram destacados para as regiões de fronteira de caráter mais complexos, como as dos rios Negro, Branco e Solimões (CASTRO; SOUZA, 2006, p. 54). Como visto, militares foram enviados do Pará para reforçar a expedição no rio Branco.

Essa questão da reformulação fez parte de um movimento mais geral, também iniciado na segunda metade do século XVIII, com um lugar novo e central para as ideias de “disciplina” e “boa polícia”. Para Portugal e seus domínios isto levou algum tempo para chegar, se iniciando apenas com Pombal e com os ministros de D. Maria I. É nesse período que “[...] planos particulares e gerais de uma organização política do ultramar ganham forma, primeiro em relatórios, consultas e directórios, depois em projectos concretos de reformas territoriais, econômicas, urbanísticas e de governo [...]” (HESPANHA, 2005, p. 63).

Além do exposto, não se deve esquecer o indígena que era um elemento importantíssimo na constituição das incursões ao interior da Amazônia, pois sem ele os portugueses não davam nenhum passo na floresta. Como as táticas de guerra portuguesas em muitos casos não funcionavam, predominavam as manobras com canoas e os assaltos de surpresa, ou emboscadas (CASTRO; SOUZA, 2006, p. 46). Esse contexto tornava o indígena elemento imprescindível, o que o fazia também entrar nas redes de negociações. Mas isso se verá no capítulo seguinte.

O que se quer com tudo isso dizer é que se observa nesse contexto de defesa, expulsão dos espanhóis e ocupação portuguesa do rio Branco um momento de transição, de práticas de Antigo Regime para formas mais centralizadas de administração e mais racionalizadas de operações militares. A iniciativa e a observância, ou não, das determinações superiores traziam suas consequências nesse território de fronteira aberta e de indefinição da posse da região.

Sturm pode ter sido escolhido para comandar a expedição por seu conhecimento de engenharia, mas também pode ser como retribuição pelos serviços prestados ao longo de vinte anos na Amazônia. A mercê de se tornar um capitão de fortaleza, era algo bastante significativo na administração colonial. Ainda receberá novas críticas e elogios, devido à localização e à construção da fortificação, mas também isso se verá no próximo capítulo. Devemos, por hora, voltar às negociações entre as autoridades coloniais pela posse do rio Branco.

### **2.3 As negociações pelo rio Branco**

A expulsão dos espanhóis do rio Branco recebeu bastante atenção dos portugueses, e já em julho de 1775 o governador do Pará, João Pereira Caldas, informava Lisboa sobre os

acontecimentos na região e as providências a serem tomadas. Na Europa, a Corte acompanhava a situação que era relatada pelas autoridades coloniais, buscando manter a região sob seu domínio para evitar futuras incursões dos vizinhos ao interior do rio Negro.

A importância do rio Branco para a Coroa portuguesa estava justamente nesse ponto, como apontou Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 266-267), era a barreira na área limítrofe entre os domínios portugueses e os vizinhos holandeses e espanhóis. Essa seria a primeira vantagem que os portugueses poderiam ter do vale do rio Branco, a proteção das províncias interiores e do comércio de sua conquista amazônica.

Para apresentar a disputa que vai se dar entre portugueses e espanhóis por vias diplomáticas, podem-se utilizar as correspondências trocadas entre os funcionários das duas Coroas que estavam mais próximos da região em disputa. Do lado espanhol, o governador da província da Guiana, D. Manuel Centurion Guerrero de Torres; seu comissário enviado a Barcelos, o capitão de infantaria D. Antonio Barreto; e o comandante da guarnição da cidade de São Vicente de Quirior, o tenente Vicente Diez de la Fuente. Do lado português, o governador da capitania de São José do Rio Negro, Joaquim Tinoco Valente; e o comandante do forte São Joaquim, capitão engenheiro Phelippe Sturm.

Novamente Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 214) aponta-nos algumas pistas valiosas do contexto que se apresentava na disputa pelo rio Branco entre espanhóis e portugueses. Conforme o ouvidor, o governador do rio Negro, por ocasião da chegada de Lecrec a Barcelos, decidiu não tomar atitude alguma, participando os acontecimentos e encaminhando o desertor ao governador do Pará, seu superior.

Isto porque além de depender das decisões de Pereira Caldas, Tinoco Valente precisava também de socorro para expulsar os espanhóis. Para Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 214-215), foi a resolução do governador e capitão general do Pará em mandar aprisionar os espanhóis, o que não agradou a todos, que se fazia necessária. A seu ver, passar apenas para a negociação a questão da expansão espanhola no rio Branco significaria conservar a sua presença na região e, talvez, perder para sempre aquele território.

O início dessa troca de correspondências se deu em 3 de outubro de 1776, quando chegou a Barcelos, após pouco mais de dois meses de viagem, D. Antonio Barreto, levando uma carta de D. Manuel Centurion ao governador do rio Negro, Tinoco Valente (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 218). Essa chegada do capitão espanhol ocorreu porque aconteceu o que os portugueses temiam com relação a Santa Rosa, de levarem os seus ocupantes a notícia da expedição portuguesa ao Orinoco. Embora não tenham enviado reforço militar ao rio Branco, puderam os espanhóis iniciar cedo suas negociações.

A notícia da prisão dos espanhóis de São João Baptista e da escolta do cadete D. Antonio Lopes não demorou a chegar ao comandante de Quirior D. Vicente Diez de la Fuente, que encaminhou as notícias a D. Manuel Centurion. O governador espanhol da Guiana resolveu, em vista de tais notícias, ter seus projetos para o Branco frustrados depois de um princípio bastante favorável, pedir satisfação ao governador do rio Negro (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 217-218).

D. Manuel Centurion acreditava que as ordens da expedição portuguesa emanavam de Tinoco Valente, e que a este deveria queixar-se. Por esse motivo enviou o capitão de infantaria D. Antonio Barreto, não só para entregar em mãos os documentos que enviava ao governador do rio Negro, como também para negociar os pontos que constituíam o objeto de sua representação (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 218).

A chegada do capitão espanhol ao rio Negro trouxe alguma tensão, como demonstra os escritos de Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 218), dos quais se transcreve o trecho abaixo para não correr o risco de perder detalhes da atmosfera do início das negociações entre as autoridades coloniais.

Não foi por isso aprovada de todos a sua visita: julgavam que não devia passar das fronteiras, que ahi se deviam receber seus despachos, e ao mesmo lugar retornar-lhe a resposta. Escusar-se-hia ouvir do mesmo official que viera saber mais do que pretendia, e outras arrogancias proprias do genio hespanhol. O modo com que se houve com o governador do Rio Negro fez contratar entre ambos uma nova visita; mas parece que da parte do Hespanhol não offerencia semblante de se effectuar: e quando chegasse a esse ponto, obstariam as ordens do general do Estado, que providamente preveniram as concertadas vistas (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 218).

A situação era bastante complicada, os espanhóis poderiam considerar o não recebimento do comissário do governador Centurion, que se deslocou do Orinoco sob suas determinações, um ato de má vontade português para resolver a questão da forma mais pacífica. Isso contrariava as ordens superiores do governador do rio Negro, ou seja, os portugueses desejavam retomar o rio Branco por vias militares, mas definir sua posse pela via diplomática.

Finalmente em Barcelos, o governador da capitania recebeu D. Antonio Barreto em uma junta de oficiais da tropa paga e auxiliares com a justificativa de que sendo o objeto de sua representação um negócio puramente militar, deveria ser tratado em uma assembleia militar. Entretanto, após duas horas de acirrada disputa, quase ininteligível a ambos os conferentes, chegou-se apenas a conclusão de que D. Antonio Barreto deveria declarar por escrito as pretensões de sua representação (SAMPAIO, 1850 [1777], p 218-219).

Antes, porém, o espanhol entregou a carta de D. Manuel Centurion encaminhada ao governador do rio Negro, datada de 27 de julho de 1776 (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1776; SAMPAIO, 1850 [1777], p. 219-221; ALMADA, 1861 [1787], p. 632-637), na qual informa que o tenente D. Vicente Diez de la Fuente o havia comunicado, em carta de 3 de julho de 1776, que no dia 20 de junho de 1776 havia chegado um índio em Quirior avisando da prisão dos espanhóis no rio Branco.

O governador espanhol alertava que se estava, com a expedição portuguesa que prendeu os espanhóis, atentando contra a harmonia que se guardava entre as monarquias ibéricas, e de terem cometido os portugueses atentados violentos em um território que pretendiam usurpar, por tratar-se de domínios, segundo D. Manuel Centurion, da Coroa espanhola.

Em consequência do que considerava uma agressão portuguesa, D. Manuel Centurion solicitava que se desse satisfação aos espanhóis do acontecido e que se mantivessem em seus limites no rio Negro e no Amazonas, para se evitar consequências funestas que poderiam se produzir devido ao ato português. O espanhol afirmava que não havia razão alguma para que os portugueses dilatasse mais suas conquistas, fora dos limites que havia se determinado nos últimos tratados, ou seja, mais terreno do que o houvesse povoado e ocupado na sua visão.

D. Manuel Centurion justificava seus protestos contra a expedição portuguesa pelo fato de que, no ano de 1773, quando o cabo Izidoro Rondon explorou o *Parime*, os espanhóis não encontraram ou falaram com português algum, nem existiam vestígios portugueses nas áreas navegadas e os índios haviam afirmado que os domínios portugueses estavam muito distantes, e que nunca haviam penetrado ou tentado povoar aquela região.

E para reforçar estas informações, afirmava que quando, em 1775, o cadete D. Antonio Lopes empreendeu a segunda exploração da região, também não viu portugueses, nem teve qualquer impedimento de prosseguir. Somente no seu retorno, na boca no Tacutú, que se cometeu o insulto de prender a sua expedição. Finalizava D. Manuel Centurion afirmando que pelo exposto, portanto, nenhum direito tinha a Coroa portuguesa sobre o território do rio Branco, e como foi usurpado, deveria se restituir aos espanhóis e dar as explicações correspondentes aos acontecimentos na região.

Como as proposições de D. Antonio Barreto, de 8 de outubro de 1776 (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1776; SAMPAIO, 1850 [1777], p. 221-225; ALMADA, 1861 [1787], p. 638-643), reforçam ou complementam estas do governador espanhol da Guiana, que o havia enviado a Barcelos, passamos a apresentar seus argumentos para em

seguida analisar a resposta do governador do rio Negro ao capitão espanhol e a enviada a D. Manuel Centurion no Orinoco.

D. Antonio Barreto iniciava seu documento afirmando que estava certo do violento atentado que os portugueses haviam cometido contra os espanhóis e aos domínios da Coroa que representava. A seu ver, as circunstâncias e a gravidade desse atentado eram contra o direito das gentes e violava os últimos tratados de limites, cujos comissários de ambas as Coroas haviam concordado não pertencer a Portugal mais terras além das que houvesse até então povoado e ocupado.

A seguir, D. Antonio Barreto reforçava a informações de não se terem encontrado qualquer português ou qualquer estabelecimento por ocasião das expedições do cabo Rondon e do cadete D. Antonio Lopes, já referenciadas por D. Manuel Centurion. Acrescentava ainda que em dois anos que esteve o sargento Marcos Zapata em São João Baptista não chegou europeu algum ao local além de um militar da colônia holandesa do Essequibo. Provavelmente Barreto se referia a Leclerc.

E como os portugueses haviam enviado uma expedição contra uma região que os espanhóis haviam tomado posse, e por esse motivo considerado seu território e fronteira, deveriam os portugueses:

Que a costa de los causantes se restituan el cadete D. Antonio Lopes, y el sarjento Cuello cada uno con su respectiva tropa, armas, petrechos, municiones varexas y indios a los puestos que ocupaban cuando los sorprendieron y aprisionado, esto es el primero a la boca Del Mao donde actualmente los señores portugueses se fortifican y el segundo a Cadacada, y que los daños hechos en casas, y poblaciones se resarzan, y den el auxilio necesario para recojer los indios amontonados afin de volver a poner los tres pueblos ante dichos en el estado que los teniamos cuando los insultaron. Que retirandose los señores portugueses de la fundacion que hacen en el Mao, y Parime se figen limites sin prejuicio nuestro de la boca de dicho Mao para abajo asi como estan em la frontera de rio Negro, y finalmente que la satisfaccion sea honrosa y tanta quanta corresponde a la vejacion, y grande agravio que nos han hecho los vasallos de Su Magestade F. [...] (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1776; SAMPAIO, 1850 [1777], p. 225; ALMADA, 1861 [1787], p. 642-643).

Não eram poucas as exigências encaminhadas pelo capitão D. Antonio Barreto, como se pode perceber no trecho acima. O governador do rio Negro, Joaquim Tinoco Valente, respondeu não só as proposições do capitão, o que faz primeiro devido à presença do mesmo em Barcelos, como também a carta de D. Manuel Centurion.

Porém, devem-se fazer duas observações antes de apresentar as respostas de Tinoco Valente. Primeiro sobre o ponto que aparece no trecho acima em que Barreto diz que

deveriam os portugueses colocar de volta as três povoações, ditas antes pelo espanhol, no estado em que as haviam encontrado.

Essa exigência se explica pelo fato de que os espanhóis afirmavam terem formado três povoações no vale do rio Branco: Santa Rosa, São João Baptista de Caya Caya e Santa Barbara. Entretanto, os portugueses nunca localizaram outra, além das duas primeiras (ALMADA, 1861 [1787], p. 635).

O segundo trata-se da afirmação de D. Antonio Barreto de que a agressão havia sido cometida pelos vassallos da Coroa portuguesa, em conformidade com o que afirmava Ribeiro de Sampaio de que a iniciativa da expansão espanhola para o rio Branco partira de D. Manuel Centurion. Esse comportamento parece ser adotado para não comprometer as Coroas – já envolvidas em complexas disputas políticas e militares na Europa – em embaraços que pudessem levar ao confronto direto. Dever-se-ia deixar aberto o espaço para negociações entre seus representantes na Europa, e assim resolver, na medida do possível, tudo pela diplomacia.

Na resposta a essas exigências de D. Antonio Barreto (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1776; SAMPAIO, 1850 [1777], p. 232-234; ALMADA, 1861 [1787], p. 643-647), Tinoco Valente já iniciava esclarecendo que daria a mesma resposta que seria encaminhada ao governador espanhol na Guiana. Dessa forma, afirmava que a Coroa portuguesa já se achava a muitos anos de posse do rio Branco, Tacutú, Uraricoera e seus distritos, sem que jamais fossem navegados, estabelecidos ou descobertos pelos espanhóis.

Conforme Tinoco Valente, a região foi descoberta e sempre navegada pelos portugueses, que estabeleceram feitorias de salga de peixe, de manteiga de ovos de tartaruga, e de outros gêneros. Repudiava a acusação de invasão, tendo em vista que, a seu ver, a região não pertencia aos espanhóis, e que, portanto, não tinham direito algum sobre ela. O direito natural para a defesa do rio Branco caberia ao próprio governador do rio Negro, que deveria sustentar e conservar tão ileso quanto o havia sido encarregado.

Quanto ao ponto em que se considerava a não existência de povoações portuguesas no rio Branco, respondia Tinoco Valente que não tinha vigor algum essa justificativa para a posse espanhola do rio Branco. O uso que cada Coroa fazia de suas posses ficava a seu próprio arbítrio, não sendo obrigado a dar satisfação alguma aos vizinhos.

Tinoco Valente procurava comprovar a antiguidade da posse portuguesa frente às pretensões espanholas, apontando que o domínio português já estava realizado desde 1725, tendo mostrado inclusive documentos ao capitão espanhol. E depois de outras argumentações acerca da harmonia entre as duas Coroas até a injusta invasão espanhola em 1773, e do

tratamento adequado dispensado aos prisioneiros, o governador finaliza a resposta a D. Antonio Barreto afirmando que a delicada matéria da qual tentava tratar o capitão não lhe pertencia, cabendo a decisão apenas às respectivas Coroas. Deviam, portanto, enquanto a decisão não chegava da Europa, cada um conter-se em seus limites, sem qualquer movimento que pudesse dar oportunidade de defesa.

A D. Manuel Centurion, Tinoco Valente respondia em carta datada de 13 de outubro de 1776 (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1776; SAMPAIO, 1850 [1777], p. 226-232; ALMADA [1787], 1861, p. 647-654), e iniciava citando a invasão espanhola e a, considerada, justa reação portuguesa devido aos territórios pertencerem à Coroa portuguesa. Repetia o uso que os portugueses haviam feito da região até aquele período, já citados na resposta a D. Antonio Barreto.

Novamente o governador do rio Negro procurava demonstrar a antiguidade da posse portuguesa, dessa vez com maior profundidade, apontando as explorações feitas, que seriam comprovadas por documentos, nos anos de 1725, 1736, 1740 e 1744. Cita como pessoas fidedignas que haviam feito tais expedições sob a bandeira real de Portugal o capitão Francisco Xavier Mendes de Moraes, o capitão Belchior Mendes, Christovão Alvares Botelho, o capitão Francisco Xavier de Andrade, Lourenço Belforte, Joseph Miguel Ayres, Sebastião Valente, Frei Jeronymo Coelho, o índio Paulo, o principal Theodozio Joseph, o capitão Francisco Ferreira, Domingos Lopes, Francisco Rodrigues, Manoel Pires, o principal Ajurabá, o sargento-mor Miguel Indio, o abalizado Arubaiana, o principal Faustino Cabral, o principal Camandri e o principal Ascênsio. Nenhum dos quais havia encontrado qualquer espanhol ou tido notícias destes ou de qualquer outro europeu, nos rios navegados ou nas campinas percorridas.

Reforçava essa informação acrescentando a expedição feita pelo alferes José Agostinho Diniz em 1766 para impedir invasões na região, por determinação da Coroa, que explorou o vale do rio Branco por quase quatro meses, navegando até a entrada do Tacutú, sem encontrar qualquer outro europeu, além dos portugueses.

Concluía finalmente Tinoco Valente, informando D. Manuel Centurion que de sua parte não haveria qualquer tentativa de rompimento da fronteira, nem de alterar a harmonia em que se conservavam seus soberanos, esperando que o governador espanhol também se mantivesse em seus limites. Não desejava que Centurion o obrigasse a defesa natural, que em caso de novas expedições espanholas seria indispensável por parte dos portugueses. E, havendo alguma dúvida ou pretensão sobre o território as decisões deveriam ficar a cargo das respectivas Cortes, que, amigavelmente, deveriam tudo ajustar e concluir as negociações.

Assim se encerrava a negociação entre estas autoridades coloniais e retornava o capitão espanhol para o Orinoco, sem se tratar novamente sobre este assunto entre as mesmas. Após sete ou oito meses, D. Antonio Barreto voltou ao forte espanhol de São Carlos no rio Negro, com reforço de tropas, com o objetivo de fortificar aquelas fronteiras (SAMPAIO 1850 [1777], p. 234-235).

Uma cópia da carta que Centurion havia enviado a Tinoco Valente por Antonio Barreto pelo Orinoco foi enviada pelo rio Branco por um soldado que chegou ao rio Negro em fevereiro de 1777 (SAMPAIO, 1850 [1777], P. 235). No caminho para o rio Negro, esse mensageiro deixou para o comandante do forte São Joaquim uma carta enviada pelo comandante da cidade de Quirior, tenente D. Vicente Diez de la Fuente. Em 21 de setembro de 1776 Sturm já havia sido informado por Tinoco Valente da chegada à região do rio Negro do comissário de D. Manuel Centurion, o capitão D. Antonio Barreto (FERREIRA, 1994 [1786], p. 111).

Datada de 29 de janeiro de 1777 (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 235-236; ALMADA, 1861 [1787], p. 655-656; FERREIRA, 1994b [1786], p. 111-112), Fuente protestava sobre os mesmos pontos presentes na carta de Centurion, afirmando serem os territórios do vale do rio Branco pertencentes à monarquia espanhola, segundo os últimos tratados, não compreendendo os fundamentos da atitude portuguesa de prisão das tropas espanholas na região.

Nesse sentido, intimava o comandante das tropas portuguesas no Branco a evacuar e desalojar imediatamente os postos que ocupava na confluência do Uraricoera com o Tacutú, restituindo e colocando em seus postos a tropa espanhola que os guarnecia. Devia ainda entregar aos comandantes espanhóis, D. Antonio Lopes e sargento Juan Antonio Cuello, o que tinham quando presos de armas, munições de guerra, ordens e demais utensílios, e Philippe Sturm deveria retirar-se com sua tropa para os domínios portugueses considerados pelos espanhóis.

A resposta de Sturm data de 1º de março de 1777 (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 236-237; ALMADA, 1861 [1787], p. 656-657; FERREIRA, 1994b [1786], p. 112), e nela dizia o comandante da fortificação portuguesa que era subordinado de outras autoridades e, portanto, não lhe cabia decidir sobre as questões apontadas por Vicente Diez de la Fuente, só a quem lhe governava. Deixava claro o capitão engenheiro que estava ciente que o governador do rio Negro já havia respondido sobre esse assunto a D. Manuel Centurion, governador de Fuente, e que de tudo havia informado Lisboa, que em contato com a Coroa espanhola deveriam

resolver sobre a questão. Restava-lhes apenas manter-se em seus limites e em paz até a chegada das respectivas ordens.

Novamente aqui a preocupação portuguesa, como observado na correspondência de Tinoco Valente, de manter a ocupação até que as negociações na Europa se definissem favoráveis às suas pretensões. No Antigo Regime nos trópicos, novas conquistas, entre outras coisas, poderiam significar a abertura de novos espaços para a distribuição de mercês, cargos administrativos, terras e privilégios comerciais, que faziam parte da dinâmica da sociedade colonial no Brasil (FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, 2000, p. 67).

Essa estratégia das autoridades coloniais na Amazônia funcionou no vale do rio Branco, tendo em vista que no Tratado preliminar de limites entre los Estados pertenecientes a ambas Coronas en la América meridional; ajustado y concluido en San Ildefonso, assinado em 1º de outubro de 1777, em seu Artigo 12, entre outras disposições trazia a de que “[...] não deverá passar navegação e uso de uma nem de outra nação, quando apartando-se dos rios haja de continuar a fronteira pelos montes que mediam entre o Orinoco e Maranhão ou Amazonas [...]” (TRATADO preliminar de límites en la América meridional, ajustado 1777, entre las coronas de España y de Portugal: firmado el 1º de octubre de 1777, p. 144).

Esse artigo tratava sobre os rios Japurá, Negro e Orinoco, e o rio Branco, afluente do rio Negro, faz parte da bacia do rio Amazonas, portanto. E, separado da bacia do Orinoco pela serra de Pacaraima, como se observou nos mapas apresentados anteriormente, o rio Branco pertenceria às possessões portuguesas.

Consideramos importante destacar que a assinatura desse tratado ocorreu em um momento de mudanças políticas importantes no Estado português, conhecido tradicionalmente na historiografia como “Viradeira”. Com a morte de D. José I, e a subida ao trono de D. Maria I, em fevereiro de 1777, houve a ascensão de outro de domínio no Reino, e com isso a possibilidade de restabelecer negociações pacíficas entre Lisboa e Madri.

Dentre os integrantes do novo governo, alguns defendiam uma aproximação e a resolução dos problemas de fronteira com a Espanha, o que pode ser comprovado pela assinatura do tratado de Santo Ildefonso já em outubro de 1777. Embora tenha sido considerado um tratado desvantajoso para os portugueses no Sul, em relação ao tratado de 1750, – perderam Sacramento e a região dos Sete Povos – no rio Branco a posse portuguesa era reconhecida pela Espanha (CALVO, 1862, p. 128-129).

Não significava que os portugueses deixavam de se preocupar com possíveis pretensões dos vizinhos espanhóis, ou mesmo dos holandeses. A posse da região estava, pelo menos nesse momento, garantida pela expulsão dos espanhóis e a posterior assinatura do

Tratado de Santo Ildefonso, mas o perigo estava ainda representado pelos vizinhos. Isso fica claro nos escritos de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, Manuel da Gama Lobo de Almada e Alexandre Rodrigues Ferreira. Principalmente dos dois primeiros, funcionários coloniais na capitania do rio Negro.

## 2.4 A continuidade da disputa pelo rio Branco

Além de buscarem desqualificar os argumentos espanhóis nas pretensões sobre o vale do rio Branco, estes funcionários coloniais procuravam apresentar a máxima antiguidade da posse portuguesa. Tais demonstrações de antiguidade da presença portuguesa poderiam servir para futuros embasamentos em negociações de limites.

Lobo de Almada (1861 [1787], p. 640) afirmava que o argumento espanhol de que os portugueses não haviam povoado nem ocupado o rio Branco não se sustentava porque os portugueses o haviam explorado por muitos anos, incluindo as canoas de observação da década de 1760, e também não tinham encontrado qualquer espanhol. De modo que para Lobo de Almada

Portugal tem direito tão antigo a este territorio, que já o Exm.<sup>o</sup> Bernardo Pereira de Berredo que governou o estado do Pará pelos annos de 1718 em diante, cita nos seus *Annaes Historicos*, o rio Branco communicado com o rio Negro na parte dos dominios de Portugal: tendo já n'aquelle tempo o referido auctor conhecimento tão certo do rio Branco, que na mesma *Historia* diz, que ele confina com a colonia hollandeza de Surinam [...] (ALMADA, 1861 [1787], p. 636, nota de rodapé).

Aos *Annaes Historicos do Estado do Maranhão* de Berredo também recorre Alexandre Rodrigues Ferreira (1994b [1786], p. 97), para determinar a antiguidade da presença portuguesa no rio Branco. E recua ainda mais, ao citar que a denominação do rio teve origem a partir da viagem de Pedro Teixeira entre Belém e Quito entre os anos de 1637 e 1639. Transcreve o parágrafo 728 do Livro X dos *Annaes Historicos*, que se foi buscar nos próprios escritos de Berredo, o trecho no qual se lê:

Sessenta leguas mais abaixo Yanapuary, quatro gráus aos Norte, desemboca o grande rio Negro (onde hoje temos huma Fortaleza), communicando já com outro caudaloso, chamado Branco (que confina com Suriname, Colonia Hollandeza), povoados ambos de muitas Nações de gentilismo, e algumas dellas missionadas pelos Religiosos de Nossa Senhora de Monte do Carmo [...] (BERREDO, 1905 [1718], p. 290).

Pelo que se observa escrito nesse trecho dos *Annaes Histórico*, é o mesmo que será depois utilizado por Lobo de Almada em sua *Descrição Relativa ao rio Branco*. Rodrigues Ferreira (1994b [1786], p. 97) conclui sua análise, a partir dessa fonte, afirmando que pelo rio Branco sempre navegaram os portugueses, ainda que mais particularmente a partir do ano de 1740.

Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 205) recua tanto quanto Rodrigues Ferreira, porém vai buscar seu embasamento nos escritos do padre Christovão da Cunha, que acompanhou o retorno de Pedro Teixeira de Quito a Belém. Nesse trecho (do que diz ser da *Relação do rio Amazonas* do padre Cunha), se observa escrito sobre a existência de um braço do rio Negro, pelo qual se pode passar à região onde estão estabelecidos os holandeses. A partir disso, Ribeiro de Sampaio conclui que o rio Branco já era tão conhecido pelos portugueses em 1639 que já se sabia que podia passar por ele para as colônias holandesas (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 205-206).

Pelo conhecimento que possuía (era Bacharel) e pelo cargo que ocupava (era ouvidor da capitania), Ribeiro de Sampaio se estenderá mais do que Rodrigues Ferreira e Lobo de Almada sobre esse assunto. Dessa forma, afirma que os portugueses já tinham conhecimento da existência do rio Branco entre os anos de 1639 e 1655, e que esse conhecimento se ampliaria entre os anos de 1655 e 1661, quando formou uma missão no rio Negro o padre Francisco Gonçalves (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 206).

A seu ver, o inteiro conhecimento do rio Branco foi alcançado pelos portugueses entre os anos de 1670 e 1671. A estratégia portuguesa nesse período constava de propor a sujeição portuguesa e a religião católica aos grupos indígenas com os quais iam tomando contato, formando aldeamentos. Nesse projeto, era comum grupos de um rio se estabelecerem em outras regiões, o que fez os portugueses navegarem o rio Branco, conduzindo indígenas para se estabelecerem no rio Negro. Também alguns subiam o rio para comprar escravos, enquanto esse comércio foi lícito (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 206-207).

Assim se foi reconhecendo cada vez mais o rio Branco, que além das atividades apontadas tinham ainda a colheita de drogas e a pescaria, tornando indubitável a certeza da presença portuguesa nesse território. Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 207-208) cita também as incursões ocorridas entre as décadas de 1730 e 1740, já citadas anteriormente, e relacionadas às tropas de resgate que praticavam o apresamento de indígenas, encerradas com o *Diretório Pombalino*.

Os espanhóis tentaram se expandir para o rio Branco, conforme Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 238), por ignorarem ou desconhecerem os fatos da expansão portuguesa, a

seu ver, verdade indiscutível. Quanto ao ponto em que D. Manuel Centurion se referia ao desrespeito português aos últimos tratados assinados entre Portugal e Espanha, Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 238-239) observava que não sabia a que tratado o governador espanhol se referia.

No entanto, estes tratados obrigavam também os espanhóis a permanecerem nos territórios que já tivessem povoado e ocupado. E embora o de Madri tenha sido anulado, deveria a situação permanecer no estado em que estavam antes do tratado, que em 1750 ficou determinado que fossem os marcos de fronteiras colocados nos cumes dos montes que separavam as bacias hidrográficas (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 239-240).

Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 240) argumenta que bastava aos espanhóis observar o *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional*, de 1749, que depois ficou conhecido como *Mapa das Cortes*, e serviu de base para a demarcação de fronteiras no Tratado de Madri de 1750.

Na legenda do mapa se encontra escrito “O que está de amarelo he o q' se acha occupado pelos Portugueses. O que está de cor de rosa he o q' tem occupado os Espanhoes. O que fica em branco não está até presente ocupado”, e que foi observado por Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 240). Na página seguinte é apresentada a figura 6 que representa o Mapa das Cortes, do qual se destaca, como modificação, um detalhe com a região do rio Branco.

O que se percebe com este mapa, assim como com a *Carta de l'Amérique méridionale* (1748) de Jean Baptiste Bourguignon D'Anville, é que a cartografia exercia grande influência sobre as negociações de limites entre os vizinhos Impérios coloniais. Muitas decisões eram baseadas nos conhecimentos que os cartógrafos colocavam nos mapas sobre as regiões em disputa (FURTADO, 2011). Por esse motivo o estranhamento de Sampaio, se já se havia definido na cartografia esses limites no rio Branco.

No entanto, os nomes dos acidentes geográficos nos mapas nem sempre condiziam com o que se encontrava no terreno, o que dificultava o trabalho das comissões demarcadoras das Coroas, como se observou no caso da denominação de alguns rios no vale do rio Branco diferindo para espanhóis e portugueses. Embora no Branco essas comissões não tenham se encontrado após a assinatura do Tratado de Madri.

Essa grande importância dos mapas no século XVIII era explicada pelo fato de que estavam em todas as partes. Eram utilizados nas campanhas militares das guerras, nas negociações diplomáticas que se seguiam aos conflitos, nos empreendimentos comerciais ou de prospecção mineral, entre outros fins (FURTADO, 2011, p. 71). Desse modo, a carta de

D'Anville e o *Mapa das Cortes* (encomendado por Alexandre de Gusmão para as negociações em Madri) serviriam para subsidiar as negociações diplomáticas em Madri, e este último ainda seria utilizado para demarcar os limites entre Portugal e Espanha na América.



Figura 6 – Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional [1749].

Fonte: Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart1004807.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1004807.pdf). Acesso em: 23 de outubro de 2012.

Voltando às contestações de Ribeiro de Sampaio aos argumentos espanhóis, discute a questão de que os espanhóis não haviam encontrado vestígio de ocupação portuguesa na expedição do cabo Rondon de 1773. Para o ouvidor (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 240-241), o governador espanhol provavelmente queria se referir a povoações, mas não significava que os portugueses não dominassem o rio Branco, pois as atividades realizadas na região, já citadas, embora com caráter menos permanente que as povoações, ainda assim definiam a posse portuguesa do rio Branco.

Conforme Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 241), o uso a que se destinava a área ocupada é o que determinava a sua ocupação. Por tal motivo, considerava o vale do rio Branco já ocupado. Uma concepção distinta da proposta no início desta pesquisa, ainda no primeiro capítulo, tendo em vista que se pensa em ocupação efetiva, como ocorreu a partir da instalação de uma fortificação e da constituição de aldeamentos. Mas, para Ribeiro de Sampaio, as incursões e as atividades econômicas realizadas serviriam para definir a posse da região para a Coroa portuguesa.

Também se questionava os motivos pelos quais os espanhóis avançaram pelo vale do rio Branco, que, conforme se verificou, foram justificados pela busca da “laguna Parime y cerro Dorado”. Embora os espanhóis tenham praticado a atividade cotidiana da colonização ibérica na América, a constituição de povoações e a busca pela aliança indígena, para se estabelecerem junto aos conquistadores.

Essa justificativa da busca da “laguna Parime y cerro Dorado” causava estranheza tanto a Ribeiro de Sampaio quanto a Lobo de Almada. O primeiro não sabia dizer se se tratava de um pretexto espanhol para invadir o rio Branco e uma tentativa de convencer os portugueses de que uma busca que já durava quase três séculos, sem qualquer resultado positivo, justificava sua expansão. Afinal, os espanhóis no vale do rio Branco também repetiram esses fracassos como o próprio Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 245-246) verificou com os militares presos.

Segundo Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 247) os espanhóis estavam nessa busca desde 1536, e mesmo os holandeses já tinham procurado o *Dorado* na região, pois essa era a função da expedição do desertor Nicoláo Horstman em 1741, encontrar metais e pedras preciosas na região (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 249).

“Confesso se não sei se mais me move a ira, ou provoca o riso, ouvir pronunciar em serio tom que se chegou a descobrir a *Laguna Dorada!*”, assim reagia Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 246) sobre este argumento espanhol. E acrescentava:

Mais ainda no philosopho, no iluminado seculo 18.º, nos nossos dias, ousa o governador hespanhol D. Manuel Centurion anhelar com diligencias repetidas a invenção d’esta chimera, ou d’esta pedra chrysopeya das descobertas. (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 249).

Compartilhava dessa opinião, quase dez anos depois de escrever Ribeiro de Sampaio, Manuel da Gama Lobo de Almada, ao comentar a carta de D. Manuel Centurion a Tinoco Valente, como segue abaixo:

Laguna Parime, y cerro Dorado – são cousas, que só existem na imaginação; se não é que os hespanhóes tomam por Cerro Dorado as serras de crystaes [...]; pois enquanto á laguna Parime, é fabuloso, que haja semelhante lagôa no rio Branco, [...] Os geographos que dão nas suas cartas a lagoa Parime com as aguas vertentes destes dous rios [Orinoco e Branco], configuraram nesta parte por informações pouco exactas (ALMADA, 1861 [1787], p. 632-633, nota de rodapé).

Quimera, fábula ou imaginação dos espanhóis o fato é que depois os funcionários da Coroa portuguesa também verificariam essas informações sobre as chamadas “serras de crystaes”. Primeiro foi ordenado em 1776, ao então comandante do Forte São Joaquim, capitão Philippe da Costa Teixeira, que se fizesse a verificação da serra do Caraumaã e em outras locais. Essa ordem era resultado do que diziam os espanhóis às autoridades portuguesas. Mas, tudo com muito sigilo, tendo em vista que ainda se encontravam em negociações os limites entre Portugal e Espanha (FERREIRA, 1994a [1786], p. 90; 93). Fariam também tais verificações Rodrigues Ferreira em 1786 e Lobo de Almada em 1787.

O fato é que esses funcionários coloniais tentavam desconstruir argumentos utilizados pelos espanhóis que poderiam ser utilizados novamente posteriormente. Entretanto, o ponto principal nessa disputa pela posse definitiva do vale do rio Branco tinha começado a se desenhar em 1775. Era a construção do Forte São Joaquim, ao mesmo tempo em que se formavam povoações com indígenas no rio Branco. O Estado português chegava efetivamente à região.

Esse novo contexto, além de modificar as relações entre portugueses e indígenas, também colocava a Coroa portuguesa a ocupar efetivamente esse território. O Forte São Joaquim, representado em seu comandante e seus subordinados, seria o braço da política portuguesa no Branco e o condutor da estratégia de ocupação empregada a partir da expulsão dos espanhóis.

Dentro de suas muralhas, ou destacados delas, estavam aqueles que trabalhariam para definir a posse da região a favor dos portugueses e para isso os indígenas eram imprescindíveis, como mão-de-obra, força militar ou para o povoamento. Por tais motivos, é que sobre o Forte São Joaquim e o processo de aldeamentos iniciado paralelamente à sua construção que vamos tratar nas próximas páginas desta pesquisa.



### 3 FORTIFICAÇÃO E ALDEAMENTO NO RIO BRANCO

No ano de 1775 era iniciada a construção do Forte São Joaquim, à margem direita do rio Tacutú, no ponto de seu encontro com o Uraricoera, onde formam o rio Branco. Uma posição estratégica, conforme as autoridades coloniais portuguesas, pois nesse ponto se barraria a passagem para o rio Branco tanto de espanhóis, que poderiam descer pelo Uraricoera, quanto de holandeses pelo Tacutú. O objetivo principal, como já visto, era impedir qualquer tentativa de incursões no rio Negro, área considerada o centro da ocupação portuguesa nessa região.

Praticamente ao mesmo tempo em que se iniciava a construção da fortificação também começava o processo de aldeamento de indígenas. Era parte da tarefa a ser executada pela expedição do capitão Phelippe Sturm. Essa seria a estratégia adotada pelos portugueses para ocuparem efetivamente a região e definirem sua posse a seu favor.

Nesse sentido, foram montados inicialmente cinco aldeamentos, e se promoveu o deslocamento de grupos indígenas de diversas etnias da região para essas povoações. Na visão de Jaci Guilherme Vieira (2007, p. 19-20), no rio Branco os portugueses seguiam o antigo modelo de criação das cidades medievais, segundo o qual os aspectos de ordem militar sobrepujavam os demais, de modo que, nesse sentido, o Forte São Joaquim servia para objetivos militares e administrativos do Estado.

Nesse novo contexto na região, que se estenderá praticamente até finais do século XVIII, e no qual foi inaugurada nova fase nas relações entre não-índios e indígenas no rio Branco, além dos militares do Forte São Joaquim também os índios vão desempenhar importante papel na definição da posse da região para Portugal.

Nos planos geopolíticos portugueses no Branco, os aldeamentos indígenas ocupavam papel central, de modo que seja fazendo aliança com os portugueses e se deslocando para os aldeamentos, seja mantendo-se ativos na rede de comércio holandesa, os indígenas vão participar ativamente da nova conjuntura no âmbito da conquista colonial.

Como ocorreu a instalação portuguesa na região, com a construção da fortificação e a criação de aldeamentos, e a partir dessas iniciativas, que aproximaram o Estado português dessa fronteira, como se desenvolveram as relações entre os agentes da Coroa e os indígenas, são os pontos a serem discutidos nesta parte deste trabalho.

### 3.1 O Forte São Joaquim e a ocupação do rio Branco

Conforme já observado, Alexandre Rodrigues Ferreira, ao relatar as ordens conduzidas pelo comandante da tropa portuguesa, nos mostra que estas eram claras, determinando que deveriam expulsar imediatamente os espanhóis, enviando os capturados para a capital, e iniciar a construção de uma fortaleza e do sistema de aldeamentos na região. Sobre a ocupação do rio Branco, a carta de 2 de setembro de 1775, transcrita por Rodrigues Ferreira, dizia o seguinte:

Logo sem demora empregará V.M. o maior desvelo em construir huma Fortificação proporcionada, que presidiada de huma competente guarnição, possa não só contêr-nos em segurança, contra quaesquer designios, e insultos dos referidos Hespanhoes, e Hollandezes, mas até dê principio tambem a amizade, e aliança de todas as Naçoens de Indios, que habitão as margens, e centros daquelle rio (FERREIRA, 1994b, p. 99).

Para a construção da fortaleza o capitão Sturm deveria escolher o local mais adequado, sendo, entretanto, recomendado pelo governador do rio Negro, provavelmente assessorado por funcionários que possuíam maior conhecimento da região, a localização na junção do Uraricoera com o Tacutú para proteger o rio Branco tanto de expedições de espanhóis quanto de holandeses (FERREIRA, 1994b [1786], p. 99-100). Essa determinação mostrava como os portugueses já bem conheciam ou tinham informações a respeito dessa região nesse período.

Além da localização da fortificação, nas ordens conduzidas por Sturm, existia ainda a orientação para que ela fosse edificada, além do mais rapidamente e com menor custo possível, de modo que tivesse o comandamento de toda a região (FERREIRA, 1994b [1786], p. 100). Ou seja, deveria dominar a observação sobre os terrenos vizinhos, localizando-se em uma área mais alta.

Depois dos reconhecimentos e exames realizados, escolheu então o capitão Sturm a margem oriental da foz do Tacutú (margem esquerda). Essa escolha recebeu críticas posteriores, principalmente de Rodrigues Ferreira, que acreditava ser o melhor local a ponta de terra que divide o Urariocera do Tacutú (FERREIRA, 1994b [1786], p. 106).

Reconhecia, porém, que essa ponta de terra ficava alagada na época da cheia dos rios, e como Sturm tinha ordens de não realizar obra dispendiosa aos cofres da Coroa deveria realmente ser em outro ponto. Entretanto, o local que se escolheu não foi o mais adequado,

por fatores que buscou relacionar, tecendo severas críticas quanto ao local escolhido (FERREIRA, 1994b [1786], p. 106-107).

Primeiro, o local foi escolhido porque não era alagado nas enchentes, como ocorre com a ponta de terra que separa os rios Uraricoera e Tacutu, que reconheceram antes da construção do Forte, entretanto, alaga nas cheias a ponto de a água passar para dentro da fortificação, e fora dela apenas uma estreita e curta faixa de terra ficam acima da água, onde se localizam alguns quartos particulares.

Segundo, pelo não comandamento da área, tendo em vista que em seu entorno existem algumas elevações, que impedem de visualizar eventuais aproximações de inimigos, e ainda que dessas elevações descem as águas no período chuvoso que inundam os campos, deixando a fortificação isolada entre o rio e tais campos inundados.

E terceiro porque, devido à distância da sua posição até a margem direita do Uraricoera, poderia passar o “invasor” encostado por essa margem sem ser percebido pela sentinela à noite. Acrescentava ainda que embora tenham sido feitas roças próximo ao Forte, deveriam ser limitadas tendo em vista que o terreno não se expandia muito, além de não se poderem fazer mais casas (além das quatro que existiam em 1786), porque o terreno alagava nas épocas de cheia.

Ferreira ainda se perguntava por que não havia sido escolhida a margem direita do Uraricoera, pois, ao contrário do local escolhido por Sturm, esta margem oferecia a vantagem de nunca alagar, ser guarnecida de pedra e dela se dominar a entrada dos dois rios. Além disso, nesse local se fizeram roças, tanto que queria ali se instalar o principal Pixaú quando de seu descimento para os aldeamentos portugueses (FERREIRA, 1994b, p. 106-107).

A mesma opinião é compartilhada por Lobo de Almada, que afirma que a área ocupada pelo Forte São Joaquim tinha muita propriedade, mas que possuía alguns defeitos. Dizia Almada que a sudeste, leste e “quarta” de nordeste, tem terrenos dentro do alcance de artilharia, que comandam sobre o nível da parte superior dos parapeitos.

Sua vantagem é a defesa dos dois canais de comunicação com os vizinhos europeus. Melhor seria, porém, se estivesse localizado na ponta de terra que separa o Tacutú do Uraricoera, mas reconhecia que esse terreno era muito baixo. Como então o canal do Tacutú é mais acessível que o do Uraricoera, cheio de cachoeiras, para Lobo de Almada justificava-se sua localização (ALMADA, 1861 [1787], p. 682).

Também para Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 250-251), o melhor lugar, que sempre foi conhecido para a construção da fortificação, era a confluência dos rios Uraricoera e Tacutú, pois a partir desse ponto era possível barrar a entrada de holandeses e espanhóis,

determinando o terreno que fosse construído o Forte São Joaquim do lado da margem que desce do Tacutú.

Essa descrição do local de construção do Forte São Joaquim feita por estes funcionários coloniais pode ser melhor observada na figura 7, apresentada abaixo. O desenho foi feito por José Joaquim Codina, um dos riscadores que acompanhava a “Viagem Filosófica” de Alexandre Rodrigues Ferreira.

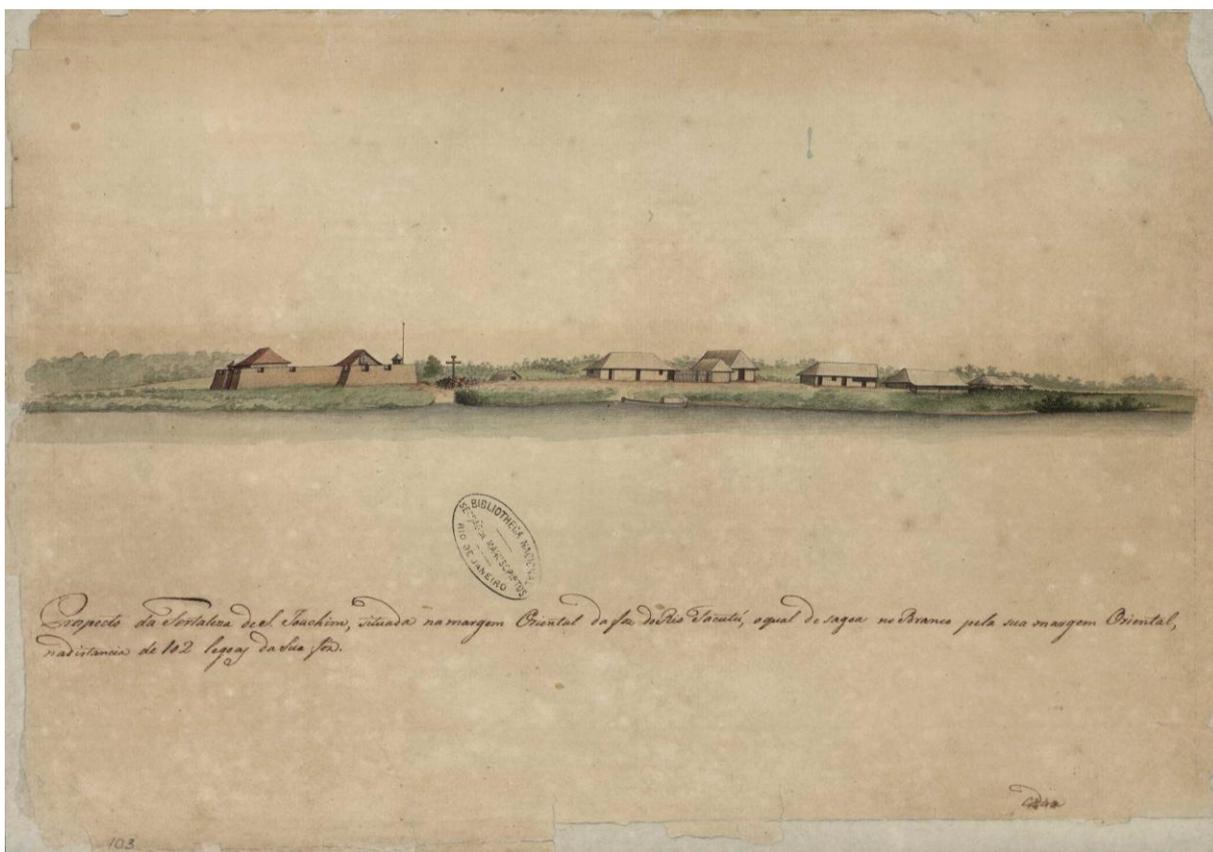


Figura 7 – Prospecto da Fortaleza de S. Joaquim, situada na margem oriental da foz do Rio Tacutú, o qual deságua no Branco pela sua margem oriental, na distância de 102 léguas da sua foz.

Fonte: CODINA, José Joaquim [17--]. Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1095055.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1095055.jpg). Acesso em: 15 ago. 2012.

Também com a finalidade de se observar a descrição do terreno utilizado pelos portugueses para construir a fortificação no rio Branco, na página seguinte é apresentada a figura 8. Trata-se do recorte de uma imagem de satélite, a partir das imagens disponibilizadas

por um site<sup>3</sup> e apesar de recente e feita na época da seca do rio Branco, podemos observar com maior propriedade o terreno e a localização em que foi construído o Forte São Joaquim. Buscamos também apresentar detalhes que possam auxiliar-nos nessa tarefa, sendo o objeto identificado como o Forte São Joaquim, suas ruínas atualmente existentes.

Estes conhecimentos sobre o Forte São Joaquim nos parecem importantes porque o entendemos enquanto patrimônio material, e assim como qualquer outra fonte analisada nesta pesquisa comprova a política de expansão portuguesa na região. Assim como comprova também que a partir de 1775, com a construção da fortificação, passaram a adotar uma nova estratégia na manutenção do território e em sua defesa no rio Branco. E como fonte, devemos descrevê-lo um pouco mais.



Figura 8 – Foto de satélite da localização do Forte São Joaquim.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://maps.google.com.br/>. Acesso em: 8 nov. 2012.

Para tanto, é preciso primeiro compreender a noção de cultura material. E para isso recorreremos a Richard Bucaille e Jean-Marie Pesez (1989), que procuram definir a noção de cultura material, e não um conceito, tendo em vista que se trata de uma noção bastante heterogênea. Para Bucaille e Pesez, a cultura material é composta em parte pelas formas materiais da cultura, mas não apenas por estas.

Os autores procuram reduzir os numerosos aspectos dessa noção em algumas características principais. Das características apontadas a primeira que se pode destacar é de que a cultura material diz respeito às coletividades da sociedade estudada. A esta característica liga-se outra, a de que a cultura material se dedica ao estudo daquilo que é estável e constante em determinada sociedade e, portanto, possam ser caracterizados como hábitos ou tradições reveladoras da cultura que se observa.

Como essas duas características anteriores procuram contemplar a cultura, as outras que serão apontadas por Bucaille e Pesez (1989) se aplicam ao material. Nesse sentido, deve-se observar que o estudo da cultura material significa atribuir causas explicativas aos aspectos materiais da cultura, assim como ter atenção aos objetos concretos que possam explicar esses fenômenos. Ou seja, utiliza-se a cultura material para esclarecer os pontos mal esclarecidos nos documentos escritos.

Dessa forma, “um objeto de cultura material é na verdade a materialização de uma sucessão de processos sociais, políticos, culturais, econômicos e tecnológicos” (D’ASSUNÇÃO BARROS, 2009, p. 1). E é isto que representa o Forte São Joaquim no vale do rio Branco, que por meio de seus integrantes foi alterando as relações entre índios e não-índios; representou a geopolítica de conquista portuguesa da região; buscou impor um novo modelo de organização social e cultural, a partir de seus aldeamentos, a diversos grupos indígenas; e tentou implementar estruturas econômicas que dessem sustentação à ocupação e atraísse elementos que pudessem contribuir para a conquista.

Quanto à tecnologia empregada, não é diferente da empregada em outros pontos da conquista, o que pode ser percebido pela presença do capitão engenheiro Phelippe Sturm, que já havia contribuído na edificação de outros edifícios de defesa no rio Negro. Também porque o Forte São Joaquim fez parte do arco de fortificações portuguesas que cercaram seus domínios amazônicos no século XVIII, fechando os principais acessos à região interior. Eram esses acessos: o rio Branco, o rio Negro, o rio Solimões e o rio Guaporé (BENTO, 1975, p. 51-52).

As fortificações construídas nesses acessos são todas do período posterior a assinatura do Tratado de Madri, o que demonstra, além da utilização das mesmas técnicas e tecnologias

pelos portugueses, estarem inseridos no mesmo contexto político de disputas e definições territoriais, principalmente com os espanhóis.

Este arco de fortes que defendia os domínios portugueses dos espanhóis veio para complementar o que já existia no estuário do rio Amazonas, como o Forte do Castelo em Belém, a Fortaleza de Macapá no Amapá, Fortaleza de Santo Antonio de Gurupá e outros. Além daqueles que aprofundavam as defesas portuguesas na Amazônia como o Forte São João da Barra (Manaus), Forte de Santarém dos Tapajós, Forte de Óbidos, Forte do Desterro, entre outros (BENTO, 1975, p. 51-52).

Para verificar essa disposição da defesa portuguesa da Amazônia se apresenta a figura 9 abaixo. Trata-se de um mapa da bacia hidrográfica da Região Norte, para facilitar a visualização dos rios da região e, como adaptação, são apontadas as fortificações do período colonial.

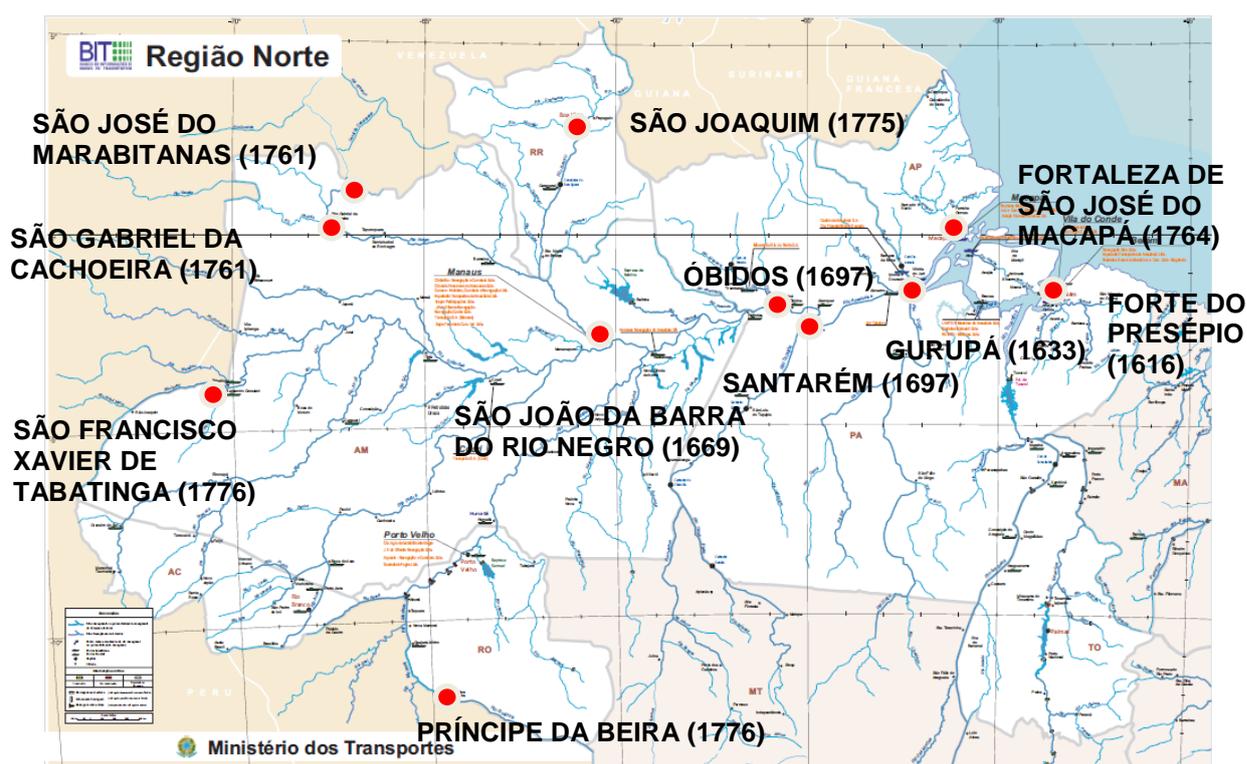


Figura 9 – Fortificações da Amazônia Colonial.

Fonte: VIEIRA, José Alexandre Santiago. Mapa Hidroviário da Região Norte. In: Banco de Informações e Mapas do Ministério dos Transportes. Disponível em: <http://www2.transportes.gov.br/bit/04-hidro/1-hidro/n-hidro.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2012.

Não se tem como precisar quanto tempo levou a construção do Forte São Joaquim. No entanto, segundo Rodrigues Ferreira (1994b [1786], p. 109), em meados de 1776, quando foram presos os militares da expedição do cadete espanhol D. Antonio Lopes, ao chegarem ao Forte verificaram que boa parte da muralha de frente para o rio já estava de pronta.

Em 21 de agosto de 1776, o comandante da fortificação escrevia ao governador da capitania queixando-se do pouco avanço da construção do Forte em relação ao seu desenho, no período em que esteve no rio Negro em tratamento de saúde. A essa correspondência respondeu o governador, em 5 de setembro de 1776, que ficava “[...] na intellig<sup>a</sup> do pouco aumento dessa fortaleza, o q me não admira, pelo diminuto tempo; tendo também a lembrança, de que outras de mais de 10 annos, nunca passarão de projectadas” (FERREIRA, 1994b [1786], p. 109).

No período da ausência de Sturm, primeiro a fortaleza ficou sob a responsabilidade do tenente Thomé Ferreira, e depois o comando foi passado para o capitão Phelippe da Costa Teixeira. Era o contexto da preocupação das autoridades coloniais com a povoação espanhola de Santa Rosa, por isso a necessidade de tranquilizar o comandante quanto à conclusão da fortificação.

Quando passaram pelo Forte São Joaquim, no qual chegaram em 31 de janeiro de 1781, o capitão Ricardo Franco de Almeida Serra e Antonio Pires da Silva Pontes não fizeram qualquer referência a construções na fortificação (SERRA, 1844 [1781], p. 84). Disso se conclui que não demorou muito mais a conclusão da fortificação depois de preso o cadete espanhol e sua tropa, até porque Lobo de Almada (1861 [1787], p. 681) afirmava que “a fortificação que temos no Rio Branco, se reduz a um forte de campanha dos mais pequenos”.

Além disso, depois do reconhecimento à Santa Rosa, Sturm pode se dedicar ao complemento da fortificação, “[...] não ja com as forças corporaes, por q não as tinha, mas com atividade do seu espirito, succu[m]bio a o pezo dos seus trabalhos e das suas enfermidades” (FERREIRA, 1994b [1786], p. 114).

O capitão Sturm morreu em setembro de 1778 e foi sepultado na parte externa do Forte São Joaquim, no terreno que servia de cemitério. O que levou Ribeiro de Sampaio a afirmar que a obra havia sido edificada conforme o risco (desenho) do engenheiro, que “[...] que assistiu á ella quasi todo o tempo que durou a execução” (SAMPAIO, 1850 [1777], P. 251). Provavelmente o ouvidor se referia ao período em que Sturm esteve no rio Negro, o que nos leva a acreditar que quando morreu já deveria ter sido concluída a obra.

Conforme Rodrigues Ferreira, o Forte São Joaquim foi construído de pedra e barro, coberto por fora com cal e areia, e sua frente voltada para o Sul, rio abaixo. O poente (Oeste)

ficava para o rio, a retaguarda para o Norte e o nascente (Leste) para o campo. Continuava Rodrigues Ferreira (1994b [1786], p. 130), sua descrição e afirmava que “[...] entre os meyo baluartes, que ella tem [a fortaleza], fica a porta no meyo das cortinas, que os fêcha. [...] e na retaguarda, tem outros 2 meyo baluartes [...]”.

Rodrigues Ferreira conheceu a fortificação em 1786 e apontava que, na época, possuía 14 canhoneiras, das quais duas não tinham peças de artilharia. Existiam 12 peças montadas: uma de 1/4, outra de 16”, quatro de 3”, quatro de 4” e duas de 6”. Quanto às obras interiores, à direita da entrada ficava o quartel do comandante, que possuía dois camarins, e à esquerda a capela. Ao longo da capela ficava a cozinha particular do comandante, o telhado superior dessas instalações servia de armazém, com o quartel da tropa da guarnição localizado à frente dessas instalações, no fundo do Forte.

Possuía também dois pavimentos, sendo as duas casas das extremidades superiores de depósito para as munições das armas e de boca, e atrás deste ficava o quartel da guarnição. Na parte inferior ficavam o calabouço, a cozinha, correndo uma varanda, que serve de passagem de um baluarte ao outro. A casa de pólvora ficava encostada na muralha do lado Leste, em um pequeno ponto. Rodrigues Ferreira ainda observava que muitas instalações estavam com as madeiras arruinadas (FERREIRA, 1994b, p. 130-131), isto pouco mais de dez anos após início da construção do Forte.

Lobo de Almada fazia quase as mesmas observações que Rodrigues Ferreira. Relatava que era construído de pedra e barro, e seus parapeitos, formados com os materiais ali utilizados, eram impróprios para cobrirem os defensores. Sendo muito estreito, não tinha fogo de proteção ou de apoio, não permitindo a manobra das peças de artilharia, que se resumia a doze peças de ferro, de calibre seis até uma quarta, não possuindo mesmo uma rampa por onde possa se mover uma peça de artilharia (ALMADA, 1861 [1787], p. 681-682).

Esse armamento da fortificação, considerado artilharia leve, era o que tinha sido conduzido para a expedição que prendeu os espanhóis e mais algumas capturadas dos mesmos, o que resultava na variedade de calibres que se observou e que continuava na fortificação na década de 1780.

Jaci Guilherme Vieira (2007, p. 20) observa que a construção do Forte São Joaquim, devido a sua rapidez, mostra a ideia de se construir uma fortificação simples e de pequenas proporções, com pouco poderio militar resultado da preocupações imediatas das ameaças representadas pelos vizinhos europeus. Isso não seria uma exclusividade do rio Branco.

Para melhor compreendermos do que tratam as descrições acima, podemos verificar a figura 10 que é a planta baixa do Forte São Joaquim, desenhada no século XVIII, por ocasião

da passagem de Alexandre Rodrigues Ferreira pelo vale do rio Branco em 1786. No desenho, de José Joaquim Codina, a parte superior da planta baixa representa a frente da fortificação, que ficava direcionada para o Sul.

Logo abaixo da planta baixa um desenho da frente do Forte São Joaquim e entre este desenho e a planta baixa uma escala, que deve ter sido utilizada por Codina para medir as dimensões da fortificação, porém de difícil observação. Ainda assim, apresentamos este desenho por ter sido feito no século XVIII, mais próximo da sua construção já que não se localizou os desenhos de Phelippe Sturm. Sem deixar, evidentemente, de apontar a riqueza de detalhes da figura que nos proporciona boa noção de como era o Forte São Joaquim enquanto esteve de pé.

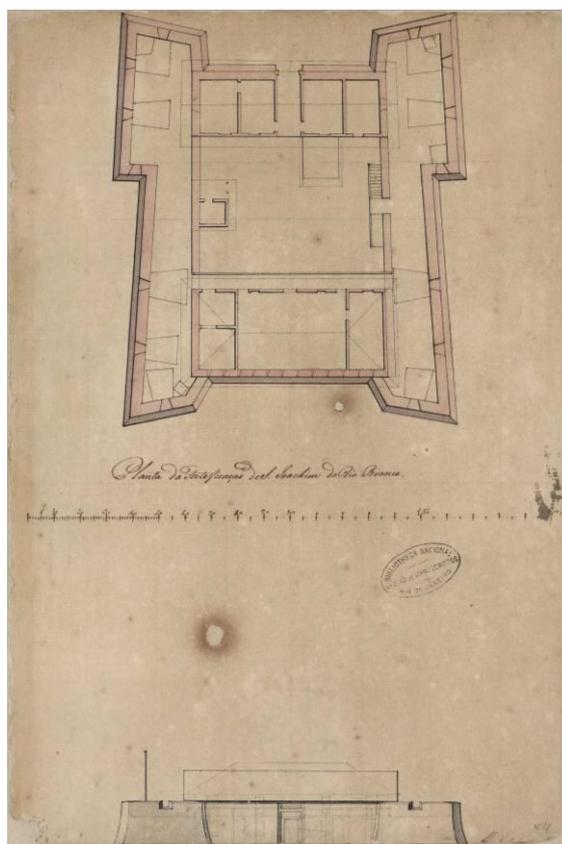


Figura 10 – Planta da fortificação de São Joaquim do Rio Branco [Alçado da frente da fortaleza] – [17--].

Fonte: CODINA, José Joaquim [17--]. Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1095090.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1095090.jpg). Acesso em: 15 ago. 2012.

Como não se poderia deixar de tentar pelo menos chegar próximo das dimensões da fortificação, abaixo é apresentada a figura 11. De autoria do coronel João Henrique Mattos, trata-se da mesma planta baixa do Forte São Joaquim, só que levantada no ano de 1843. Nela se pode observar a localização de cada instalação e no canto inferior direito uma escala que vai até 15 braças, acompanhando a lateral da fortificação sem, no entanto, chegar de uma extremidade a outra.

Mesmo assim se pode chegar à conclusão de que o Forte São Joaquim possuía aproximadamente 35 metros de comprimento, levando-se em consideração que cada braça equivalia a 1,83 metros. Desse modo, se pode verificar que se tratava, de fato, de uma fortificação de pequenas dimensões.

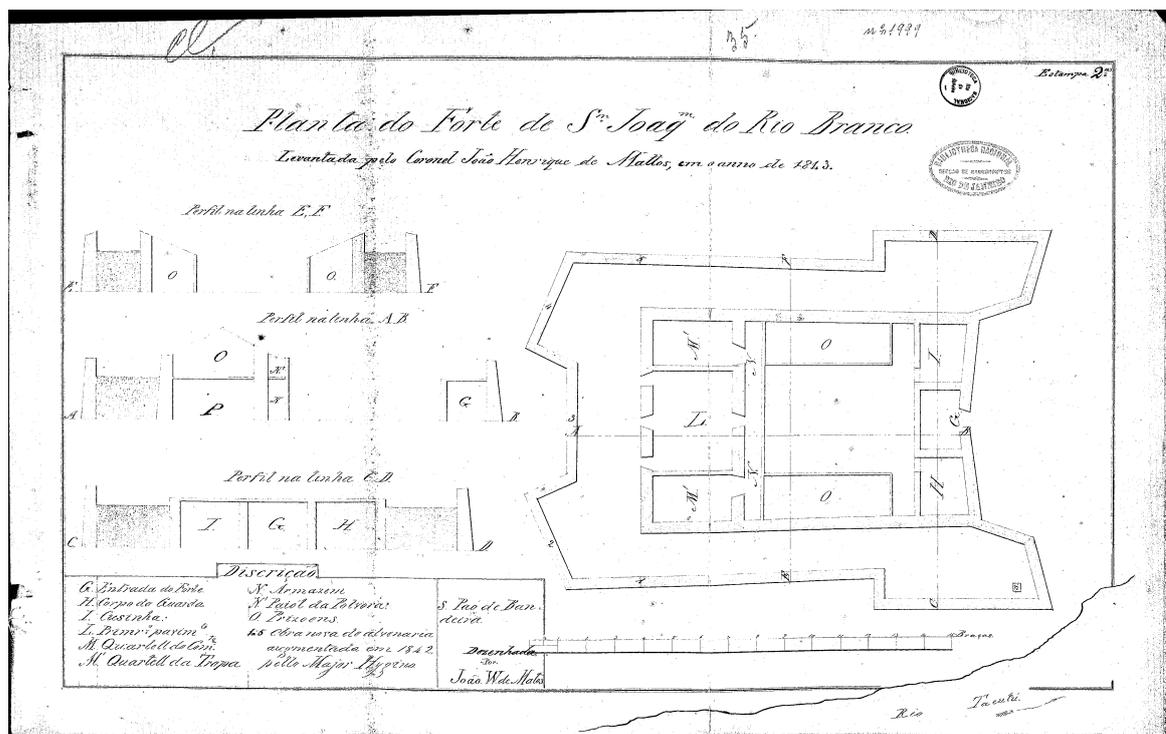


Figura 11 – Planta do Forte São Joaquim do Rio Branco [1843].

Fonte: MATTOS, João Henrique de [1843]. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

Na passagem de Rodrigues Ferreira pelo vale do rio Branco, o naturalista apontava um efetivo militar composto por cinquenta praças, incluindo-se o comandante, ficando dois soldados em cada povoação e cinco no pesqueiro real. Ficavam no Forte São Joaquim quando

da passagem de Rodrigues Ferreira 32 militares, quase todos acomodados fora da fortaleza, enquanto o alojamento interno não era reformado. Ficavam ainda vinte índios para cuidar do sustento da guarnição por meio da pesca e da caça, e dois capelães (FERREIRA, 1994b [1786], p. 131-132).

Lobo de Almada, por sua vez, apresenta mais detalhadamente o efetivo militar do vale do rio Branco em 1787, ano seguinte à passagem de Rodrigues Ferreira. Diferindo dos dados do naturalista quanto ao total geral de militares no vale do rio Branco. Entretanto, a guarnição da fortificação é apresentada pelos dois autores com o mesmo número. A tabela elaborada por Lobo de Almada pode ser observada a seguir.

Tabela 1 – Guarnição Militar do rio Branco (1787).

<b>Estado militar da fronteira do rio Branco, a 10 de Julho de 1787.</b>	Capitão-comandante da fortaleza e da fronteira.	Alferes.	Cabo de esquadra.	Cadete.	Soldados.	<b>TODAS AS PRAÇAS</b>
Effectivos de guarnição na fortaleza	1	1			32	34
Directores e seus camaradas nas aldeãs			1	1	6	8
<b>Total</b>	1	1	1	1	38	42

Fonte: ALMADA, 1861 [1787], p. 683.

Os militares que guarneceram o Forte São Joaquim enquanto esteve em atividade tinham origens diversas. Para o período colonial, os mais graduados eram portugueses, destacados dos regimentos que haviam sido enviados para a Amazônia na segunda metade do século XVIII. Os índios, após as revoltas que colocaram abaixo o sistema de aldeamentos, como veremos adiante, eram destacados de povoações do rio Negro.

Muitos soldados constituíram famílias na região ao se casarem com índias. Porém, também é interessante no relato de Lobo de Almada a observação de que o cabo diretor da povoação de Nossa Senhora do Carmo vivia ali com sua mulher e dois filhos, e o soldado diretor de Santa Maria com a mulher (ALMADA, 1861 [1787], p. 671).

Essa observação de Lobo de Almada é importante tendo em vista que acreditava que entre os meios de se “colonizar” o rio Branco, além de aldear os indígenas, mais fácil seria não só dar liberdade, mais também promover e incentivar o casamento entre os soldados e as indígenas. Para tanto deveria se oferecer o donativo de algumas vacas e algumas éguas por conta da fazenda real, estendendo esse benefício a qualquer outro homem casado que quisesse se estabelecer na região (ALMADA, 1861 [1787], p. 681).

Também ocorreram deserções de militares no rio Branco. Exemplo é o assunto do Ofício de 10 de setembro de 1779, do governador do Pará, Pereira Caldas, para o secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a ordem régia ordenando a readmissão no Regimento da Cidade do cabo de esquadra Miguel Arcanjo Bettencourt que havia desertado da Fortaleza do Rio Branco para os domínios da Holanda (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1779).

Provavelmente o único estrangeiro que comandou a fortificação tenha sido Phelippe Sturm, o engenheiro que projetou o Forte São Joaquim e foi seu primeiro comandante e dessa fronteira. O capitão engenheiro faleceu no rio Branco, como visto anteriormente.

Muitos desses militares, destacados dos regimentos da Cidade e Macapá, seguiam para as “conquistas” da Coroa e como recompensa por seus serviços recebiam mercês como cargos administrativos ou militares – ou os dois como no rio Branco, onde o comandante da fortaleza era também comandante da fronteira –, mas também, além dos vencimentos, terras e privilégios mercantis (FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, 2000, p. 68-69).

Para tanto, deveria a Coroa julgar o solicitante da mercê digno da recompensa, era um aspecto existente no “Antigo Regime nos trópicos”. Nesse contexto, o posto de capitão de fortaleza era um dos mais cobiçados, e a expansão para novos territórios permitiu à Coroa distribuir cargos civis e militares (FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, 2000, p. 70-75).

A conquista, o povoamento e a defesa da colônia foram os argumentos mais utilizados nas regiões de novas ocupações nas negociações entre os moradores com o poder central (FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, 2000, p. 78). Para Fragoso, Gouvêa e Bicalho (2000, p. 79), “ao retribuir os feitos de seus súditos ultramarinos, o monarca reconhecia o simples colono como vassalo, identificando-o à metrópole e a si próprio, estreitando os laços e reafirmando o pacto político sobre o qual se forjava a soberania portuguesa [...]”.

Desse modo, vamos encontrar o capitão engenheiro Phelippe Sturm recebendo o comando da fronteira no rio Branco após mais de vinte anos na região, cargo importante naquele período, por tratar-se de uma conquista duvidosa frente à expansão espanhola. Outro exemplo foi o caso de Nicolau de Sá Sarmiento, que na expedição de expulsão dos espanhóis

era furriel, e na passagem do século XVIII para o XIX era capitão comandante da fortaleza e da fronteira, e proprietário de uma fazenda de gado na região, como veremos mais adiante.

Esse quadro, conforme Hespanha (2005, p. 15), representava não apenas uma dependência dos vassallos em relação à Coroa, – que os obrigava a prestar serviços esperando recompensas – mas também de uma rede complexa de obrigações e pretensões recíprocas que davam corpo ao Império.

Esse efetivo destacado no Forte São Joaquim – que cumpria determinações das autoridades coloniais, mas também esperava que seu trabalho fosse recompensado –, além da manutenção e defesa do território, teve também a incumbência de administrar a política da Coroa portuguesa no rio Branco. A primeira tarefa nesse sentido foi a constituição de aldeamentos indígenas na região, o que, assim como ocorreu na construção da fortificação, também foi desencadeado de modo “rápido e eficaz” (FARAGE, 1991, p. 123).

Nas obras de construção do Forte São Joaquim já se utilizava mão-de-obra indígena, descida para essa finalidade, além daquela fornecida pelos índios encontrados entre os espanhóis (FARAGE, 1991, p. 123). A partir do Forte partiam as expedições para descer e aldear os indígenas, que além dessa tarefa, serviam também para inspecionar as fronteiras (VIEIRA, 2007, p. 20). É o que veremos nas próximas páginas.

### **3.2 Os aldeamentos do rio Branco**

O Forte São Joaquim tornou-se o braço administrativo do Estado português no rio Branco e, nesse sentido, direcionou e aplicou a geopolítica portuguesa para a região. O investimento português nos aldeamentos tinha por objetivo, além da ocupação e “povoamento” da região, a partir da subjugação política indígena aos interesses portugueses, torná-los as verdadeiras “muralhas dos sertões”, impedindo a entrada em território português dos europeus vizinhos, espanhóis e holandeses (VIEIRA, 2007, p. 21).

Essa concepção esteve presente em diversas ações portuguesas nas regiões de fronteira da Amazônia, principalmente no período pombalino, e foi reforçada no período da ocupação do rio Branco, entre outros, por Lobo de Almada, para quem “uma das maiores vantagens que póde tirar do rio Branco, é povoal-o, e colonizar toda essa fronteira com a imensa gente que habita as montanhas do paiz [...]” (ALMADA, 1861 [1787], p. 679).

O caráter estratégico-militar da ocupação portuguesa do rio Branco é exemplo do caráter da conquista da Amazônia, pois, muito mais importante que seu valor econômico – o que não significa que os portugueses deixassem de planejar sua exploração – o vale do Branco representava a possibilidade de formar uma barreira humana, para impedir a invasão ao interior da Amazônia. Nesse sentido, a submissão dos indígenas aos interesses portugueses era fundamental (FARAGE, 1991, p. 128).

Desse modo, ao mesmo tempo em que a obra da fortificação avançava, se iniciava o deslocamento de grupos indígenas pelos portugueses, para se formarem povoações pelas margens dos rios Uraricoera, Tacutú e Branco (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 251). No discurso de Ribeiro de Sampaio se percebia a importância dos indígenas para a execução da estratégia de ocupação portuguesa na região e para a definição de sua posse.

Dizia Ribeiro de Sampaio,

Esta diligencia [o deslocamento dos indígenas para os aldeamentos] não custou mais do que emprehendel-a. Parece que suspiravam aquellos Indios pela nossa sujeição. Deram logo a conhecer quanto dependiam de nós; porque, posto que os Hollandezes os soccorressem de algumas cousas, era a troco de escravos: porém na sujeição portuguesa, sem tão violentos meios, alcançavam o que desejavam, já da real magnificencia, já do fructo da sua industria, que lhes animava e facilitava a ordem de administração civil, que lhes propúnhamos (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 251).

Não era tão simples quanto Ribeiro de Sampaio imaginava como se verá no primeiro ciclo de revoltas nos aldeamentos no rio Branco algum tempo depois. Ainda observando essa disputa que girava em torno dos indígenas da região, em outro ponto de seus escritos, Ribeiro de Sampaio afirmava que a prisão dos espanhóis pelos portugueses causou grande contentamento aos índios. Para Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 216), os índios do vale do rio Branco “[...] amam os Hollandezes, fazem boa opinião dos Portuguezes, e aborrecem os Hespanhóes”.

Conforme Sampaio os interesses que emanavam da “povoação” do rio Branco era a segunda vantagem que se poderia tirar da região, depois do papel de funcionar como barreira contra expedições dos vizinhos ao rio Negro. Acreditava que essa “povoação” poderia ser feita com indígenas e com famílias europeias (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 267).

A primeira foi colocada em prática, com os aldeamentos constituídos na região, mas a segunda, a chegada de não-índios com interesse em se estabelecer no Branco, teria que esperar. O objetivo das povoações que seriam formadas no rio Branco, como em outros pontos da conquista portuguesa, era o aproveitamento das terras para o cultivo e o comércio dos produtos cultivados e naturais (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 268).

Dessa forma, foram formados os seguintes aldeamentos, estabelecidos até o final de 1777: São Felipe, na margem oriental do Tacutú, muito próximo ao Forte São Joaquim; Nossa Senhora da Conceição, no rio Uraricoera, a dois dias de viagem a partir da foz; no Branco, abaixo da junção entre o Uraricoera e o Tacutú se fundou dois aldeamentos, Santa Bárbara e Santa Isabel, o primeiro a três dias de viagem e o segundo a seis, a partir da fortificação; e Nossa Senhora do Carmo, no rio Branco, abaixo da foz do *Uanuaú* (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 251-252).

Esses aldeamentos foram formados com índios “Paraviana, Uapixana, Saporá, Aturaiú, Tapicari, Uaiumará, Amaripá, Pauxiana”. Entretanto, apontava Ribeiro de Sampaio alguma etnias, que embora já conhecidas pelos portugueses ainda não tivessem sido reduzidas, entre as quais “[...] Macuxi, Uaicá, Securi, Carapí, Seperú, Umaiana” (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 252-253). E algumas etnias não seriam aldeadas, por evitarem o contato com os conquistadores.

A estratégia para deslocar esses grupos para as povoações portuguesas era atrair o seu chefe, conhecido entre os portugueses por “principais”. Porém, antes de prosseguirmos, é interessante destacar que formados sob a vigência do *Diretório Pombalino*, os aldeamentos do rio Branco possuíam um caráter secular, sendo seus diretores militares destacados do Forte São Joaquim e subordinados ao seu comandante.

Existiam apenas dois missionários na região, o capelão do Forte, carmelita, e outro pároco, este capucho e também residente no Forte, atendendo ambos todos os aldeamentos. Essa observação serve para corrigir alguns equívocos da produção bibliográfica local, que geralmente atribui aos missionários carmelitas a formação de aldeamentos no alto rio Branco (FARAGE, 1991, p. 129).

Outro ponto que se deve destacar é que embora a partir de 1777, – com a queda de Pombal do controle do Estado português, após a morte de D. José I – tenham ocorrido mudanças no Estado português, os aldeamentos do rio Branco e a forma como seriam conduzidos ocorreria sob o *Diretório Pombalino*. Isso se explica pelo fato de que o *Diretório* vigoraria como legislação indigenista portuguesa até 12 de maio de 1798. O período deste estudo se insere, portanto, no contexto da política indigenista formulada por Pombal.

O investimento no sistema de aldeamentos indígenas na região resultou nos cinco aldeamentos citados por Ribeiro de Sampaio, e mais um sexto aldeamento, provavelmente não existente ainda na época em que escrevia sua *Relação Geographica Historica do Rio Branco da America Portuguesa* (1777).

Era Santo Antonio e Almas, localizado no Uraricoera, mas que é anterior a 1780, ou seja, anterior às revoltas que esvaziaram a maioria dos aldeamentos no Branco, porque assim se pode concluir das fontes. No *Diário do Rio Branco* (1786), Alexandre Rodrigues Ferreira relata que pelas seis horas da manhã de 11 de julho de 1786, entrou pelo rio Uraricoera e “[...] Pelo meio dia chegamos á Povoação, ou lugar que foi a Povoação de S. Antonio e Almas, na margem oriental [...]” (FERREIRA, 1994a [1786], p. 88).

Também comenta a deserção que ocorreu nesse aldeamento no seu *Tratado Histórico do Rio Branco* (FERREIRA, 1994b [1787], p. 116). Já na *Carta do Rio Branco e suas confluências levantada e construída pelo Dr. em Matemática e Cap. Engenheiro, José Simoens de Carvalho, na ocasião de exame que por ordem regia se executou no anno de 1787* (Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional), de autoria do capitão José Simões de Carvalho, no local identificado como Santo Antonio encontra-se a legenda “dezerto”.

A população dos aldeamentos chegou a contar com 1112 índios até 1º de janeiro de 1780, antes de se iniciarem as deserções dos indígenas (FERREIRA, 1994b [1787], p. 130). Ribeiro de Sampaio, sem conhecer os dados de Santo Antonio e Almas, contava 1019 indivíduos em 1777, distribuídos nos aldeamentos de acordo com a tabela 2 apresentada abaixo, elaborada pelo próprio ouvidor da capitania.

Tabela 2 – Mappa de todos os habitantes índios das povoações do rio Branco.

<b>Barcelos Anno de 1777</b>	<b>N. S. da Conceição</b>	<b>S. Felipe</b>	<b>Santa Barbara</b>	<b>Santa Izabel</b>	<b>N. S. do Carmo</b>	<b>TOTAL</b>
Crianças sexo Masculino até 7 annos	74	48	21	29	15	187
Rapazes de 7 a 15 annos	21	28	12	19	07	87
Homens de 15 a 60 annos	103	78	32	49	40	302
Idem de 60 a 90 annos	02	01	-	08	-	15
Crianças do sexo feminino até 7 annos	54	22	22	35	09	142
Raparigas de 7 a 14 annos	13	08	04	09	11	45
Mulheres de 14 a 50 annos	103	24	27	46	28	228
Idem de 50 a 90 annos	02	-	01	06	04	13
Total dos índios	200	155	65	105	66	591
Total das índias	172	54	54	96	52	428
Total geral	372	209	119	201	118	1019

Para Vieira (2007, p. 24), a partir da análise da tabela acima, tal número de indígenas aldeados, em sua maioria do sexo masculino, demonstra o grande esforço da Coroa portuguesa em garantir a ocupação do território a partir do sistema de aldeamentos, um fato que não ocorre apenas no rio Branco, mas também em toda região amazônica.

Conforme Farage (1991, p. 125), os registros sobre a composição étnica nesse período inicial dos aldeamentos não são sistemáticos. Entretanto, a partir de informações dispersas nas fontes a autora construiu o seguinte quadro, que considera bastante imperfeito, sobre os aldeamentos do Branco: N. S. do Carmo era composta por índios Wapixana, Parauana, Atoraiú e Sapará; Santa Isabel por índios Tapicari, Sapará e Wayumará; Santa Bárbara e São Felipe por índios Paraviana; N. S. da Conceição por índios Wapixana, Paraviana, Sapará e Erimissana; Para Santo Antonio e Almas não possui informações.

Como se percebe, a maioria dos aldeamentos possuía composição multiétnica, sem saber, entretanto, se era consentido pelos índios, único caso em que era permitida pelo *Directorio* (FARAGE, 1991, p. 125). A nosso ver, essa mistura de indígenas de diferentes etnias nos mesmos aldeamentos pode ter contribuído para as rebeliões que ocorreriam no rio Branco. Era uma situação que, além de violar os códigos culturais desses grupos indígenas, colocava em contato etnias diferentes que possuíam, em alguns casos, suas próprias fronteiras históricas.

Esses mesmos indígenas eram mobilizados para diversos tipos de trabalho no rio Negro, e no rio Branco, onde eram utilizados nas tarefas de manutenção da fortificação, tais como: transporte de canoas, pesca, coleta de tartarugas no Pesqueiro Real do baixo rio Branco, os serviços do Forte e o cultivo de roças nos aldeamentos para o seu sustento e da guarnição militar (FARAGE, 1991, p. 131).

De qualquer forma, contrariando a afirmação de Ribeiro de Sampaio de que os indígenas do rio Branco “suspiravam pela sujeição aos portugueses” essa primeira tentativa de aldeamentos caiu entre os anos de 1780 e 1781 e o sistema foi praticamente destruído pela insurreição dos indígenas contra os soldados portugueses que os administravam.

Os quase quatro anos de opressão cotidiana foi o tempo necessário para plantar nos indígenas o desejo de revolta, tornando-se a situação insustentável, no momento em que os “principais” foram frontalmente atingidos pelos diretores. Iniciaram-se as fugas em massa dos aldeamentos, aumentando na proporção direta da violência utilizada pelos portugueses para reprimi-las (FARAGE, 1991, p. 131).

Os problemas começaram quando os militares não deram a devida atenção às plantações de roças que se deveriam fazer nos aldeamentos para sustentá-los e também a guarnição militar. Em carta de 13 de novembro de 1780, o governador alertava o comandante para esse fato, afirmando que as povoações não apenas deixavam de enviar mantimentos para a capital, como ainda era necessário serem socorridas até com farinha.

Determinava o governador que pelo menos deixasse de causar despesas à Fazenda Real e colocava a culpa da situação ter chegado a tal ponto na negligência de alguns comandantes da fronteira do rio Branco. No momento em que escrevia o governador já haviam se iniciado as agitações e as deserções nos aldeamentos, ponto também observado por essa autoridade colonial (FERREIRA, 1994b [1786], p. 114-115).

Os acontecimentos dessa revolta indígena no rio Branco são apresentados e amplamente discutidos por Nádia Farage (1991, p. 131-134), que tem como fonte principal, mas não a única, o *Tratado Histórico do Rio Branco* (1786) de Alexandre Rodrigues Ferreira (1994b, p. 115-120), documento ao qual iremos recorrer neste estudo.

As agitações se iniciaram em abril de 1780 no aldeamento de São Felipe, no qual o índio Roque, que servia de tradutor, se encontrava e por ocasião de uma visita do Frei José de Santo Antonio este tentou pressioná-lo a separar-se da mulher com que vivia no aldeamento, tendo em vista que já era casado na povoação de Carvoeiro, no rio Negro.

Após essa tentativa de coação, a insatisfação dos indígenas aumentou e os rumores de fuga começaram a se espalhar por São Felipe, insuflados por Roque e pelo principal Cupitá. Informado dos rumores de fuga em São Felipe pelo padre e seu diretor, o soldado Duarte José Miguel, o comandante do Forte ordenou que Cupitá, fosse à sua presença para explicações.

O indígena recusou-se a executar a ordem, justificando que “[...] nada tinha q fazer na Fortaleza, onde se lhe não dava q vestir, e que ele so hia aonde o beneficiavão” (FERREIRA, 1994b [1786], p. 115). O comandante mandou então prendê-lo, porém, quando chegaram os soldados, avisado da ordem, Cupitá havia fugido do aldeamento. Ao não encontrá-lo, prenderam seu pai, e mesmo soltando-o depois, já havia se desencadeado os acontecimentos que esvaziaram o aldeamento de São Felipe, que contava na época com “254 almas” (FERREIRA, 1994b [1787], p. 115-116; FARAGE, 1991, p. 131-132).

Cupitá era um chefe Paraviana, e tido pelos portugueses como o mais poderoso em influência sobre grupos de sua etnia. Apesar do “perdão real” concedido após a revolta, em 1784, como veremos, Cupitá se recusará a qualquer contato com os portugueses. Em julho de 1784, ao perceber a aproximação de uma escolta portuguesa, toda a sua aldeia fugiu, deixando apenas casas incendiadas. Souberam os portugueses depois que Cupitá e outros dois chefes

Paraviana haviam estreitado seus laços com os holandeses e passaram a praticar o tráfico de indígenas (FARAGE, 1991, p. 150-151).

Uma série de prisões, fugas e violência, com mortes de índios e não-índios, se seguiu durante o ano de 1781 em todos os aldeamentos, não sendo abandonado apenas o de Nossa Senhora do Carmo. Os indígenas deixaram clara sua intenção de não mais retornar aos povoados portugueses, pois, alguns dias após a fuga voltavam apenas para incendiá-los, restando de pé apenas algumas casas em Santa Bárbara (FERREIRA, 1994b [1787], p. 115-120; FARAGE, 1991, p. 131-134).

Todos os acontecimentos foram informados ao governador da capitania pelo comandante do Forte São Joaquim e da fronteira do rio Branco em carta de 7 de novembro de 1781 (FERREIRA, 1994b [1787], p. 120). Porém, dois trechos chamam a atenção para o grau de tensão em que se encontravam as relações entre os portugueses e os indígenas. O primeiro diz o seguinte:

Tanto era o odio q eles havião concebido a os soldados, q nem depois de cahidos, lhes perdoarão. Ao Soldado Joseph Pr<sup>a</sup> [Nicacio Pereira] que antecede<sup>m</sup> [antecedentemente] servia de Cabo da Cãoa, e q maltratava muito nas viagens, tyranizarão, quanto os incitou a cólera, e a vingança, porq ainda semivivo o arrastarão, repetindo-lhe as palavras... puxa, puxa... q elle costumava dizer lhes, quando os fustigava para remarem [...] (FERREIRA, 1994b [1787], p. 119).

E no outro trecho encontramos que alguns índios “subirão até a ponta de hua ilha, pouco inferior á Cachoeirinha, e nella ultimamente matarão o prêto do Commd<sup>e</sup>, que ally se achava fazendo salga de peixe” (FERREIRA, 1994b [1787], p. 120). Neste ponto, além da extensão da revolta indígena, se pode observar a presença da escravidão africana na região – embora nos documentos utilizados nesta pesquisa, esta seja a única informação no rio Branco –, que acompanhava o avanço da dominação colonial.

Retomando o que afirma Santos (2002), de que as revoltas indígenas geralmente ocorriam devido à quebra dos acordos pelos portugueses, como se observa na fala do principal Cupitá apresentada acima. Porém, além dessa questão da quebra de acordo por parte dos portugueses, Michèle Ansart-Dourlen (2005), discutindo o sentimento de humilhação, embora pensando mais a modernidade, apresenta colocações que podem esclarecer alguns aspectos desses confrontos que os indígenas protagonizaram contra os portugueses no rio Branco.

Segundo o autor (ANSART-DOURLLEN, 2005, p. 85),

O sentimento de humilhação surge como um movimento emocional doloroso que pode ser provocado por um incidente ou um acontecimento anódino, que afeta

pontos vulneráveis da afetividade, ou, ao contrário, por um traumatismo cujos efeitos podem, posteriormente, se manifestar e desestabilizar o indivíduo.

Para Ansart-Dourlen (2005, p. 85), esse sentimento de humilhação atinge a representação (consciente ou inconsciente) que o indivíduo tem de si mesmo. Isso se explicaria pelo fato de a vida imaginária desempenhar um papel primordial para o indivíduo, caracterizado quando o outro remete ao sujeito “[...] uma imagem desvalorizante, inesperada ou desconcertante [...]”, deduzindo o sujeito tratar-se de uma intenção ofensiva.

Outra observação importante apontada por Ansart-Dourlen (2005, p. 85) é o fato de que o sentimento de humilhação, e conseqüentemente as defesas que dele derivam, não são exclusivamente criados por “[...] situações objetivas de inferiorização ou de desigualdade no nível intersubjetivo, social ou político”. Nesse sentido, diferentes tipos de humilhação têm por consequência diversos tipos de defesa e de agressão, variando em função dos contextos sociopolíticos e ainda da diversidade de formas do funcionamento psíquico dos indivíduos.

Percebemos, portanto, que não por acaso os indígenas rebelaram-se em duas oportunidades contra os portugueses no Branco. Vivendo sob constante opressão e coação, restavam poucas alternativas, pois “[...] o exercício da violência não brota de uma inclinação natural para prejudicar ou de um consentimento à servidão, mas de relações sociais que geram a humilhação [...]” (ANSART-DOURLEN, 2005, p. 86).

Às possíveis origens da resistência indígena à conquista e à submissão aos interesses portugueses, já mencionadas aqui, pode-se acrescentar outra, proposta por Ansart-Dourlen (2005, p. 91), a argumentação de que a humilhação atinge não só o orgulho do sujeito enquanto ser racional, mas também suas convicções de origem afetiva, reforçando sobremaneira as colocações anteriores sobre as motivações indígenas.

Nesse sentido, citando Ansart-Dourlen (2005, p. 93),

Quando a opressão é vivida como intolerável, o sujeito é colocado diante de uma alternativa (freqüentemente inconsciente): ou a agressividade e o ódio são reprimidos e se voltam contra o eu [...]. Ou elas são liberadas e têm o sentido de um desafio dirigido aos dominantes.

Também não se confirmava a afirmação de Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 251) sobre a religião de que como indígenas “[...] não professavam alguma, facilmente admittiram a nossa, dando com muita alegria e promptidão seus filhos ao sagrado baptismo, e mostrando os pais não menos desejo de o receberem”. Pela reação do índio Roque se pode perceber que

os portugueses tinham dificuldade em impor o catolicismo, tornando-se esta imposição da religião mais uma forma de opressão aos indígenas.

Podemos concluir ainda que a forma de administração dos aldeamentos indígenas e das atividades que índios realizavam no rio Branco pelos militares tem bastante relação com o fracasso inicial dessa estratégia política portuguesa no rio Branco. Era o resultado da exploração da força de trabalho indígena e a violação de seus códigos culturais (VIEIRA, 2007, p. 26).

Sobre essa violação, e observando a existência de fronteiras entre as diferentes etnias indígenas no rio Branco, temos o exemplo de Cupitá, que após fugir do aldeamento, os portugueses teriam notícias de que, junto com outros indígenas Paraviana, estava apresando grupos Wapixana e Atorai para os holandeses (FARAGE, 1991, p. 151). Cupitá havia fugido de São Felipe, formado só por índios Paraviana, mas nos outros aldeamentos haviam Wapixana e Atorai, inclusive em Nossa Senhora da Conceição Paraviana e Wapixana no mesmo aldeamento. Esse fato era um agravante na visão dos portugueses, pois Cupitá, que viveu no aldeamento, estava apresando virtuais súditos da Coroa (FARAGE, 1991, p. 151).

Nessa conjuntura estão algumas das principais condicionantes para o fracasso inicial do esforço português em ocupar a região por meio de aldeamentos indígenas. Além disso, no contexto da colonização na região do rio Branco, com a presença de portugueses e da rede de comércio holandesa depois da construção do Forte São Joaquim, as estratégias variavam em função do jogo político dos diversos grupos políticos. Para determinados grupos, por exemplo, os portugueses – afastados do apresamento de escravos indígenas no rio Branco desde a década de 1740 –, que vinham para combater os espanhóis, pareciam aliados políticos oportunos.

Por outro lado, os índios engajados no comércio com os holandeses reagiam à redução portuguesa, pois esta implicava na imobilidade e na coibição da guerra intertribal, de onde eram retirados os escravos do tráfico holandês. Nesse contexto, os índios percebiam as práticas portuguesa e holandesa como opostas, buscando se beneficiar dessa oposição. Por esse motivo, “[...] a definição de lealdades por parte dos índios, definindo correntes migratórias para as respectivas áreas de influência, resultava em uma geografia política [...]”. Lealdades que eram sempre buscadas pelos conquistadores europeus (FARAGE, 1991, p. 152).

Essas não eram as únicas opções com as quais os grupos indígenas do rio Branco se deparavam, existiram várias outras estratégias. Nesse sentido, houve grupos que puderam manter-se distantes das áreas em disputa colonial, favorecidas principalmente pela localização

de seus territórios. Outros resistiram em confronto aberto com os portugueses. Foi o caso dos Sapará e dos Tapicari (FARAGE, 1991, p. 152-153).

No entanto, as estratégias adotadas não representavam todo o grupo étnico, mas principalmente grupos locais, unidades políticas por excelência nas guianas. Seriam, portanto, esses grupos locais os geradores de uma multiplicidade de estratégias indígenas frente à colonização. Assim, vamos ter, entre os Macuxi, grupos que reagiram a tentativa de redução e outros que o procuraram (FARAGE, 1991, p. 153).

Desse quadro deve-se concluir que o maior número da população aldeada foi obtido pelos esforços dos próprios índios, sob a influência dos chefes de grupos locais, os “principais”. Para Farage (1991, p. 156-157), esses índios “principais” seriam os “intermediários políticos” dos portugueses na formação dos aldeamentos.

Podemos identificar como vantagem que os principais poderiam conseguir nessa nova conjuntura o fato de que sua autoridade poderia não emergir apenas do reconhecimento do grupo, mas também respaldado pelo fator externo representado pelos portugueses. Os portugueses por sua vez buscavam cristalizar essa chefia para obter uma valiosa intermediação no controle e administração da população nos aldeamentos. Ou seja, essas patentes de chefia foram vistas com um valor pelos índios, possibilitando aos portugueses transformá-las em objeto de barganha política (FARAGE, 1991, p. 160-161).

Esse sistema, entretanto, tinha limitações. Como se valiam de suas redes de influência para arregimentar habitantes para os aldeamentos, sua capacidade de obtenção de índios tinha limites ao longo do tempo. Também com a deterioração das condições de vida nos aldeamentos aumentava o número de fugas, e os portugueses pressionavam seus intermediários por mais descimentos, que como se vê, dificilmente poderiam acontecer (FARAGE, 1991, p. 162-163).

Dessa forma, com início das deserções em 1780, essas relações entre portugueses e os principais mostrar-se-iam frágeis, com a tendência dos principais de romper seus vínculos com os portugueses (FARAGE, 1991, p. 162-163). Esses principais se juntariam aos outros índios nas estratégias de resistência que foram colocadas em prática, com deserções dos aldeamentos em busca da proteção no interior das selvas e do lavrado, ou mesmo entrando nos núcleos que faziam parte das redes comerciais holandesas (OLIVEIRA, 2003, p. 79).

A compreensão das ideias de estratégias, e com estas, a de conflitos, tanto de índios quanto de portugueses, no contexto das relações desses sujeitos históricos no rio Branco, são importantes para compreender a ocupação portuguesa da região nesse período. Assim como o são também para o entendimento do “Antigo Regime nos trópicos” (FRAGOSO, 2002, p. 47).

A presença de negociações não implica a eliminação de tensões sociais, pois se para os grupos dominantes (no contexto da conquista do rio Branco os portugueses) significava a manutenção do poder, para os grupos subalternos (indígenas) significava a própria sobrevivência (FRAGOSO, 2004, p. 48). Nesse sentido, como já citado anteriormente, não se pode compreender o poder apenas como força, coerção ou manipulação, mas também como legitimidade, adesão e negociação, existindo hierarquia e relações de poder mesmo entre dominados (GOMES, 2005).

Outro aspecto que deve ser destacado é o de que por tratar-se o rio Branco de uma zona de fronteira por ela passa um “[...] diálogo entre as diferentes temporalidades que referenciam o conceito de fronteira” (MARTINS, 2001, p. 45). Para compreender melhor como esses diferentes sujeitos tinham diferentes noções da fronteira podemos observar o que coloca Thompson Flores e Farinatti (2009), que apresentam a interessante proposta de “fronteira manejada”.

Consiste em analisar a fronteira a partir das relações e experiências dos sujeitos e grupos sociais que nela viveram. Torna-se necessário, nesse sentido, evitar tratar a fronteira como uma entidade homogênea, que poderia ser classificada com apenas uma definição. É necessário questionar como os habitantes da fronteira construíram significados e estratégias para lidar com o fato de viverem em um espaço conformado por uma zona de fronteira (THOMPSON FLORES; FARINATTI, 2009).

Assim, viver em uma fronteira era uma situação que apresentava problemas e possibilidades, conforme a posição que ocupassem na sociedade, e era a partir desse significado de fronteira que os sujeitos históricos criaram modos de lidar com a existência de um limite em processo de construção (THOMPSON FLORES; FARINATTI, 2009), como se percebe no comportamento dos grupos indígenas do rio Branco.

Nesse sentido, “[...] as fronteiras não são espaços rígidos, pelo contrário, atualizam-se constantemente através de diversas práticas” (THOMPSON FLORES; FARINATTI, 2009, p. 159). Torna-se necessário, portanto, perceber a fronteira como um espaço dinâmico capaz de num mesmo espaço e tempo apresentar variados significados para diferentes agentes, podendo também constituir-se na zona de fronteira diferentes relações sociais (THOMPSON FLORES; FARINATTI, 2009, p. 158).

Desse modo, ao final do ciclo de revoltas, que abalou a ocupação portuguesa do rio Branco, muitas discussões e soluções para o problema foram levantadas pelas autoridades coloniais, dentre os questionamentos, a própria eficácia do *Diretório* era contestada. Outro ponto de contestação era terem sido alguns aldeamentos montados nas proximidades dos

territórios que os indígenas habitavam, o que dificultava o controle das populações aldeadas pelo Forte São Joaquim e facilitava as fugas para suas áreas de origem. Isto tinha se mostrado um grave erro de estratégia, pois somente Nossa Senhora do Carmo, ao sul do Forte e mais próximo ao rio Negro havia permanecido sob controle português (FARAGE, 1991, p. 134).

Quando chegou a resposta de Lisboa para o problema, dizia que o que ocorrera no rio Branco tratava-se apenas de uma pequena sublevação que não deveria ser solucionada por meio da guerra. Também não apontava falhas na legislação indigenista, e sim dos administradores dos aldeamentos, ou seja, a responsabilidade pelos acontecimentos recaía sobre os militares do Forte São Joaquim, devido à violência que haviam empregado no trato com os indígenas (FARAGE, 1991, p. 135).

O comando da fronteira e do Forte foi entregue ao Quartel Mestre João Bernardes Borralho, que substituiu o comandante anterior devido aos acontecimentos que esvaziaram os aldeamentos (FERREIRA, 1994b [1787], p. 121). O novo comandante não deveria aplicar violência para cativar a boa vontade dos indígenas em serem novamente aldeados, sendo todos anistiados pela Coroa (FARAGE, 1991, p. 135).

Em 1784, em praça pública na capital da capitania do rio Negro, Barcelos, ao som de tambores, o perdão real era anunciado para os insurretos do rio Branco. Depois afixado nos portões do Forte São Joaquim, e deveria cruzar o vale do rio Branco uma escolta dando notícia da decisão da Coroa (FARAGE, 1991, p. 136).

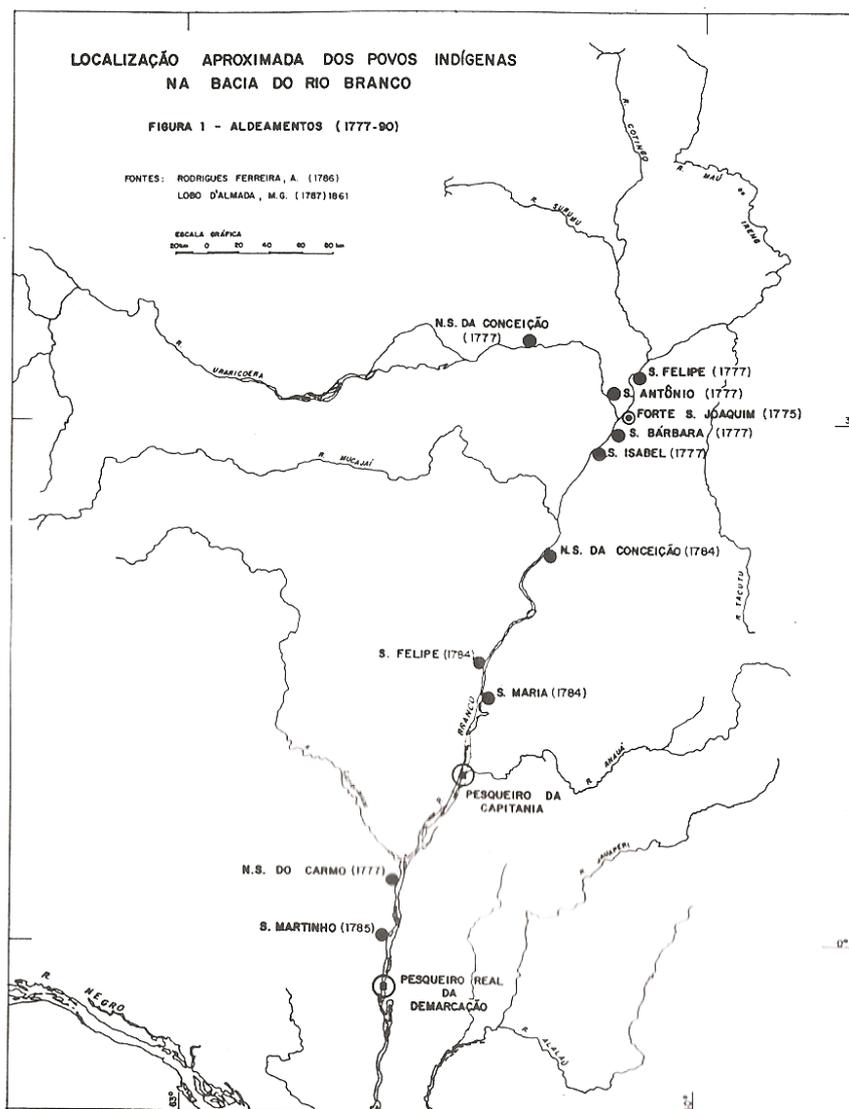
Evidenciando a importância dos indígenas na ocupação do território e a falta de recursos para investir em uma estratégia que contasse com o deslocamento de não-índios para a região, a Coroa portuguesa inicia uma segunda tentativa de aldeamentos indígenas. Foram criados quatro aldeamentos entre 1784 e 1785, que se juntariam a Nossa Senhora do Carmo que havia permanecido (FERREIRA, 1994b [1787], p. 122-130; FARAGE, 1994, p. 136).

Eram estes: Santa Maria, criado em julho de 1784; São Felipe, criado em setembro de 1784; Nossa Senhora da Conceição, criado em novembro de 1784; e São Martinho, criado em meados de 1785 (FERREIRA, 1994b [1787], p. 122-130).

Entretanto, as objeções quanto à localização dos aldeamentos – de ficarem próximo aos territórios indígenas e alguns ao Norte da fortificação – foram acatadas, sendo todos estrategicamente dispostos no rio Branco ao longo do eixo que ligava o Forte São Joaquim às povoações portuguesas no rio Negro (FARAGE, 1994, p. 136).

A disposição dos aldeamentos no vale do rio Branco, tanto da primeira quanto da segunda tentativa de formação de povoações na região, pode ser observada na figura 12

apresentada na página seguinte. O mapa foi elabora por Nádía Farage a partir dos relatos de



Rodrigues Ferreira e Lobo de Almada.

Figura 12 – Mapa dos aldeamentos do rio Branco.

Fonte: FARAGE, 1991, p. 58.

Quando Lobo de Almada escreveu seu relato em 1787, ou seja, aproximadamente três após se iniciar o segundo ciclo de aldeamentos no rio Branco, apontava a existência de 931 indígenas aldeados (ALMADA, 1861 [1787], p. 670). Em meados de 1786, Rodrigues Ferreira (1994b [1787], p. 130) apontava 907 moradores indígenas nos aldeamentos. Isto significa que o crescimento entre da população aldeada entre 1786 e 1787 foi muito pequeno.

A partir dos dados apresentados por Lobo de Almada sobre os indígenas aldeados em 1787 se pôde elaborar a tabela 3 da página seguinte.

Tabela 3 – População dos índios aldeados no rio Branco (1787).

		N. S. Carmo	Santa Maria	São Felipe	N. S. Conceição	São Martinho	TOTAL	
Capazes de serviço	Homens	61	42	67	73	5	248	
	Mulheres	69	47	67	80	5	268	
	Rapazes	22	21	34	36	2	115	
	Moças	9	18	30	18	-	75	
	Total	161	128	198	207	12	706	
Impossibilitados	Velhos, cegos e deficientes	Homens	5	5	9	5	1	25
		Mulheres	4	5	8	12	3	32
	Inocentes (crianças)	Sexo masculino	25	9	13	35	3	85
		Sexo feminino	20	18	16	27	2	83
	Total	54	37	46	79	9	225	
Resumo	Sexo masculino	113	77	123	149	11	473	
	Sexo feminino	102	88	121	137	10	458	
	Total	215	165	244	286	21	931	
Fogos (habitações)		16	12	19	22	3	72	

Fonte: ALMADA, 1861 [1787], p. 669-674.

Por estes dados se observa, em relação aos números apresentados por Ribeiro de Sampaio em 1777, uma aproximação do número de indígenas do sexo masculino e do sexo feminino, embora ainda prevaleçam os de sexo masculino por pequena margem. Além disso, essa segunda tentativa de formar povoações portuguesas na região não conseguiu ultrapassar em números absolutos a primeira.

Além dos indígenas, viviam ainda nos aldeamentos alguns militares, entre os quais os diretores dos aldeamentos e alguns familiares destes com a seguinte distribuição: em Nossa

Senhora do Carmo mais seis pessoas, um cabo de esquadra (diretor), sua mulher e dois filhos, e um padre, pároco deste aldeamento e de Santa Maria; em Santa Maria mais duas pessoas, um soldado (diretor) e sua mulher; em São Felipe mais duas pessoas, um cadete (diretor) e um soldado; em Nossa Senhora da Conceição mais dois soldados, sendo um deles o diretor; e em São Martinho apenas um soldado por diretor (ALMADA, 1861 [1787], p. 670-674).

Provando a importância da estratégia de ocupação do vale do rio Branco por meio de aldeamentos, mesmo com as dificuldades e com a improdutividade, os portugueses os mantiveram por vários anos. E acredita Farage (1991, p. 140), seria mantido por muito mais tempo, não tivesse a política portuguesa de ocupação da região sofrido outra inflexão com a revolta de 1790.

A partir de novembro de 1787, três fatores contribuía para que o quadro dos aldeamentos no Branco fosse de extrema miséria e opressão contra os indígenas: a intransigência dos portugueses quanto à localização dos aldeamentos, sempre contestada pelos índios que queriam se estabelecer em outros lugares e não os impostos pelos portugueses; a fome, que atingia todos os aldeamentos; e a doença, que nesse período já abatia os indígenas de pelo menos dois aldeamentos, Nossa Senhora da Conceição e São Felipe.

A fome era remediada apenas com a distribuição de farinha que chegava do rio Negro. Em contrapartida as pressões dos portugueses sobre os principais, exigindo destes a manutenção do número de indígenas aldeados tornavam as relações mais tensas no vale do rio Branco (FARAGE, 1991, p. 143).

Governada por Lobo de Almada, a capitania de São José do Rio Negro adotou como primeira medida uma postura defensiva, enviando reforços militares para proteger o Forte São Joaquim contra eventuais ataques indígenas. Também introduziu um pequeno rebanho de gado, medida adotada para que estes se multiplicassem naquela região, visto que os indígenas já haviam matado dois cavalos em sua fuga (FARAGE, 1991, p. 164-165).

Diante do levante, mesmo Lobo de Almada, que antes defendia que deveria ser dispensado aos índios um tratamento de brandura (ALMADA, 1861 [1787], p. 679-681), resolveu punir os rebeldes. Sem essa atitude seria moralmente impossível manter uma guarnição militar na região, bem como manter o controle sobre a população aldeada que permanecera, como informava a Martinho de Melo e Castro em Ofício de 28 de fevereiro de 1790 (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1790). Este Ofício e seus anexos (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1790)<sup>4</sup> estão entre as principais fontes de

---

<sup>4</sup> Carta de 11 de janeiro de 1790 do comandante do Forte São Joaquim ao governador da capitania (informava sobre as sublevações no rio Branco); resposta do governador ao mesmo comandante em 14 de janeiro de 1790;

reconstrução dessa revolta em análises sobre os povos indígenas no rio Branco no contexto desse período.

Por essa documentação, pode-se verificar que a revolta se iniciou no começo de 1790 quando, por motivos desconhecidos, o principal Makuxi Parauijamari matou um soldado que o conduzia do aldeamento próximo ao Forte São Joaquim para o de São Martinho. Depois retornou ao aldeamento do qual havia saído e matou o soldado que o administrava.

Esses atos de Parauijamari fizeram desencadear a reação de outros índios aldeados, que mataram mais dois soldados, e fugiram para a região de serras. O resultado de tais acontecimentos foi a reação imediata do governo da capitania, que enviou uma tropa para a região com a finalidade de capturar os índios fugitivos e fazê-los retornar aos aldeamentos. Os responsáveis pela morte dos soldados deveriam ser levados a Barcelos para enfrentarem julgamento. Assim dizia a ordem conduzida pelo tenente Leonardo José Ferreira de 1º de fevereiro de 1790 (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1790). Para Nádia Farage (1991, p. 165), “era a guerra, há tanto adiada, que se declarava naquele momento [...]”.

Os confrontos que se seguiram resultaram em mais violência ao longo de 1790. Foi nessa conjuntura que as margens do rio Branco se tornaram cenários de diversas batalhas entre índios e as tropas portuguesas, inclusive com a mais famosa de todas, que ficou conhecida como “Revolta da Praia do Sangue” (OLIVEIRA, 2003, p. 81).

Os aldeamentos do rio Branco foram totalmente evacuados para controlar a revolta, e os índios dessas povoações foram dispersos por outras, localizadas no rio Negro. Ao final dos confrontos restava, novamente, apenas o aldeamento de Nossa Senhora do Carmo, como informava Lobo de Almada a Lisboa sobre as medidas adotadas no rio Branco em Ofício de 9 de dezembro de 1790 (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1790).

Conforme Farage (1991, p. 166-167), a dispersão dos indígenas era o reconhecimento da eficácia dessa estratégia para controlar a rebelião, que seria pela fragmentação de seus vínculos sociais, poupando apenas famílias nucleares. Para o rio Branco, eram enviados índios de outras regiões.

Apesar dos problemas enfrentados com mais esse último ciclo de revoltas, os portugueses não desistiram de seu projeto de ocupação do vale do Branco com a população indígena, sendo a partir desse momento recomendado ao comandante do Forte que os aldeados fossem tratados com mais brandura para o melhoramento das povoações.

---

Ofício de 1º de fevereiro de 1790 (quando despachou reforços para o rio Branco); carta de ordens ao comandante da tropa que reforçava o rio Branco na mesma data do documento anterior (era formada por 122 homens, entre militares e índios); e carta de 17 de fevereiro de 1790 do comandante do Forte dando mais notícias sobre a situação no rio Branco.

A única e bastante significativa mudança que ocorria na ocasião era a de que, a partir desse período, os aldeamentos no Branco deveriam ser administrados por civis, e casados. Os militares seriam recolhidos ao Forte São Joaquim, deixando claro que o resultado do levante havia deixado dúvidas sobre a atuação dos militares no projeto de ocupação portuguesa por meio de aldeamentos (FARAGE, 1991, p. 167).

Esse último esforço do governo português em aldeamentos no rio Branco mostrou-se ineficaz, tendo poucos resultados (FARAGE, 1991, p. 167). Comprova o relato do porta-bandeira Francisco José Rodrigues Barata, que viajou de Belém ao Suriname e passou pelo rio Branco em julho de 1798.

Dizia Rodrigues Barata sobre Santa Maria “[...] sua população é muito pequena, pois não excederá a trinta pessoas, e não tem commercio ou agricultura de qualidade alguma”. Sobre a povoação do Carmo, Barata apontava que “[...] a sua população é pouco numerosa. Não tem commercio, nem agricultura. [...]”. Sobre São Felipe, Barata dizia que “a sua população será de dez até quinze pessoas, e por tanto não tem director, nem commercio, ou agricultura”. Para o serviço no Forte São Joaquim havia um destacamento de índios de povoações do rio Negro, que era substituído mensalmente (BARATA, 1846 [1798], p. 16-20).

Assim se resumiam as povoações no rio Branco em 1798, e a experiência de aldeamentos não se repetiria devido às condições locais já vistas e a abolição do *Diretório Pombalino* em 1798. Ao se aproximar o século XIX restava aos portugueses o medo do contato dos indígenas com o novo vizinho da Guiana, os ingleses, com a ocupação portuguesa se limitando a uma guarnição militar (FARAGE, 1991, p. 168-169). Essa guarnição do Forte São Joaquim, em 1798, era resumida ao seu comandante, o então alferes Nicoláo de Sá Sarmento, um sargento, um cabo e “[...] vinte e tantos soldados [...]” (BARATA, 1846 [1798], p. 20).

No final do século XVIII, da experiência de colonização portuguesa no vale do rio Branco, restava a atividade pecuária como opção de exploração econômica da região, cujo objetivo com sua implementação, de iniciativa oficial, era integrar a área ao mercado interno da América portuguesa e torná-la atrativa à fixação de colonos não-índios (FARAGE; SANTILLI, 1992, p. 272).

Essa iniciativa mostrava a determinação portuguesa em manter a posse do território. Era necessário criar uma atividade mercantil que atraísse o não-índio, para tentar intensificar a presença do Estado português no alto rio Branco. A efetivação da pecuária com a introdução do gado parecia a solução para essa questão (VIEIRA, 2007, p. 33), afinal, o alto rio Branco

não propiciava o extrativismo que dominava as outras áreas da economia amazônica (FARAGE; SANTILLI, 1992, p. 271).

Os escritos dos funcionários da Coroa já deixavam claro que a ideia do investimento na pecuária para a região surgiu quase no mesmo momento em que se iniciava sua conquista. No entanto, a ideia foi adiada por algum tempo, como se viu até aqui, tendo em vista a maior importância de se construir primeiramente um sistema de aldeamentos.

### **3.3 No final do século XVIII: a ocupação do rio Branco pela pecuária**

Já em 1777, Ribeiro de Sampaio (1850 [1777], p. 204) escrevia que a grande extensão de campos do vale do rio Branco chamava a atenção pela possibilidade que oferecia para a instalação de fazendas de gado. Apresentava como vantagens da introdução do gado na região um discurso próximo do que será utilizado mais tarde por Lobo de Almada.

Seus argumentos consistiam em incentivar a dilatação do comércio interno e externo da capitania do rio Negro, com carnes secas, couros, sebos. Produtos que teriam consumo certo tanto no interior da capitania, quanto como objeto de exportação para Portugal. Outra grande vantagem da pecuária no rio Branco seria socorrer a capitania de São José do Rio Negro com carne, uma vez que o fornecimento desse gênero na capitania era muito precário. Os moradores de Barcelos ficavam quase o ano todo sem carne bovina, vivendo apenas de peixe e tartaruga, que também faltavam em algumas épocas do ano (SAMPAIO, 1850 [1777], p. 270-271).

Em 1786, Alexandre Rodrigues Ferreira reforçava a importância estratégica da pecuária para a ocupação do vale do rio Branco. Escrevia em seu *Diário do Rio Branco* (1786) que os aldeamentos da região poderiam ser úteis à Coroa de três formas: pela pesca, pelos gêneros que se colherem da floresta e se plantarem nas povoações, e pelo gado que seja introduzido na região. Conforme Ferreira (1994a [1786], p. 95), “[...] as Fazenda de gado, quanto mais se espalharem pelas campinas, servirão de espreitar, segurar e reaver os imprevistos aproches dos Hespanhoes e Hollandezes confinantes”.

O próprio Lobo de Almada em sua obra sobre o rio Branco, quando tratava sobre as potencialidades econômicas dos produtos naturais do vale do rio Branco colocava:

[...] estas fertes campinas [alto rio Branco], são cobertas de excellentes pastos para gado, sementeas de ilhas de matto que abrigariam o gado na força do calor mais intenso, regadas de igarapés que as fertilisma, com innumeraveis lagos, de que se tira quantidade de sal montanum, proprio a fazer mais saborosos os pastos; e por isso de mais nutrição para os gados (ALMADA, 1861 [1787], p. 661-662).

Assim como para Ribeiro de Sampaio, Lobo de Almada acreditava que o gado bovino nos campos do alto rio Branco teria por objetivo ser introduzido como um artigo do comércio interno da Colônia. A primeira vantagem seria que, tendo um açougue na capital, se evitaria o estrago que se fazia nas tartarugas, pois delas se tirava pouco proveito, uma vez que de uma viração de quatrocentas tartarugas se aproveitavam apenas oitenta.

Outras vantagens seriam o fornecimento de carne seca para abastecer áreas produtoras em outros pontos da Colônia; a fabricação de solas, que diminuiria o preço do produto para os moradores da capitania, além de sua possível exportação; e o aumento da arrecadação da capitania para a Coroa com os dízimos do gado e os impostos sobre a carne vendida no açougue da capital (ALMADA, 1861 [1787], p. 663).

Do próprio Lobo de Almada, quando governador, partiria a iniciativa de introdução das primeiras cabeças de gado na região, e também de criação da fazenda da Coroa, depois denominada São Bento. Mais duas fazendas seriam criadas e estariam nas mãos de particulares na virada do século XVIII para o XIX (FARAGE; SANTILLI, 1992, p. 272). Em 1798, no relato de Rodrigues Barata encontra-se que “[...] n’ellas [vastas campinas] tem tres pequenas fazendas, das quaes uma pertence a Sua Magestade [...]” (BARATA, 1846 [1798], p. 16).

A denominada São Marcos era de propriedade de Nicolau de Sá Sarmiento, na época, comandante do Forte São Joaquim. Seria anexada aos bens da Coroa após a morte de Sarmiento sem deixar herdeiros. A outra, depois chamada de São José, era de propriedade de José Antonio Évora, um dos homens mais ricos do rio Negro no final do século XVIII. Após a falência da família Évora no rio Negro, seus bens, incluindo a fazenda no rio Branco, foram levados a leilão, e sem conseguir quem os arrematasse, foram tomados pelo Estado.

A área das três fazendas compreendia toda a extensão dos campos do alto rio Branco, que era de propriedade do Estado (FARAGE; SANTILLI, 1992, p. 272).

[...] As chamadas fazendas Reais, nas terras do alto Rio Branco, foram divididas em três áreas: a oeste, entre o rio Uraricoera e o Rio Branco, fundou-se a do Rei – registrada com o nome de “São Bento”. Outra, chamada de “São José”, foi instalada perto do Forte São Joaquim. A última fazenda, a de “São Marcos”, criada no setor norte, ficou localizada entre o rio Uraricoera e o Tacutu (VIEIRA, 2007, p. 34).

As fazendas ficavam sob a administração do comandante do Forte São Joaquim (FARAGE; SANTILLI, 1992, p. 272), acumulando com as suas funções de comandante da fortificação e da fronteira. Pode-se verificar pelo relato de Rodrigues Barata que em 2 de agosto de 1798 chegou à “[...] fazenda de gado vaccum, pertencente a Sua Magestade, da administração da qual se acha encarregado um anspeçada, tendo por camarada a um soldado, ambos compreendidos no destacamento da fortaleza” (BARATA, 1846 [1798], p. 19).

O comandante do Forte São Joaquim seria por muito tempo ainda a maior autoridade administrativa da região, comprovando seu importante papel, representado pelo comandante e seus subordinados, na consolidação da ocupação de não-índios na região. Primeiro em nome da Coroa portuguesa, e depois do Brasil.

Importante perceber que essa iniciativa do governo do rio Negro, em nome do Estado português, veio para substituir a falta de investimentos de colonos não-índios, que só chegariam à região mais tarde (FARAGE; SANTILLI, 1992, p. 272). Era resultado da percepção que se tinha de que a pecuária parecia inicialmente um investimento duvidoso. O extrativismo de outras áreas da Amazônia era uma atividade muito mais lucrativa e segura (VIEIRA, 2007, p. 34).

A pecuária praticada no vale do rio Branco tornava-se uma atividade marginal, ainda mais devido às dificuldades de transporte, permanecendo até o final do século XIX, como uma atividade de subsistência e subsidiária do extrativismo vegetal (FARAGE; SANTILLI, 1992, p. 273). No final do século XVIII era ainda uma atividade insipiente, com todas as fazendas juntas compreendendo entre novecentas e mil cabeças de gado (BARATA, 1846 [1798], p. 16).

É interessante observar que mesmo ainda não desistindo totalmente das povoações como forma de ocupação do Branco no final do século XVIII, os portugueses, percebendo a falta de perspectivas de seu desenvolvimento econômico, começavam a traçar uma nova estratégia de desenvolvimento e de atração de não-índios para a região. E do Forte São Joaquim novamente seria a responsabilidade por conduzir esse empreendimento.

Desse modo, no século XIX, alguns não-índios acabaram atraídos pela grande quantidade de pastagens naturais existentes no vale do rio Branco, a mão-de-obra indígena abundante e barata, e a possibilidade de que para iniciar sua atividade bastava capturar algumas cabeças de gado e se estabelecer em determinada área (VIEIRA, 2007, p. 34).

As fazendas particulares começaram a se multiplicar, tanto nas áreas antes ocupadas pelas fazendas reais, como em áreas fora delas. Com exceção da fazenda São Marcos, as fazendas São José e São Bento foram sendo ocupadas por posseiros no início do século XIX,

ou sendo usurpadas por seus antigos administradores e arrendatários que se tornariam proprietários rurais se apropriando indevidamente do patrimônio público. Avançaram também sobre as terras indígenas, o que gerou uma série de conflitos fundiários com reflexos até os dias de hoje, como analisado por Vieira (2007, p 35), em oposição a uma bibliografia local que defende os interesses dos grupos que detêm o poder político na região.

A cultura da pecuária encontrou condições propícias para se desenvolver, tendo em vista que não necessitava de grande quantidade de mão-de-obra (OLIVEIRA, 2003, p. 86). Porém, ao contrário do que ocorreu em outras áreas de desenvolvimento da pecuária, nas quais as populações indígenas eram expulsas ou exterminadas, no rio Branco, a apropriação das terras para a criação de gado foi acompanhada da inclusão dos indígenas nas camadas mais baixas da sociedade que se formava (FARAGE; SANTILLI, 1992, p. 268). O resultado dessa conjuntura foi finalmente o surgimento de uma base de sustentação econômica para o rio Branco entre o final do século XIX e o início do XX (VIEIRA, 2007, p. 36).

Tratando sobre o que chama de “sociedade corporativa”, mas que pode ser aplicado ao contexto apresentado no rio Branco entre 1775 e o final do século XVIII, Hespanha (2007) a resumia da seguinte forma:

[...] apesar das tensões, desigualdades e espoliação entre uns e outros, eles conviveram, uns e outros, nessa sociedade hierarquizada, fundada na desigualdade e no privilégio, internamente dominadora e marginalizadora, [...]; no seu seio da qual uns exploraram tranquilamente os outros, os segregaram e gozaram com o seu silêncio (HESPANHA, 2007, p. 66).

No rio Branco, uma zona fronteira nesse final de século XVIII, um espaço compreendido de diferentes formas por diferentes grupos sociais, os portugueses tentavam criar uma fronteira-linha. Entretanto, os processos de demarcação de fronteira, que implicam as preocupações com os limites físicos de separação, não remetem apenas para o externo, tendo em vista que “[...] qualquer mecanismo de separação trabalha virado para o interior de si mesmo [...]”. Isto implica que localmente também se negocia seu posicionamento no interior desse mesmo limite (MARTINS, 2001, p. 46).

Desse modo, o vale do rio Branco foi ocupado em finais do século XVIII com a construção do Forte São Joaquim, e a partir dessa ocupação, foi se consolidando a zona de fronteira entre os vizinhos europeus do rio Branco, do Orinoco e do Essequibo. Essa ocupação e a conseqüente busca de definição da posse e da fronteira ocorreu por meio das atividades empreendidas sob responsabilidade do comandante da fortificação e da fronteira do rio Branco e seus subordinados.

Ao mesmo tempo, os indígenas se deparavam com um novo contexto que procurava limitar sua mobilidade, impedindo-os de percorrer com liberdade os caminhos ancestrais que estavam acostumados. Apesar disso, com a construção da fortificação, a presença do Estado português e a atuação de seus agentes diretamente na região poderiam ter sido adiadas e mesmo ter sido impossibilitada pela ameaça dos conquistadores europeus vizinhos.

Na virada do século XVIII para o XIX, tínhamos o seguinte quadro na região de fronteira no vale do rio Branco. Os vizinhos europeus dos portugueses eram os espanhóis no Orinoco e os ingleses no Essequibo, posição que consolidariam no século XIX. As povoações que os portugueses tentaram implantar na região, com as rebeliões indígenas, foram quase que totalmente destruídas.

A legislação indigenista também havia mudado, não estava mais em vigor o *Diretório* e, portanto, não se podia mais seguir o modelo de aldeamento que tentaram colocar em prática em duas oportunidades. Havia sido introduzida a pecuária nos campos do vale do rio Branco, mas ainda era uma atividade inicial e duvidosa, atraindo poucos não-índios, além dos militares da guarnição do Forte São Joaquim.

Além de tudo isso, os portugueses disputavam a lealdade dos indígenas da região com espanhóis e ingleses, sobretudo com os vizinhos do Oeste, sendo estes, aqueles que trariam problemas de fronteira no XIX para o Império do Brasil, questão que só seria resolvida no século XX, era a chamada “Questão do Pirara” com a Guiana Britânica.

Também no contexto de disputas do século XIX, os indígenas teriam papel fundamental na definição da posse do território, comprovando seu papel como sujeitos históricos ativos e importantes na consolidação das fronteiras do extremo Norte. Forjando alianças e reagindo à dominação colonial tiveram papel de destaque na História que a historiografia tradicional tentara apagar.



## CONCLUSÃO

Dentro do campo desta pesquisa, tem-se ainda muito a pesquisar, analisar e a compreender sobre o contexto da ocupação do vale do rio Branco no final do século XVIII, apesar dos importantes estudos já realizados. Desse modo, acredita-se que com esta pesquisa, houve uma contribuição significativa sobre a complexa conjuntura que se apresentava na no vale do rio Branco no último quartel do Setecentos.

Novas fontes podem ser incorporadas às futuras pesquisas e poderão ajudar a resolver as questões que foram levantadas e não se pode responder por falta de espaço neste estudo. Entretanto, pode-se chegar a algumas constatações importantes sobre este estudo. Antes, nada deste contexto que se verificou no rio Branco poderia ter ocorrido não fosse o avanço português sobre essa grande parte da Amazônia que atualmente compõe o território brasileiro. Os portugueses aproveitaram todas as oportunidades que puderam para alargar seus domínios nessa região. Avançaram pelo rio Negro, pelo Solimões e pelo rio Branco, bem como para outros rios amazônicos.

Um trabalho feito no “corpo-a-corpo”, com poucos homens e muitos aliados indígenas, elemento imprescindível, como pudemos verificar. Deixando as questões diplomáticas de fronteira para serem resolvidas na Europa entre a Coroa e as cortes europeias, buscando não se comprometer nas grandes disputas que envolviam as potências do Velho Mundo, e quando inevitável, procurando tirar o máximo proveito a seu favor nos tratados que se seguiam.

Assim, os portugueses puderam legar ao Brasil uma região no extremo Norte que, embora faça parte do território do país, ainda é completamente desconhecida da maioria dos brasileiros. Distante dos grandes centros urbanos do centro-sul e de sua mídia, e que só é lembrada nos momentos de confrontos entre índios e não-índios em disputas de terras.

Embora tenhamos consciência de seus limites, pudemos observar neste estudo que ocorreram diversos conflitos na Amazônia durante o avanço colonial português, envolvendo personagens internos e externos. Os conflitos entre moradores, missionários, indígenas, funcionários coloniais foram moldando a sociedade colonial amazônica, além dos conflitos com outros europeus com domínios coloniais vizinhos aos portugueses.

Nesse contexto, um ponto que consideramos importante é o papel desempenhado pelas populações indígenas. Geralmente apresentados pela historiografia tradicional como meros

espectadores do processo colonial, percebemos que os indígenas participaram ativamente desse processo defendendo seus próprios interesses.

A Amazônia, nesse período representou uma grande área de litígio, com todos os segmentos sociais buscando satisfazer seus próprios interesses, o que pode ser comprovado pelos avanços e recuos da legislação indigenista. Uma legislação que ora atendia aos interesses dos moradores, ora atendia às reclamações dos missionários das ordens religiosas, e evidentemente também atendeu aos interesses do Estado português.

Os indígenas, nesse novo contexto que se apresentava, formavam alianças com os europeus que disputavam o território, algumas etnias aliando-se aos portugueses, outras aos holandeses ou aos franceses. Procuravam ganhar força com aquele que oferecesse mais vantagem aos seus interesses em busca da ampliação de seu poder local frente às etnias inimigas.

Essa conjuntura apresentada pela Amazônia também esteve presente no vale do rio Branco, e o contexto analisado neste trabalho teve reflexos ainda por longo período. Do trecho apresentado abaixo, escrito por Joaquim Nabuco no início do século XX, se pode tirar algumas conclusões.

O actual Arbitramento versa, na fôrma d'essa convenção, sobre o territorio limitado à Oéste pelo Tacutú e pelo Cotingo e a Léste pelo Rupununi e pelo divisor das águas entre a bacia do Amazonas e a do Essequibo. Esse traçado representa, [...] a desistencia por parte do Brazil de uma consideravel area a Léste do Rupununi [...]. Fel-o porque era proposito seu, na solução final, reclamar somente o que Portugal sempre disse pertencer-lhe, e não tudo o que os Holandezes diziam ser portuguez (NABUCO, 1903, p. 5-6).

Por este trecho das Observações Preliminares do *Direito do Brazil*, sobre as fronteiras do Brasil com a Guiana inglesa, pode-se observar que os acontecimentos que envolveram as disputas em torno do vale do rio Branco, no último quartel do século XVIII, ainda se estenderiam por algum tempo. Novas questões surgiriam ao longo do século XIX, com o contexto do século XVIII tendo reflexos até a resolução da última questão no século XX.

Joaquim Nabuco – como fizeram Ribeiro de Sampaio, Tinoco Valente, Rodrigues Ferreira e Lobo de Almada – foi buscar no passado as justificativas para a posse do Brasil sobre a região pretendida nas disputas com a Grã-Bretanha. Essa estratégia de Nabuco, a nosso ver, comprova a importância da construção de uma fortificação na região a partir de 1775 e as estratégias adotadas pelos portugueses para a manutenção de sua ocupação.

Desse modo, a temática deste trabalho – a ocupação do vale do rio Branco pelos portugueses no período de 1775 a 1800, a partir da instalação do Forte São Joaquim –

comprova ser um assunto da maior importância e bastante significativo para se compreender o espaço delimitado hoje como o estado de Roraima.

De modo que quando voltamos ao nosso problema: em que medida a construção do Forte São Joaquim no vale do rio Branco, a partir de 1775, favoreceu a ocupação da região pelos portugueses e a construção da fronteira do extremo Norte no período de 1775 a 1800? Somos levados a acreditar que conseguimos elucidá-lo, tendo em vista que do quadro apresentado ao longo do trabalho se pode tirar algumas conclusões sobre a contribuição do Forte São Joaquim e seus integrantes, e dos indígenas para a ocupação e construção dessa fronteira setentrional do Brasil.

A construção da fortificação na região possibilitou a presença direta e efetiva da administração portuguesa no vale do rio Branco, e sem essa iniciativa, essa ocupação – mesmo que precária, como visto – poderia não ter ocorrido. Assim, o Forte tornou-se o braço do Estado nesse espaço de fronteira e sua presença possibilitou que se tomassem outras medidas visando a definição da posse do território em favor dos portugueses.

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa – compreender em que medida a construção do Forte São Joaquim no vale do rio Branco, a partir de 1775, favoreceu a ocupação da região pelos portugueses e a construção da fronteira do extremo Norte no período de 1775 a 1800 –, nos parece ter sido vencido.

Além dessa questão, temos ainda outra constatação final importante a destacar: muitos foram os sujeitos históricos que lutaram e contribuíram para a construção dessa região de fronteira, não apenas os comandantes da fortificação como mostra uma historiografia tradicional, linear e branca. Além dos militares de baixa patente que serviram, lutaram e viveram no rio Branco, diversos eram os grupos indígenas e, do mesmo modo, existia uma multiplicidade de estratégias desses atores sociais, que no contexto de disputas pela conquista da região pelos europeus, buscaram satisfazer suas próprias necessidades.

Os indígenas tornaram-se imprescindíveis nas estratégias geopolíticas dos conquistadores, seja sendo aldeados pelos portugueses – ou depois, sendo incorporados à atividade da pecuária – seja fazendo comércio e se deslocando para os territórios holandeses e depois ingleses. Enfim, traçando alianças e contribuindo para configurar o território e suas fronteiras.

Com isso, podemos também concluir que os objetivos específicos propostos – analisar o processo de ocupação do vale do rio Branco nesse período; compreender a construção da fronteira do Brasil no extremo Norte a partir da ocupação do vale do rio Branco pelos portugueses no final do século XVIII; e compreender como se desenvolveram as relações

entre os diferentes sujeitos históricos e seu papel na construção da fronteira no extremo Norte entre 1775 e 1800 – foram alcançados nos limites desta pesquisa.

Existe em Roraima a apropriação da memória da fortificação por alguns grupos da sociedade objetivando justificar seu lugar social e legitimar suas posses, além de ampliar seu campo de influência na busca por melhores cargos e maior destaque político. Entre esses grupos, as chamadas “famílias pioneiras” apresentam-se como guardiãs da história oficial do Forte São Joaquim, uma situação já consolidada no estado. Essa situação afasta não só os indígenas, mas também os militares de baixa patente, da situação de sujeitos históricos, visão que se tentou mostrar, ao longo deste trabalho, como incorreta.

## REFERÊNCIAS

### Fontes manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Documentos do Pará.** Cx. 33, D. 3148, Lisboa, 14 de novembro de 1752.

\_\_\_\_\_. **Documentos do Amazonas-Rio Negro.** Cx. 1, D. 18, Arraial de Mariuá, 6 de julho de 1755.

\_\_\_\_\_. **Documentos do Amazonas-Rio Negro.** Cx. 1, D. 29, Arraial de Mariuá, 10 de julho de 1755.

\_\_\_\_\_. **Documentos do Amazonas-Rio Negro.** Cx. 1, D. 35, Arraial de Mariuá, 14 de julho de 1755.

\_\_\_\_\_. **Documentos do Amazonas-Rio Negro.** Cx. 1, D. 41, Arraial de Mariuá, 15 de julho de 1755.

\_\_\_\_\_. **Documentos do Amazonas-Rio Negro.** Cx. 2, D. 141, Vila de Barcelos, 10 de agosto de 1767.

\_\_\_\_\_. **Documentos do Pará.** Cx. 74, D. 6234, Pará, 13 de julho de 1775.

\_\_\_\_\_. **Documentos do Amazonas-Rio Negro.** Cx. 3, D. 186, Vila de Barcelos, 18 de outubro de 1776.

\_\_\_\_\_. **Documentos do Pará.** Cx. 83, D. 6844, Pará, 10 de setembro de 1779.

\_\_\_\_\_. **Documentos do Amazonas-Rio Negro**. Cx. 16, D. 583, Vila de Barcelos, 28 de fevereiro de 1790.

\_\_\_\_\_. **Documentos do Amazonas-Rio Negro**. Cx. 16, D. 595, Vila de Barcelos, 9 de dezembro de 1790.

### Fontes impressas

ALMADA, Manuel da Gama Lobo de. **Descrição Relativa ao rio Branco e seu Território [1787]**. In: **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Etnográfico do Brasil** - Tomo XXIV. Rio de Janeiro, n° 4, 1861, p. 617-683.

BARATA, Francisco José Rodrigues. **Diário de viagem a colonia holandeza do Suriname feito pelo porta-bandeira da Sétima Companhia do Regimento da Cidade do Pará**. In: **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, n. 48, 1846.

BERREDO, B. **Annaes históricos**. Florença: Typographia Barbèra, 1905.

CALVO, Carlos. **Colección completa de los tratados, convenciones, capitulaciones, armistícios y otros actos diplomáticos de todos los estados de América Latina...** Paris: Libreria de A. Durand, 1862.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Diário do Rio Branco [1786]**. In: FARAGE, Nádia; AMOROSO, Marta Rosa (Org.). **Relatos da Fronteira Amazônica no Século XVIII: Documentos de Henrique João Wilckens e Alexandre Rodrigues Ferreira**. São Paulo: FAPESP/NHII-USP: 1994a, p. 81-96.

\_\_\_\_\_. **Tratado Histórico do Rio Branco (1786)**. In: AMOROSO, Marta Rosa; FARAGE, Nadia (Org.). **Relatos da Fronteira Amazônica no Século XVIII: Documentos de Henrique João Wilckens e Alexandre Rodrigues Ferreira**. São Paulo: NHII - USP / FAPESP, 1994b, p. 97-134.

NABUCO, Joaquim. **Fronteiras do Brazil e da Guyana Inglesa**. O direito do Brazil. Primeira memória... Paris: A. Lahure, Editor, 1903.

NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro da viagem da cidade do Pará, até ás ultimas colonias do Sertão da Provincia [1768]**. Belém: Typographia de Santos e Irmãos, 1862.

ORDEM RÉGIA expedida no anno de 1765 para se deitarem canôas de observação no rio Branco, 27 de junho de 1765. In: ALMADA, Manuel da Gama Lobo de. **Descrição Relativa ao rio Branco e seu Território [1787]**. In: **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Etnographico do Brasil** - Tomo XXIV. Rio de Janeiro, n° 4, 1861, p. 658-660.

OURIQUE, Jacques. **O Valle do Rio Branco**. Manaus, 1906.

QUEIROZ, José Clarindo. **Inspetoria e direcção das fortificações e obras militares das fronteiras do Amazonas**. 25 de janeiro de 1875, Manaus. In: **Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto entregou a Administração da Província ao Exmo. Sr. 1° Vice-Presidente Capitão de Mar-e-Guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso**. 16 de março de 1875, Manaus: Typographia do Commércio do Amazonas, 1875.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **Relação Geographica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa [1777]**. In: **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro** - Tomo XIII. Rio de Janeiro, n° 18, 1850, p. 200-273.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. **Documento Official sobre o rio Branco ou Parima**. In: **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, Tomo VI, Rio de Janeiro, n° 21, 1844, pp. 84 – 90.

TRATADO celebrado entre las coronas de España y de Portugal, y firmado en el Pardo, á 12 de febrero de 1761, para anular el de límites que se había estipulado en el año de 1750. In: CALVO, Carlos. **Colección completa de los tratados, convenciones, capitulaciones, armisticios y otros actos diplomáticos de todos los estados de América Latina...** Paris: Libreria de A. Durand, 1862, Tomo II, p. 348-355.

TRATADO de límites en las posesiones españolas y portuguesas de América, concluido entre ambas coronas, 13 de janeiro de 1750. In: CALVO, Carlos. **Colección completa de los tratados, convenciones, capitulaciones, armisticios y otros actos diplomáticos de todos los estados de América Latina...** Paris: Libreria de A. Durand, 1862, Tomo II, p. 242-260.

TRATADO preliminar de límites en la América meridional, ajustado 1777, entre las coronas de España y de Portugal: firmado el 1° de octubre de 1777. In: CALVO, Carlos. **Colección completa de los tratados, convenciones, capitulaciones, armisticios y otros actos diplomáticos de todos los estados de América Latina...** Paris: Libreria de A. Durand, 1862, Tomo III, p. 128-158.

## Bibliografia

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil no século XVIII**. Brasília: Editora UNB, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.

ANSART-DOURLEN, Michele. **Sentimento de humilhação e modos de defesa do eu**. Narcisismo, masoquismo, fanatismo. In: MARSON, Isabel; NAXARA, Márcia (org.). **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos e palavras**. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 85-104.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio; FERREIRA, Efreim Jorge Gondim. **Historiografia das expedições científicas e exploratórias no vale do rio Branco**. In: Reinaldo Imbrozio Barbosa, Efreim Jorge Gondim Ferreira, Eloy Guillermo Castellón (Org). **Homem, ambiente e ecologia no estado de Roraima**. Manaus: INPA, 1997, pp. 193 – 216.

BARROS, Nilson Cortez Crócia de. **EncountereImaginação Geográfica na Guyana Brasileira**. In: **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, jan/jun, 2000, p. 31-46.

BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 25-67.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 21 Mar 2007.

BENTO, Cláudio Moreira Maj. **Forte São Joaquim do Rio Branco: Sentinela do Brasil no extremo Norte nos séculos XVIII e XIX**. In: **Revista do Militar Brasileira**, v.106, 1975, p. 51-54.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1993. (verbetes “poder” e “política”)

BOXER, Charles Ralph. **Missionários e moradores na Amazônia**. In: **A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 284-303.

BRANDÃO, Sylvana. **O Diretório Pombalino e a Historiografia Luso-brasileira**. In: BRANDÃO, Sylvana (Org). **História das Religiões no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da

UFPE, 2002.

BUCAILLE, Richard; Pesez, Jean-Marie. **Cultura Material**. In: **Enciclopédia Einaudi**, vol.16, **Homo/Domesticção**, Lisboa: IN-CM, 1989, p.11-47.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América portuguesa (séc. XVI-XIX)**. In: **Navigator: subsídios para a História Marítima do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 2011, p. 9-19.

CARDOSO, Alírio Carvalho. **Mundos Cruzados: tramas internas do Maranhão (1626-1653)**. In: **Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão**. Dissertação de Mestrado – Universidade de Campinas, Campinas, 2002, p. 105-147.

\_\_\_\_\_. **Belém na conquista da Amazônia: antecedentes à fundação e os primeiros anos**. In: FONTES, Edilza (org.). **Coleção Contando a História do Pará: da Conquista à Sociedade da Borracha (séc. XVI – XIX)**. Belém: Editora E. Motion, 2003, p. 32-58.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Momentos de história da Amazônia**. Imperatriz: Ética, 1998.

CASTRO, Celso; SOUZA, Adriana Barreto de. **A defesa militar da Amazônia: entre história e memória**. In: CASTRO, Celso (Org.). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 31-68.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Em torno das Missões Jesuíticas na Amazônia (século XVII)**. Lusitânia Sacra, Volume 15, Segunda Série, 2003.

\_\_\_\_\_. **Belém e seus moradores no século XVII**. In: FONTES, Edilza (org.). **Coleção Contando a História do Pará: da Conquista à Sociedade da Borracha (séc. XVI – XIX)**. Belém: Editora E. Motion, 2003, p. 84-110.

CINTRA, Jorge Pimentel. **O Mapa das Cortes e as fronteiras do Brasil**. In: **Bol. Ciênc. Geod.**, sec. Artigos, Curitiba, v. 18, no 3, p. 421-445, jul-set, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Introdução a uma história indígena**. In: Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992, p. 9-24.

D'ASSUNÇÃO BARROS, José. **História da Cultura Material** – notas sobre um campo histórico em suas Relações intradisciplinares e interdisciplinares.

DIAS, Maria das Graças Santos. **Fundamentos da ocupação da Amazônia Colonial**. In: **Textos & Debates: Revista de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima**, n. 5, 1998, p. 33-39.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. **Estado de sítio: territórios e identidades no vale do Rio Branco**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992, p. 267-278.

FRAGOSO, João. **Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica**. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, dez. 2002, p. 41-70.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império**. In: **Penélope**, Lisboa, n. 23, 2000, p. 67-88.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville**. In: **Topoi**, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 66-83.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. **Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil**. In: **Estudos Avançados**, 2002, vol. 16, no. 45, pp. 63-80. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 20 de maio de 2007.

GIL, Tiago Luís. **Infiéis Transgressores: Elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760 – 1810)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. **História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões**. In: SOIHET, Raquel et al. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

HESAPANHA, António Manuel. **Depois do Leviathan**. In: **Alm. braz.**, São Paulo, n. 5, maio 2007, p. 55-66.

\_\_\_\_\_. **Porque é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? ou O revisionismo nos trópicos**. In: Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, nov. 2005, Lisboa. **Actas...** Lisboa: CHAM-FCSH-UNL/IICT.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MANGAR, Tota C. **Guiana: história e desenvolvimento econômico**. In: **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**, Brasília: Projeto Raúl Prebisch, n. 10, out/dez 2009, p. 149-161.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A questão urbana e o indígena**. Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas – UFMA, São Luís, agosto 2011a.

\_\_\_\_\_. **Os Holandeses na Amazônia Caribenha Colonial: dos Caminhos Históricos aos processos das Relações Internacionais**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011b.

\_\_\_\_\_. **Roraima: um olhar histórico e sócio-político do século XVI ao XIX**. In: A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 17-99.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992, p. 115-132.

RATNER, Steven R. **Uti Possidetis and the Borders of New States**. In: **The American Journal of International Law**, Vol. 90, No. 4 (Oct., 1996), pp. 590-624. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2203988>. Acesso em: 30 set. 2011.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982.

\_\_\_\_\_. **A política de Portugal no vale amazônico.** Belém: Oficina Gráfica da Revista Novidade, 1940.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **Além da Conquista:** guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

THOMPSON FLORES, Mariana F. C.; FARINATTI, Luís Augusto E. **A fronteira manejada:** apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil. In: HEINZ, Flávio (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais. Subsídios para uma história comparada da América Latina.** São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 145-177.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima:** a disputa pela terra – 1777 a 1980. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007.

ZIENTARA, Benedikt. **Fronteira.** In: **Enciclopédia Einaudi**, v. 14, **Estado-Guerra.** Lisboa: Casa da Moeda, 1989, p. 306-317.